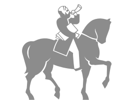
O ESTADO DE S. PAULO

FUNDADO EM 1875
JULIO MESQUITA (1862—1927)



Quarta-feira 3 de ABRIL de 2024 • R$ 7,00 • Ano 145 • Nº 47650
estadão.com.br

TABA BENEDICTO/ESTADÃO



Santander e clube Banespa disputam área de R$ 600 milhões na zona sul de SP

Contrato para funcionamento do clube vai até 2030, mas banco alega quebra de acordo e quer posse da área de 60 mil m². Ordem liminar de despejo foi cassada. __ A14

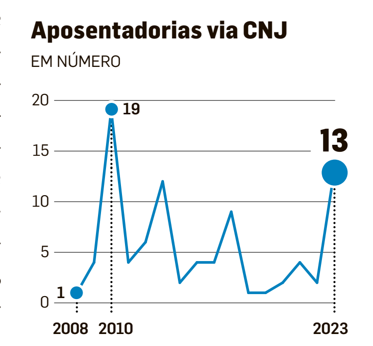
Doce castigo __ A6

Em 15 anos, 123 juízes foram 'punidos' sem perder salários

__ Judiciário desembolsa cerca de R$ 59 milhões por ano com esse contingente; número de casos sobe

Nos últimos 15 anos, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e tribunais dos Estados aposentaram de forma compulsória 123 juízes, mas eles não perderam direito aos rendimentos. Prevista na Lei Orgânica da Magistratura, a aposentadoria compulsória é a punição mais dura que um juiz pode sofrer. Em média, um magistrado recebe R$ 37,2 mil por mês no Brasil, o que representa gasto anual de R$ 59 milhões com esse contingente. As razões para a aposentadoria compulsória vão de manifestações políticas em período eleitoral a assédio sexual e corrupção passiva. Das 88 aposentadorias compulsórias impostas pelo CNJ no período, 13 ocorreram em 2023. Em 2022 foram duas e, em 2021, quatro.

Aposentadorias via CNJ
EM NÚMERO



Câmpus de Marília __ A15

Um Kobra de R$ 300 mil divide a Unesp

Alunos se queixam do destino dado à verba. Diretoria alega que recurso gasto em painel foi captado.


LILIAN SANT'ANNA/UNESP

E&N Troca de comando __ B1 e B2

Banco Central já vive clima de sucessão do presidente Campos Neto

Mandato do atual chefe da autarquia termina em 31 de dezembro e escolha do sucessor caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Gabriel Galípolo, diretor de Política Monetária, é favorito.

E&N Entrevista __ B13

'Não adianta carro elétrico se não há como comprá-lo'

EMANUELE CAPPELLANO
Chefe de Operações da Stellantis

Executivo diz que, na América do Sul, foco de investimento será no "bio-hybrid".

C2 É Tudo Verdade __ C1
Festival de 77 documentários enfatiza o olhar feminino

'Rolexgate' __ A12
Escândalo com relógios de luxo pressiona presidente peruana

E&N Cesta básica na reforma __ B6
Abras propõe que lagosta e filé sejam isentos de impostos

Bombardeio de Israel __ A11

Ataque a comboio com alimentos mata 7 e eleva pressão sobre Netanyahu

Seis estrangeiros e um palestino a serviço da ONG de um chef espanhol foram mortos. Israel se desculpou.

1,7 mil
caminhões com comida já foram enviados pela World Central Kitchen a Gaza

Notas e Informações __ A3

Justiça não é instrumento de desforra

Não são os erros do senador Sérgio Moro na Lava Jato que estão sob julgamento.

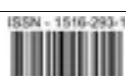
As Forças Armadas a serviço da Constituição

Vera Rosa __ A7
Toffoli pode virar o jogo sobre porte de maconha

Fábio Alves __ B6
Gasto público sem volta nos países desenvolvidos

Amanda Graciano __ B16
Tecnologia e fissuras sociais

Tempo em SP
21° Mín. 26° Máx.

ISSN - 1516-293-1


ROSEANN KENNEDY
COM EDUARDO GAYER E AUGUSTO TENÓRIO
TWITTER: @COLUNADOESTADAO
COLUNADOESTADAO@ESTADAO.COM
ESTADAO.COM.BR/POLITICA/COLUNA-DO-ESTADAO



Coluna do Estadão

Deputados tentam inserir ‘jabutis’ na volta do DPVAT e fixar repasse a municípios

O projeto de lei que prevê a volta da cobrança obrigatória do DPVAT, o seguro por Danos Pessoais de Veículos Automotores Terrestres, tornou-se alvo da cobiça de deputados interessados em endurecer com o governo Lula. O relator Carlos Zarattini (PT) é pressionado a inserir no texto um dispositivo para fixar um repasse aos municípios de até 40% do arrecadado com o DPVAT. Ou seja, parte da verba do seguro obrigatório seria utilizada não para indenizações, mas para irrigar os caixas dos prefeitos. À *Coluna*, Zarattini limitou-se a dizer que vai avaliar a ideia, sem descartar sua inclusão no relatório. É impossível, porém, prever agora o montante que poderia ser destinado a prefeituras. O valor do seguro obrigatório, pelo projeto, seria definido em decreto presidencial.

● **ISSO FICA.** Mesmo se vier a contemplar os municípios, Zarattini deve manter no texto o repasse obrigatório de arrecadação do DPVAT ao SUS, tal como proposto originalmente pelo governo. O limite da reserva deve ficar entre 40% e 50%. Antes de o seguro ser extinto pelo ex-presidente Bolsonaro, o limite era de 45%.

● **FRAÇÃO.** A volta do DPVAT chegou a entrar na pauta da Câmara na semana passada, mas a votação foi adiada para a apresentação de emendas. Bolsonaristas prometem usar a eventual aprovação para colar em Haddad a pecha de “pai de mais impostos”.

● **OLHA AÍ.** A Avibras confirmou que está em “tratativas avançadas” com a australiana DefendTex para um “potencial investimento”. Como mostrou a *Coluna*, o governo vê a entrada de estrangeiros na Avibras, maior empresa privada do setor de defesa do País, como única solução para a crise que a companhia vive.

● **PAPO RETO.** A presidente do PT, Gleisi Hofmann, reuniu-se ontem com o assessor-chefe da Presidência da República para Assuntos Internacionais, Celso Amorim. Em pauta, a conjuntura internacional e as recentes tensões entre Brasil e a ditadura da Venezuela, aliada do partido.

● **MUDANÇAS.** O deputado federal **Ricardo Silva** (PSD-SP), aliado do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), apresentou uma PEC para obrigar parlamentares a destinarem emendas somente aos Estados pelos quais foram eleitos. O envio de verba por deputados e senadores a outros Estados, mecanismo conhecido no Congresso como “triangulação de emendas”, foi revelado pelo **Estadão**.

● **PANO DE FUNDO.** A restrição no “envio” de emendas é de interesse de Tarcísio. São Paulo tem a maior bancada de deputados do País. Consequentemente, controla a maior fatia de emendas.

SINAIS PARTICULARES

por Kleber Sales



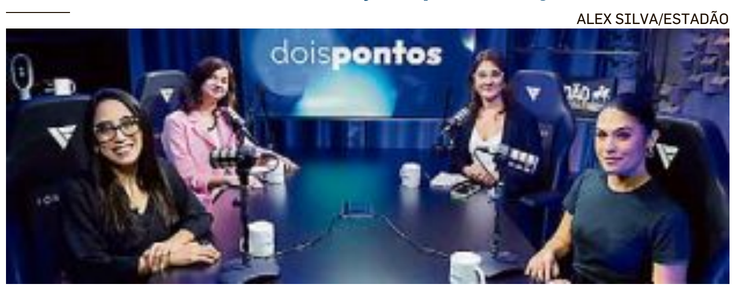
Ricardo Silva,
deputado federal (PSD-SP)

● **BANDEIRA...** A ex-deputada Marília Arraes (Solidariedade-PE) e o prefeito do Recife, João Campos (PSB), superaram a rivalidade política – e familiar – que ganhou dimensão nacional no segundo turno da última eleição municipal. Ontem, Marília anunciou apoio à reeleição de João neste ano. Os primos travaram um duelo ferrenho em 2020, com trocas de acusações e fake news que pararam na Justiça.

● **...BRANCA.** Pelo acordo, Marília levará o Solidariedade para a base do prefeito e terá direito a indicar uma secretaria se João for reeleito. Ele é o favorito no Recife.

VODCAST DOIS PONTOS | Tema de hoje: responsabilização de ‘influencers’

ALEX SILVA/ESTADÃO



Issaaf Karhaw
Doutora em Ciência da Comunicação

“A legitimidade do influenciador é colocada em xeque a cada publicidade errada, mas ele não está sozinho. Existe toda uma cadeia produtiva por trás dele.”

Fernanda Concon
Atriz e influenciadora

“As marcas contratantes muitas vezes têm sede em outros países, o que dificulta a responsabilidade penal. O influenciador é quem está sob as leis do País.”

INÊS 249

QUARTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2024

O ESTADO DE S. PAULO

Publicado desde 1875

NOTAS E INFORMAÇÕES

Justiça não é instrumento de desforra



Se o que se busca é a justiça, e não a vingança, o TRE-PR não tem razão para cassar o mandato de Moro, como salientou o relator. Não são seus erros na Lava Jato que estão sob julgamento

O Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) iniciou o julgamento das Ações de Investigação Judicial Eleitoral (AIJE) movidas pelo PT e pelo PL contra o senador Sérgio Moro (União-PR). No limite, as AIJEs podem levar à cassação do mandato de Moro e torná-lo inelegível por oito anos. Entretanto, caso a busca por justiça prevaleça sobre o desejo de vingança, como convém em um tribunal, o resultado almejado pelos autores dessas ações não deve ser alcançado. O consistente voto do relator, desembargador Luciano Carrasco, foi claríssimo nesse sentido.

O principal acerto do relator foi ter demonstrado, à guisa de preâmbulo de seu extenso voto, que perante a Corte Eleitoral paranaense não estavam nem o todo-poderoso juiz da Lava Jato nem o ministro da Justiça do governo Jair Bolsonaro. Sob julgamento está um senador que, enquanto candidato em 2022, teria abusado do poder econômico e usado indevidamente os meios de comunicação, como acusam PT e PL nas respectivas AIJEs que movem contra Moro.

De antemão, era fundamental ter esse limite bem traçado para que o TRE-PR possa chegar a uma decisão percebida pela sociedade como justa, vale dizer, tomada de acordo com as provas carreadas aos autos. Se isso vai acontecer, o tempo dirá. Mas ter clara essa distinção era de extrema importância já no início do julgamento. Não fosse assim, na correta visão de Carrasco, abrir-se-ia um perigoso espaço para que a Justiça fosse vista como mero instrumento de desforra dos não poucos adversários políticos de Moro.

Traçada a linha saneadora, restou a pergunta: afinal, Moro deve ter o mandato cassado pelas infrações eleitorais apontadas por PT e PL nos processos? O relator foi taxativo ao dizer que não. "Não houve abuso de poder econômico, não houve prova de caixa 2, muito menos abuso nos meios de comunicação", votou Carrasco. "Não se provou corrupção, compra de apoio ou mesmo uso indevido dos meios de comunicação, considerando que o investigado Sergio Moro tinha, já de muito tempo, ampla exposição midiática", concluiu o relator.

Sucintamente, ambas as AIJEs tratam do "rebaixamento" da candidatura de Moro e dos supostos abusos que teriam sido cometidos por ele ao se valer dos recursos empregados em sua pré-campanha inicial à Presidência da República na posterior candidatura ao Senado pelo Paraná, ao final vitoriosa. Na visão do relator, nem uma coisa nem outra restaram comprovadas nos autos, devendo prevalecer o princípio de salvaguarda da soberania popular manifestada pelo voto – isto é, não se cassa um mandato apenas com base em suposições.

Sobre o eventual abuso de poder econômico, Carrasco afirmou que, "por mais que o limite de gastos possa ser um dos parâmetros a ser adotado, ainda não há ideia consolidada acerca de qual porcentual de gastos da campanha seria considerado razoável como um limite de gastos para a pré-campanha". Ou seja, Moro está sendo acusado de ter extrapolado um limite de gastos que, ora vejam, nenhuma lei define qual seja. Nesse sentido, o relator foi perspicaz ao apontar para as próprias incongruências do PT e do PL em suas prestações de contas durante as eleições de 2022.

Sobre a acusação de que Moro teria se valido do chamado downgrade de sua candidatura para burlar o teto de gastos imposto a cada cargo pleiteado – presidente e senador –, fica claro que a motivação das ações não é jurídica. Afinal, Moro não foi o único a alterar o cargo almejado durante a última campanha eleitoral, mas, curiosamente, só ele responde por isso. E não por acaso em ações movidas pelos partidos de Lula da Silva e Jair Bolsonaro.

Não há dúvida de que Moro tem contas a acertar – a julgar por uma recente correição realizada pelo Conselho Nacional de Justiça, o senador pode ter cometido crimes enquanto esteve à frente da 13.ª Vara Federal de Curitiba. Mas não é disso que deve se ocupar nem o TRE-PR agora nem o Tribunal Superior Eleitoral em eventual grau de recurso. Se a Justiça não se dobrar aos imperativos políticos, como se espera, os inimigos de Moro terão que esperar outra oportunidade para se vingar. ●

As Forças Armadas a serviço da Constituição

É constrangedor o STF ter de dizer o óbvio: que as Forças Armadas nem são um Poder nem têm papel moderador. Em outras palavras, não há possibilidade de um 'golpe constitucional'

Por 6 votos a 0, o Supremo Tribunal Federal (STF) formou maioria para afastar qualquer interpretação da Constituição que autorize uma intervenção das Forças Armadas sobre os Poderes da República ou que as classifiquem como um "poder moderador" em meio a crises institucionais.

Mais de um ministro manifestou perplexidade ante a necessidade de a Corte afastar, mais de 30 anos após a redemocratização, pretensões há muito sepultadas por todas as democracias sérias do planeta. Chega a ser constrangedor e seria ocioso se a interpretação golpista não tivesse sido gestada e disseminada por um presidente da República, Jair Bolsonaro, com as consequências que todos conhecem: uma multidão de celerados invadindo as sedes dos Três Poderes a fim de suscitar uma intervenção militar.

Mau militar, Bolsonaro se provou um péssimo democrata. No fundo de uma carreira política errática e atrabiliária, houve sempre uma constante fundamental: o inconformismo com o fim da ditadura militar e o revanchismo contra a Constituição de 88, não só em relação à restauração do regime democrático, mas também a propósito de direitos e garantias fundamentais contra o arbítrio, a censura, a repressão e o cerceamento às liberdades civis.

Previsivelmente, o bolsonarismo submeteu as Forças Armadas ao seu maior teste de estresse desde a redemocratização. Inúmeras vezes Bolsonaro se referiu ao Exército como "meu Exército". Para dar um verniz de legitimidade ao seu voluntarismo, propagou a tese de que as Forças Armadas estariam constitucionalmente autorizadas a intervir em qualquer momento por convocação presidencial e que seriam uma espécie de "poder moderador" autorizado a arbitrar conflitos entre os Poderes.

Desde a dissolução da Assembleia Constituinte de 1823, passando pelo "regime da espada" após a decretação da República, o Estado Novo ou a ditadura militar, a história mostra que as Forças Armadas têm pouca experiência com moderação. A Constituição de 88 estabeleceu em seu art. 142 que elas tampouco são um "Poder", mas instituições destinadas "à defesa da Pátria, à garantia dos Poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem".

Como havia dúvida sobre a possibilidade de o emprego das Forças ser determinado diretamente pelo Judiciário ou pelo Legislativo, a Lei Complementar 97/99 regulamentou a competência do presidente da República para acioná-las por iniciativa própria ou a pedido dos outros Poderes. Mas o oportunismo de Bolsonaro gerou a exegese bastarda de que as Forças estariam totalmente submetidas ao arbítrio do presidente da República. A ação movida pelo PDT se voltava justamente a dirimir qualquer controvérsia a propósito da compatibilidade desta lei com a Constituição.

Restou à Corte afirmar o óbvio: que as Forças Armadas são instituições de Estado, não de governo, subordinadas ao poder civil, que tem seus próprios limites constitucionais. Assim, sua missão institucional não admite o exercício de qualquer atuação moderadora entre os Três Poderes; a chefia do Executivo é uma prerrogativa limitada, que não admite o emprego das Forças para cercear a independência dos outros Poderes; e seu emprego para a "garantia da lei e da ordem", embora não se limite às hipóteses de intervenção federal, de estado de defesa e de estado de sítio, cabe somente, nas palavras do relator, o ministro Luiz Fux, "ao excepcional enfrentamento de grave e concreta violação à segurança pública, em caráter subsidiário, após o esgotamento dos mecanismos ordinários e preferenciais de preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio". E isso somente com o aval do Congresso.

Ao sepultar a tese natimorta e surreal de um "golpe constitucional", seria bom que a decisão do STF servisse para lançar uma pá de cal nas tentativas de tramitar uma alteração do artigo 142 da Constituição, um comportamento de risco que só abre margem à instabilidade, controvérsias desnecessárias e eventuais retrocessos. Como diz o bordão, "a regra é clara". Basta segui-la. ●

ESPAÇO ABERTO

Brasil precisa de regulação para mercados digitais?

Ademir Pereira Jr. e Yan Villela Vieira

Os últimos anos foram marcados por propostas de novos modelos de regulação concorrencial para mercados digitais. O chamado *Digital Markets Act* (DMA), aprovado pelo Parlamento da União Europeia em 2022, destaca-se entre essas iniciativas pela estratégia de regulação *ex ante*, ou seja, pelo uso de regras que prescrevem ou proíbem certas estratégias empresariais independentemente de seus efeitos. Para os defensores de medidas como o DMA, o modelo tradicional de análise do direito antitruste, baseado na avaliação de efeitos de condutas após sua implementação (*ex post*), teria falhado em sua missão de conter abusos das *big techs*, de forma que a regulação *ex ante* de natureza concorrencial seria necessária. Essas propostas já desembarcaram no Brasil – no Congresso Nacional tramita o Projeto de Lei (PL) 2.768/2022 e o Ministério da Fazenda recentemente lançou consulta pública sobre o tema (não tratamos aqui de outras propostas, como o PL das Fake News, pois têm fundamentos distintos).

Em economias de mercado, a regulação de setores econômicos tipicamente ocorre na presença de falhas de mercado. E entre as falhas conhecidas encontra-se o abuso de poder de mercado em razão da ausência de concorrência – situação em que uma empresa (monopolista) ou um pequeno grupo de empresas (oligopolistas) podem aumentar preços além do nível competitivo. Propostas de regulação concorrencial de mercados digitais parecem preocupadas com esse tipo de falha, que se evidenciaria pelo tamanho das *big techs* e a presença constante de seus serviços no cotidiano.

Contudo, tamanho não é sinônimo de poder de mercado. Empresas gigantescas podem atuar em mercados altamente competitivos. A aferição da existência de poder de mercado depende de análise das condições de competição, o que não é levado em conta pelas atuais propostas de regulação *ex ante*.

De fato, não há evidências de que mercados digitais (ou vários deles) sejam marcados pela presença de poder de mercado – e que eventual poder, se e quando existente, seja duradouro e produza efeitos sociais negativos. Primeiro, diferente das situações em que monopólios ou oligopólios em setores tradicionais (como telefonia e ferrovias) demandaram regulação específica, os mercados digitais apresentam altas taxas de inovação e satisfação de usuários. Segundo, mesmo que haja uma empresa líder num mercado, há evidências empíricas de que essa posição é contestável por rivais e entrantes. As recentes discussões sobre os desenvolvimentos na área de inteligência artificial e como ela pode redesenhar mercados é evidência disso.

> ***Na falta de evidências de que o direito concorrencial não é capaz de lidar com esses mercados, iniciativas de regulação 'ex ante' têm de ser examinadas com cautela***

Outro aspecto relevante é que regulações *ex ante* são, tipicamente, desenhadas para lidar com agentes que seguem modelos de negócio semelhantes. A existência de regulamentos individualizados para cada atividade é chave para que falhas de mercado sejam identificadas e para que se possa compreender qual o papel da regulação e seus objetivos. Entretanto, propostas assemelhadas ao DMA colocam sob o guarda-chuva de "mercados digitais" agentes com modelos de negócio distintos e que operam com dinâmicas particulares. Por exemplo, o desenvolvimento de navegadores é atividade muito distinta do varejo de *e-commerce*, e a computação em nuvem é diferente de redes sociais. Aplicar uma única regra a serviços distintos pode afetar negativamente os mercados.

Finalmente, mesmo que possam existir hipóteses de abuso de poder de mercado, esses casos parecem exceção, e não regra. Autoridades concorrenciais raramente identificaram condutas anticompetitivas a demandar intervenção em mercados digitais. Além de poucos, os casos levaram anos e as decisões dividiram opiniões, o que indica que a identificação de efeitos negativos das práticas está longe de ser autoevidente.

Contudo, as propostas de regulação *ex ante* incluem o recurso a proibições absolutas (*per se*) de certos comportamentos. Quando aplicada de modo indiscriminado sobre mercados diversos, sem uma análise de efeitos sobre cada segmento, regras *per se* podem impedir estratégias pró-competitivas e que beneficiam consumidores. Por isso, décadas de desenvolvimento do direito antitruste levaram à evolução de um regime de proibições *per se* para um regime de análise dos efeitos concretos de condutas sobre mercados específicos.

De fato, o direito concorrencial é um instrumento de intervenção já conhecido e testado. No Brasil, temos ao menos três décadas de aplicação consistente do direito da concorrência, com nítido desenvolvimento de uma entidade técnica (o Cade) com experiência e ferramentas variadas para lidar com eventuais abusos em diversos mercados (inclusive mediante o uso de medidas preventivas, quando houver urgência). Na ausência de evidências de que o direito concorrencial não é capaz de lidar com mercados digitais, iniciativas de regulação *ex ante* precisam ser examinadas com cautela.

Nesse sentido, é importante que o debate democrático inclua como pergunta central se a regulação *ex ante* de mercados digitais é necessária e o que ela procura atingir. Em propostas de importação de iniciativas estrangeiras, não faltam soluções em busca de problemas. ●

ADVOGADOS, SÃO, RESPECTIVAMENTE, DOUTOR PELA USP E MESTRE EM DIREITO E TECNOLOGIA PELA STANFORD UNIVERSITY; E MESTRE EM DIREITO PELA USP

FÓRUM DOS LEITORES

Cúpula do G-20

Putin no Brasil?

Começou a surgir uma profusão de notas sobre parecer do governo Lula para receber Vladimir Putin na reunião do G-20 em novembro, no Rio de Janeiro. Parece gozação, mas é verdade e é muito sério. Putin é assassino de muitos que se opõem a ele, invasor da Ucrânia e condenado pelo Tribunal Internacional. Acredito que seja necessário e urgente que todo brasileiro que preza a democracia verdadeira, e não o conceito de democracia relativa preconizado por Lula, se manifeste exaustivamente contra isso. É o que farei. Receber Putin? Só se for para prendê-lo.

Lucia Helena Flaquer
São Paulo

O PT em Cuba

Ajuda brasileira

Gleisi Hoffmann, deputada federal e presidente nacional do PT, visitou Cuba na semana passada, foi recebida pelo presidente Miguel Díaz-Canel, assinou acordo de cooperação e intercâmbio com o Partido Comunista do país caribenho e disse que o Brasil busca formas de ajudar Cuba contra o bloqueio norte-americano. Anteriormente, o PT também assinou acordo semelhante com o Partido Comunista da China. O sonho petista é eternizar Lula na governança, imitando Putin, Xi Jinping, Maduro, Ortega e outros grandes *defensores da democracia mundial*.

José A. Muller
Avaré

Política

Enorme frustração

O PSDB está nos estertores da morte, vítima de uma doença muito grave que acometeu seus principais líderes: a hipertrofia de ego. O editorial *A democracia exige moderação* (**Estadão**, 30/3, A3) é um necrológio preciso da debacle e morte do PSDB, de expectativas por ele não cumpridas e da enorme frustração dos brasileiros que desejam um Brasil melhor: um país mais igualitário, que permita que os seus filhos sonhem com um futuro promissor, mas com maiores chances de consegui-lo. No governo FHC, chegamos perto de transformar o sonho em realidade, fomos administrados pelo saber e pela eficiência, por uma plêiade de homens sérios com sólida formação profissional. Findos seus dois governos, o País estava organizado, com as contas em dia e com medidas estruturantes capazes de conduzi-lo ao tão sonhado crescimento. Veio, então, a campanha eleitoral que opôs Serra e Lula. Este com seu discurso agressivo de sempre, atacando os feitos do governo FHC; e Serra numa campanha amena, quase fraterna, sem o empenho dos outros líderes tucanos. Fernando Henrique parecia feliz ao passar a faixa a Lula, que, eleito, disse ter recebido uma "herança maldita", afirmação mentirosa que o PSDB não foi capaz de desmentir. O resto da história já se sabe: estamos há 20 anos andando para trás, na rota direta para o desastre. Sempre penso em como seria o Brasil se Serra tivesse vencido aquela eleição e os tucanos estivessem unidos em torno dele. É bom sonhar.

Affonso Maria Lima Morel
São Paulo

Sergio Moro

Julgamento no TRE-PR

Relator descarta caixa 2 e abuso de poder e vota contra cassação de Moro (**Estadão**, 2/4, A6). Se o senador Sergio Moro for realmente cassado pelo Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR) por ter feito gastos de pré-campanha desproporcionais no Paraná, após ter se lançado à Presidência e ao Senado por São Paulo, e se for feita uma séria e profunda investigação sobre os demais senadores a esse respeito e aplicada a tal desacreditada jurisprudência, não vão sobrar muitos senadores para ocupar o Senado Federal.

Abel Pires Rodrigues
Rio de Janeiro

Transporte público

Manutenção e segurança

A tragédia que aconteceu no domingo de Páscoa na cidade pernambucana de Jaboatão dos Guararapes, onde um ônibus sem freios atropelou várias pessoas que participavam de uma procissão, leva-nos a refletir sobre as condições de manutenção dos diversos automóveis que operam no transporte público. Refiro-me, especialmente, aos carros de aplicativos, que não são alvos de fiscalização programada por órgãos públicos. Muitos deles trafegam à exaustão das peças. Estejamos atentos.

Célio Cruz
Recife

Correção

No editorial *Viagem pitoresca a Pindorama* (30/3, A13), diz-se equivocadamente que o submarino Tonelero seria um submarino nuclear; na verdade, é um submarino diesel-elétrico.

INÊS 249

ESPAÇO ABERTO

Sobre parlamentares e prisão preventiva

José Roberto **Batochio**

Aproximavam-se as comemorações do Dia da Independência no ano de 1968, Sete de Setembro em que os militares encastelados no poder exaltavam o golpe de Estado que haviam perpetrado quatro anos antes, quando um deputado do MDB-RJ subiu à tribuna para sugerir que nos bailes comemorativos da efeméride as moças não aceitassem dançar com oficiais das Forças Armadas. Acostumado desde abril de 1964 a cassar mandatos e suspender direitos políticos de parlamentares por meio dos Atos Institucionais (AI) 1 e 2, então já sem validade, o governo dobrou-se à Constituição vigorante, e a Procuradoria-Geral da República requereu ao Supremo Tribunal Federal que se instaurasse processo para cassar o mandato de Márcio Moreira Alves.

A Carta democrática de 1946 estabelecia, no art. 45, que os membros do Congresso Nacional não poderiam "ser presos, salvo em flagrante de crime inafiançável, nem processados criminalmente, sem prévia licença de sua Câmara". Em votação histórica, a 12 de dezembro de 1968 a Câmara negou trânsito ao processo contra Moreira Alves, por 216 a 141 votos e 12 abstenções. Apesar de heroica, foi uma vitória de Pirro, pois no dia seguinte o comando militar desfechou autogolpe, proclamou seu quinto e mais truculento ato institucional, fechou o Congresso e cassou o mandato do deputado, suspendeu garantias fundamentais, institucionalizou a censura à imprensa, além de outras inomináveis arbitrariedades.

O "caso Márcio Moreira Alves" ficou na História como o pretexto para o infame AI-5, mas também remarcou a soberania do Poder Legislativo, e não só da oposição à época, pois 94 deputados do partido governista, a Arena, cerraram fileiras pelo respeito à inviolabilidade parlamentar que já vedava, como ainda veda, a prisão processual de membro do Congresso fora de unívoco caso de flagrante de crime em que a Lei Máxima não admita fiança.

A questão de 1968 ressurge agora, no caso da prisão do deputado João Francisco Brazão, vulgo Chiquinho, acusado de ser mandante do assassinato da vereadora Marielle Franco. Antes de mais nada, advirta-se, em favor das ponderações a seguir, que a causa vale mais que o santo. O parlamentar foi preso com base em delação premiada do algoz confesso de Marielle, portanto fora da indispensável flagrância de crime inafiançável que exige a Constituição de 1988, que copiou quase literalmente o texto de 1946.

> *Ao plenário da Câmara caberá uma decisão exclusiva acerca da legalidade da prisão, e não prejulgar o mérito das repulsivas ações atribuídas ao deputado Chiquinho Brazão*

A imunidade parlamentar, hoje instituída no art. 53, §2.º, foi afastada como se fora adereço jurídico, meramente decorativo, embora à custa de contorcionismos hermenêuticos. A representação da Polícia Federal com o pedido de prisão do deputado partiu de um ilusionismo. Assentou que o parlamentar, que esteve licenciado do mandato para ocupar um cargo na Prefeitura do Rio de Janeiro, ao tomar conhecimento de notícias que o incriminavam, exonerou-se e reassumiu seu mandato na Câmara – ato havido pela polícia como "desvio de finalidade", porque o verdadeiro objetivo seria "reconquistar" a imunidade parlamentar e "escudar-se de eventual decreto prisional". Na interpretação dos ínclitos policiais, "deste modo, atualmente, em razão do desvio de finalidade de seu ato de exoneração do cargo de secretário municipal, Chiquinho não faz jus à imunidade material prevista no artigo 53, §2.º, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988".

Fosse pouca a heterodoxia da negação de tão básica franquia do Parlamento só pelo retorno "defensivo" ao exercício do mandato, o douto ministro Alexandre de Moraes invocou o art. 312 do Código de Processo Penal para alinhar os fatores delitivos concretos ou potenciais que em geral autorizam a prisão preventiva, entre eles atos de obstrução à justiça, e concluiu: "A presença dos requisitos autorizadores da prisão preventiva afasta a afiançabilidade do crime, permitindo a prisão em flagrante do parlamentar". Desprezou-se a taxatividade e o fato de que entre nós não há prisão preventiva para congressistas. Tais requisitos alcançam os não protegidos pelas imunidades parlamentares. Aplicou-se a regra onde valia a exceção.

Não menos heterodoxo é o comportamento abdicatório de deputados que já se pronunciaram a favor da prisão, a começar pelo relator na Comissão de Constituição e Justiça, Darci de Matos (PSD-SC), que ofereceu em horas parecer favorável. Mas os pedidos de vista do processo adiaram a votação final para ao menos 9 de abril. Ao plenário caberá uma decisão exclusiva acerca da legalidade da prisão, e não prejulgar o mérito das repulsivas ações atribuídas ao deputado, tarefa que cabe à Justiça. Que seja processado com o rigor da lei, mas nenhum predicamento do Congresso seja suprimido ou ignorado.

Há expectativas de que os integrantes da Câmara Baixa reeditem a independência dos parlamentares que em 1968 não se dobraram ao ataque à Constituição e à democracia. Que façam reverência sem reservas ao devido processo legal, revestido em sua natureza de valor universal para vigorar em quaisquer conjunturas políticas, em benefício não de pessoas, inocentes ou culpadas, mas do Estado Democrático de Direito fundado no respeito à Constituição. ●

ADVOGADO CRIMINALISTA, FOI PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DA OAB E DEPUTADO PELO PDT-SP

TEMA DO DIA

LILIAN SANT'ANNA/UNESP



Polêmica

Em Marília, Unesp paga R$ 300 mil por mural de Kobra e vira alvo de críticas

O painel ocupa a fachada da biblioteca Unesp, no campus de Marília (SP). Estudantes e professores questionam o custo de R$ 300 mil e falam em demandas de ampliação da assistência estudantil e melhoras de infraestrutura. ●



Comentários de leitores no portal e nas redes sociais

● **"Não houve discussão com a comunidade acadêmica. E essa arte poderia ter sido feita por artistas da própria cidade."**
ANDREZA ALVES

● **"E a quadra esportiva está parecendo um pasto de tanto mato que tem."**
MARIA EDUARDA GONÇALVES

● **"Só falta pra moradia estudantil, restaurante universitário e equipamentos de laboratórios, né, diretoria."**
GIOVANNA CASTRO

● **"Absurdo. Cadê os órgãos de controle?"**
FRED BARLETTA



NAS REDES SOCIAIS
Veja outros destaques e participe das discussões no Link da Bio do Instagram do Estadão.
https://bit.ly/LDBEstadao

Siga o @Estadao nas redes sociais

PRODUTOS DIGITAIS

HÉLVIO ROMERO/ESTADÃO - 9/5/2018



Paladar

Saiba escolher alimentos saudáveis no mercado. ●
https://bit.ly/43L3X0Z

Link

HotMail, Yahoo e BOL: quem ainda usa corre riscos. ●
https://bit.ly/3vMZ3E2

Newsletter



Receba conteúdos do 'New York Times' no e-mail. ●
https://bit.ly/3K6DaB3

Av. Eng. Caetano Álvares, 55 – CEP: 02598-900 – São Paulo - SP ● (11) 3856-2122 ● **Fax:** (11) 3856-2940 ● **E-Mail:** forum@estadao.com ● **Central do assinante:** Capital e regiões metropolitanas: 4003-5323 ● Demais Localidades: 0800-014-77-20 ● https://meu.estadao.com.br/fale-conosco ● **Central ao leitor:** (11) 3856-2122 ● falecom.estado@estadao.com classificados por telefone: (11) 3855-2001 **Preços venda avulsa: SP:** R$ 7,00 (segunda a sábado) e R$ 9,00 (domingo). **RJ, MG, PR, SC E DF:** R$ 7,50 (segunda a sábado) e R$ 10,00 (domingo). **ES, RS, GO, MT E MS:** R$ 9,50 (segunda a sábado) e R$ 11,50 (domingo).**BA, SE, PE, TO E AL:** R$ 10,50 (segunda a sábado) e R$ 12,50 (domingo). **AM, RR, CE, MA, PI, RN, PA, PB, AC E RO:** R$ 11,00 (segunda a sábado) e R$13,00 (domingo).● **Vendas de assinaturas:** 0800-014-9000 ● **Whatsapp:** (11) 99248-2333 ● **Vendas corporativas:** (11) 3856-2524 ● **Agências de publicidade:** (11) 3856-2531 ● cia@estadao.com

INÊS 249

Judiciário

‘Punição’ com aposentadoria e salário alcança 123 magistrados em 15 anos

Levantamento do ‘Estadão’ buscou dados sobre a aplicação da sanção máxima prevista na Lei Orgânica da Magistratura; primeiro aposentado pelo CNJ recebe R$ 32 mil por mês

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) tinha quatro anos de existência quando determinou a primeira aposentadoria compulsória de um magistrado no País. O alvo da decisão, de 2009, foi o ex-juiz Rivoldo Costa Sarmento Junior. Na condição de plantonista, ele ordenou que a Eletrobras pagasse R$ 63 milhões a um portador de títulos públicos. O CNJ avaliou que a medida era injustificável. Passados 15 anos da punição, Sarmento Jr. recebe, em média, R$ 32 mil brutos por mês, com direito a 13.º salário. Em dezembro do ano passado, um benefício elevou o vencimento a R$ 107 mil.

O juiz aposentado recebeu, no último mês de 2023, R$ 70 mil a título de Parcela Autônoma de Equivalência (PAE), um penduricalho concedido a juízes e promotores por terem ingressado na carreira numa época específica. Esse benefício foi criado por lei, em 1992, com o objetivo de equiparar as remunerações de autoridades dos três Poderes.

“É difícil aquilatar se esse instituto (*aposentadoria compulsória*) é benéfico ou maléfico, porque o que se procura preservar é a segurança jurisdicional dos juízes. Para mim foi um castigo, porque não foi comprovada nenhuma irregularidade na minha conduta. A aposentadoria não foi benéfica. Foi um castigo”, disse Sarmento Jr. ao **Estadão**. “Há um movimento muito grande de política dentro dos tribunais, então eu preferi me confortar com a aposentadoria e seguir a vida”, afirmou o ex-juiz.

Assim como Sarmento Jr., outros 122 magistrados foram aposentados compulsoriamente pelo CNJ ou pelos respectivos tribunais, desde 2006. Levantamento do **Estadão** mostra que apenas o conselho foi responsável pelo afastamento de 88 magistrados. Outros 35 tiveram punição definida por tribunais regionais ou estaduais.

LEVANTAMENTO. O **Estadão** procurou os seis Tribunais Regionais Federais (TRFs), os 27 tribunais estaduais e do Distrito Federal (TJs), os 24 Tribunais Regionais do Trabalho (TRTs) e os três Tribunais de Justiça Militar (TJMs), pois também podem impor sanções por meio de processos administrativos disciplinares (PADs). Apenas 16 das 60 Cortes demandadas responderam dentro do prazo estabelecido pela reportagem.

Os motivos de aposentadoria compulsória vão desde manifestações políticas em período eleitoral até a prática de assédio sexual, caso de um juiz do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) punido por investidas contra ao menos quatro jovens que trabalhavam em empresas terceirizadas. Há, ainda, casos de corrupção passiva, como o ocorrido com um juiz da cidade de Nossa Senhora de Nazaré (PI) que cobrou dinheiro da prefeitura em troca de decisões. Em 2023, houve um salto no número de magistrados aposentados de forma compulsória pelo CNJ. Foram 13, ante dois no ano anterior e quatro em 2021.

Um dos casos, como mostrou o **Estadão**, foi o do juiz Guilherme da Rocha Zambrano, substituto na 13.ª Vara do Trabalho de Porto Alegre. Ele foi condenado à aposentadoria compulsória por comprar cinco carros de luxo em leilões. A avaliação foi a de que o magistrado incorreu em atos de comércio, com a participação “sistemática” em leilões de automóveis e a constituição de uma sociedade comercial, em violação à Lei Orgânica da Magistratura. Procurado, ele não se manifestou sob a alegação de que não pode comentar processo pendente de julgamento e recomendou a leitura de sua defesa. Nos autos, negou irregularidades.

Sanção
Motivos da punição vão de manifestações políticas em período eleitoral até a prática de assédio sexual

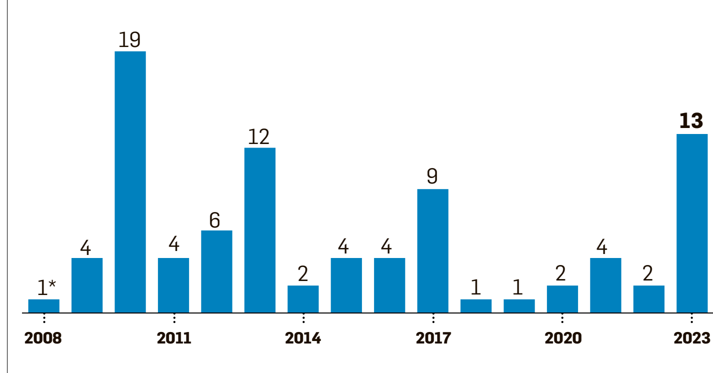
IMPACTO. Um magistrado brasileiro recebe, em média, R$ 37,2 mil, segundo o painel de remuneração do CNJ. Na Justiça Federal, a média salarial em março deste ano ficou em R$ 38,2 mil, enquanto na esfera estadual o vencimento básico médio chega a R$ 36,3 mil. Essas cifras fazem com que o gasto anual do Poder Judiciário com os 123 juízes e desembargadores aposentados compulsoriamente alcance cerca de R$ 59 milhões. O montante pode ser ainda maior, já que o cálculo da aposentadoria forçada é feito sobre o tempo de contribuição e há casos de juízes que continuam recebendo penduricalhos, como Sarmento Jr.

PUNIÇÕES. Prevista na Lei Orgânica da Magistratura, a aposentadoria compulsória é a punição mais dura que um magistrado pode sofrer. Quando essa sanção é imposta, o condenado para de trabalhar, mas continua a receber salário proporcional pelo tempo de contribuição. O argumento jurídico que sustenta essa prática é o de que os juízes, promotores e militares precisam de autonomia para exercer a função e, portanto, não podem agir com medo de serem penalizados com a perda da remuneração. Há outras formas de punição, como censura, advertência e remoção compulsória (mudança de fórum ou comarca). A única forma de um juiz deixar de receber salário é em caso de condenação criminal.

PUNIÇÃO

Levantamento do ‘Estadão’ mostra que CNJ aposentou compulsoriamente 88 magistrados; outros 35 foram punidos pelos respectivos tribunais

Número de aposentadorias via CNJ



Número de aposentadorias via tribunais

TJ-CE	18	TJM-MG	1	TJM-RS	0
TRT-5	5	TRF-5	1	TRF-6	0
TRT-18	2	TRT-12	1	TRT-20	0
TRT-2	2	TRT-15	1	TRT-24	0
TRT-3	2	TRT-4	1	TRT-7	0
TJ-MS	1				

*PRIMEIRO CASO DE APOSENTADORIA COMPULSÓRIA VIA CNJ FOI CONCLUÍDO EM 2009, MAS CONSTA COMO SENDO DE 2008, QUANDO TEVE INÍCIO O PROCEDIMENTO

FONTES: CNJ E LEVANTAMENTO REALIZADO EM TODOS OS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA, TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS, TRIBUNAIS REGIONAIS DO TRABALHO E TRIBUNAIS MILITARES / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

“A aposentadoria compulsória me parece que não está no âmbito de uma prerrogativa justificável, mas de um privilégio”
Álvaro Jorge
Professor de Direito Administrativo da Fundação Getulio Vargas (FGV)

“(A aposentadoria compulsória) não é um benefício do juiz, mas a contrapartida pelos pagamentos realizados ao regime de previdência ao longo do tempo de exercício da função. Há motivos históricos para a existência da aposentadoria compulsória com recebimento”
Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB)
Em nota

“Determinadas carreiras recebem ou merecem receber prerrogativas para o exercício da função, mas isso acaba mal casando com uma tradição brasileira que eu chamo de ‘corporações de ofício’, que se protegem e procuram transformar prerrogativas em privilégios. Prerrogativas são questões constitucionalmente justificáveis e explicáveis. Privilégios, não”, disse o professor de Direito Administrativo Álvaro Jorge, da Fundação Getulio Vargas (FGV). “A aposentadoria compulsória me parece que não está no âmbito de uma prerrogativa justificável, mas de um privilégio.”

‘CONTRAPARTIDA’. A Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), por sua vez, afirmou que a aposentadoria compulsória “não é um benefício do juiz, mas a contrapartida pelos pagamentos realizados ao regime de previdência ao longo do tempo de exercício da função”. “Há motivos históricos para a existência da aposentadoria compulsória com recebimento de proventos proporcionais”, disse a entidade, por meio de nota.

“Além disso, faz parte das prerrogativas da magistratura que contribuem para a manutenção da independência judicial, pois garante aos magistrados e magistradas a prerrogativa de decidir com independência e imparcialidade, sem sofrer represálias, mesmo quando contrariam o poder vigente”, destacou a AMB. “Como quaisquer cidadãos, juízes que cometem crimes graves devem responder perante o Poder Judiciário – e podem ser condenados, com observância do devido processo legal.”

O ministro do Supremo Tribunal Federal Flávio Dino, em breve passagem no Senado – em fevereiro, antes de assumir vaga na Corte –, apresentou proposta de emenda à Constituição (PEC) para acabar com as aposentadorias compulsórias de juízes, promotores e militares que cometerem delitos graves. A PEC sugere a exclusão do serviço público. ●





Vera Rosa *E-mail:* vera.rosa@estadao.com ; *Twitter:* @VeraRosa61

O voto de Toffoli para virar o jogo no STF

Desde que o Supremo Tribunal Federal (STF) fechou o cerco contra Jair Bolsonaro, aliados do ex-presidente aumentaram o tom do confronto com a Corte. O STF já tem maioria para estabelecer que não existe possibilidade de intervenção militar "dentro das quatro linhas da Constituição". Além disso, está a um passo de ampliar o alcance do foro privilegiado para autoridades, mesmo que sejam "ex", o que prejudica Bolsonaro.

A próxima batalha será o julgamento sobre a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal, que mobiliza o mundo evangélico na cruzada contra "demônios" da esquerda e preocupa o Planalto. É justamente aí que entra o ministro do STF Dias Toffoli.

No último dia 6, Toffoli pediu mais tempo para analisar o caso. Com a estratégia, busca entendimento dentro e fora do STF. Um de seus interlocutores é o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, autor de uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que criminaliza o porte e a posse de droga em qualquer quantidade.

Toffoli vai surpreender ao abrir uma nova corrente na Corte: ele votará pela constitucionalidade do artigo 28 da Lei de Drogas, de 2006, que não prevê pena de prisão para usuários e, sim, sanções alternativas.

Mas, ao contrário dos ministros Luís Roberto Barroso, presidente do STF, Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes, Edson Fachin e Rosa Weber (já aposentada), Toffoli se posicionará contra a descriminalização do porte de maconha para uso pessoal. A ideia do magistrado é dar um prazo de 18 meses para a Anvisa, o Congresso e o Executivo estabelecerem uma política pública em relação aos usuários. Pela proposta, caberá a essas instâncias regulamentar a quantidade de maconha que diferenciará o consumidor do traficante e como será feita a comercialização da droga.

Ministro é contra descriminalizar maconha e vai citar Anvisa, Congresso e Executivo

Indicado para o cargo pelo presidente Lula, Toffoli tem tomado decisões polêmicas nos últimos tempos, como as que suspenderam multas bilionárias em acordos de leniência da Lava Jato. Agora, nesse julgamento, está disposto a se aliar ao evangélico André Mendonça.

Na prática, Toffoli age para evitar a rota de colisão do STF com o Congresso e tenta construir um acordo para virar o jogo, uma vez que ministros ainda podem ajustar seus votos. De quebra, dá uma força para Lula porque o governo pode até ampliar a imunidade tributária dos templos religiosos, mas perdeu a batalha da comunicação com os evangélicos.

De nada adiantam agora campanhas publicitárias como "Fé no Brasil", para fazer um aceno a esse público, se eleitores conservadores pobres e moradores da periferia continuarem esquecidos pelo PT. ●

REPÓRTER

SEG. Carlos Pereira e Diogo Schelp (quinzenalmente) ● **TER.** Eliane Cantanhêde ● **QUA.** Vera Rosa e Marcelo Godoy (quinzenalmente) ● **QUI.** William Waack ● **SEX.** Eliane Cantanhêde ● **DOM.** Eliane Cantanhêde e J.R. Guzzo

Móveis do Alvorada

Justiça nega ação de casal Bolsonaro contra Lula

O Juizado Especial Cível do Distrito Federal negou ontem a ação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva se retrate após os móveis que supostamente estavam desaparecidos do Palácio da Alvorada terem sido encontrados na residência oficial. O pedido incluía indenização de R$ 20 mil. ●

WILTON JUNIOR/ESTADÃO–4/5/2022



Atos antidemocráticos

STF já validou 102 acordos de réus pelos atos do 8/1

Mais 21 réus pelos atos de 8 de Janeiro de 2023 tiveram acordos com a Procuradoria-Geral da República validados pelo ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. Ao todo, 102 pessoas que cometeram crimes considerados de menor gravidade tiveram direito ao benefício, com revogação das medidas cautelares impostas anteriormente. ●

Operação Satiagraha

Juiz decreta prisão e manda incluir Protógenes na lista da Interpol

Ex-delegado da PF comandou ação policial de 2008; detenção foi ordenada em pedido de Daniel Dantas, alvo da investigação

PEPITA ORTEGA

O juiz Nilson Martins Lopes Júnior, da 6.ª Vara Criminal Federal de São Paulo, decretou a prisão preventiva do ex-delegado da Polícia Federal e ex-deputado Protógenes Pinheiro de Queiroz, sob suspeita de "estar se ocultando" na Suíça, para evitar investigação sobre suposto vazamento da Operação Satiagraha – polêmica investigação conduzida por Protógenes em 2008.

O magistrado determinou a inclusão do nome de Protógenes na Lista de Difusão Vermelha (mais procurados) da Interpol. Também ordenou o bloqueio do passaporte do ex-delegado. A prisão foi decretada a pedido do banqueiro Daniel Dantas – alvo principal da Satiagraha –, com parecer favorável do Ministério Público Federal.

O despacho foi assinado no âmbito de uma queixa-crime que Dantas ofereceu contra Protógenes e Luís Roberto Demarco Almeida por suposto repasse de informações sigilosas da operação.

A ofensiva foi aberta para apurar supostos crimes contra o sistema financeiro e de lavagem de dinheiro envolvendo o Banco Opportunity, gerido por Dantas. O banqueiro foi preso na primeira etapa da Satiagraha por ordem do juiz federal Fausto Martin De Sanctis, hoje desembargador do Tribunal Regional Federal da 3.ª Região (São Paulo). Na ocasião, o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal, mandou soltar Dantas.

ANULADA. Em meio aos desdobramentos da ofensiva recaíram suspeitas sobre a atuação de Protógenes, que comandava a investigação. Em 2015 o Supremo validou decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que anulou a Satiagraha.

O ex-delegado da PF foi denunciado pela Procuradoria da República por crime de violação de sigilo funcional e condenado pelo juiz Ali Mazloum, da 7.ª Vara Criminal Federal de São Paulo, hoje também desembargador do TRF-3. A defesa recorreu.

Em meio ao processo criminal a que respondia, Protógenes deixou o País e seguiu para a Suíça, onde pediu asilo político. Doze anos depois da operação, a Justiça Federal recebeu a queixa-crime de Dantas. A Justiça iniciou uma série de procedimentos de cooperação internacional para citar e intimar Protógenes no país europeu. Todas as tentativas foram frustradas.

Depois de quase três anos, em dezembro de 2022, o juiz Nilson Martins Lopes Júnior entendeu que estavam esgotados os esforços de cooperação jurídica internacional. A avaliação do magistrado da 6.ª Vara Criminal Federal de São Paulo é a de que há indícios de que Protógenes "estaria se esquivando para ser citado, ocultando sua localização para não receber intimações pessoais com o intuito de protelar e tumultuar o andamento do processo". A prisão do ex-delegado foi considerada "imperiosa".

Protógenes tem 64 anos e se tornou delegado da PF em 1998. As investigações que desencadearam a Satiagraha começaram em 2004, como um desdobramento do escândalo do mensalão. Além de Dantas, a Satiagraha levou também à prisão o ex-prefeito Celso Pitta, o investidor Naji Nahas e outras 14 pessoas.

ABIN. Em 2009, Protógenes foi afastado do comando da operação. O MPF apontou que ele vazou para a imprensa detalhes da investigação e realizou escutas com a participação de agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). O **Estadão** procurou Protógenes Queiroz, mas não obteve resposta. ● COLABOROU GABRIEL DE SOUSA

DIDA SAMPAIO/ESTADÃO–4/7/2012



Protógenes foi denunciado por crime de violação de sigilo funcional

Supremo

Em 2015, o STF validou decisão do Superior Tribunal de Justiça (STJ) que anulou a Satiagraha

Juíza suspende ordem do TCE-RJ para pagar R$ 581 mil a Brazão

A juíza Georgia Vasconcellos, da 2.ª Vara de Fazenda Pública do Rio de Janeiro, suspendeu uma decisão do presidente do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro que havia determinado o pagamento de R$ 581 mil em férias não gozadas ao conselheiro Domingos Brazão, preso sob suspeita de ter mandado matar a vereadora Marielle Franco e o motorista Anderson Gomes.

A decisão foi assinada anteontem, em ação popular movida pelo deputado estadual Tarcísio Motta (PSOL). A ordem de pagamento foi autorizada em março pelo conselheiro Rodrigo Melo do Nascimento, na esteira de uma decisão da Corte que concedeu a Brazão o direito de tirar 360 dias de férias. O pedido acolhido foi convertido em pecúnia – ou seja, autorizado o pagamento do "extenso período de férias".

No período – de 2017 a 2022 – Brazão ficou afastado por determinação do Superior Tribunal de Justiça. Ele ficou alijado de suas funções por suspeita de fraude e corrupção investigadas na Operação Quinto do Ouro. ● P.O.

Ditadura

Comissão institui reparação coletiva a povos indígenas

WESLLEY GALZO
BRASÍLIA

A Comissão de Anistia, vinculada ao Ministério dos Direitos Humanos, concedeu ontem os primeiros pedidos de reparação coletiva da história do País. O colegiado analisou requerimentos apresentados pelos povos indígenas Krenak (do norte de Minas Gerais) e Guarani Kaiowá (de Mato Grosso do Sul), que acusaram o Estado brasileiro de cometer diversas violações de direitos humanos durante a ditadura militar. A decisão foi aprovada por unanimidade pela comissão, órgão colegiado do governo federal.

A concessão de reparação coletiva foi possível graças a uma inovação regimental aprovada pela comissão, em março do ano passado. As indenizações por crimes e violações do Estado brasileiro no período ditatorial costumavam ser concedidas apenas individualmente. A presidente da comissão, Enea Stutz de Almeida, afirmou, durante a sessão, que especialistas destacaram o quão importante seria não individualizar a reparação dos indígenas. "O que faz sentido para as comunidades é a reparação coletiva", declarou Enea.

CARÁTER SIMBÓLICO. A reparação coletiva não prevê o ressarcimento econômico. O dispositivo concede anistia política e recomenda que outros órgãos públicos assegurem direitos a esses grupos violados. A medida também tem um caráter simbólico como um pedido de desculpas.

No caso dos povos indígenas, por exemplo, foi apontada a necessidade de atenção especial a questões sanitárias e de saúde nas comunidades. Outra demanda apresentada foi para que ocorresse a demarcação dos territórios. O colegiado concordou em apresentar uma recomendação ao governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva para que as terras Krenak e Guarani Kaiowá sejam demarcadas.

Os indígenas das duas comunidades foram perseguidos pelo regime militar e forçados a deixar os seus territórios, entre os anos de 1946 e 1988. A ditadura construiu um reformatório no território Krenak que, de acordo com especialistas do Ministério dos Direitos Humanos, se tornou um centro de detenção arbitrária para realizar o controle social desses indígenas. O povo também foi privado do exercício de seus ritos religiosos.

> ***"Houve forte intervenção governamental e empresarial nas terras indígenas, que resultou em mortes, violação à integridade física dos indígenas e profunda desintegração dos modos de vida, colocando em risco a sua existência enquanto povo"***
>
> **Leonardo Kauer Zinn**
> **Conselheiro e relator do caso Krenak**

O relator do caso Krenak, Leonardo Kauer Zinn, afirmou que o requerimento apresentado pelos indígenas reuniu farta quantidade de provas que atestam que "houve forte intervenção governamental e empresarial nas terras indígenas, que resultou em mortes, violação à integridade física dos indígenas e profunda desintegração dos modos de vida, colocando em risco a sua existência enquanto povo". "Os direitos indígenas foram desrespeitados, tanto em relação às suas terras quanto às suas liberdades", destacou o relator.

RECURSO. O pedido de reparação ao povo Krenak ficou parado na Comissão de Anistia durante os governos de Dilma Rousseff (PT) e Michel Temer (MDB). Quando o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) assumiu o Palácio do Planalto, o caso foi pautado, mas a demanda acabou sendo indeferida, em 2022. Os requerimentos retornaram à comissão por meio de recurso. ●


INÊS 249

NOTAS E INFORMAÇÕES

PT à cubana



Acordo com o Partido Comunista de Cuba é mais uma amostra dos delírios petistas

Em seu prodigioso talento para demonstrar o apreço lulopetista a ditaduras amigas, a presidente do PT, Gleisi Hoffmann, viajou a Havana com o companheiro Lindbergh Farias – e de lá voltou com um acordo de "cooperação e intercâmbio" assinado com o Partido Comunista cubano. Segundo ela informou, o acordo prevê "troca de experiências", seja lá o que isso signifique, entre petistas e o partido único de Cuba. Gleisi também se encontrou com o presidente Miguel Díaz-Canel, transmitindo-lhe o interesse de encontrar ainda mais meios de o Brasil ajudar Cuba, "em meio ao bloqueio que está sofrendo".

Fosse o PT irrelevante, o desvario diplomático permaneceria restrito ao breviário esquerdista de quem nutre fidelidade aos comunistas cubanos e à memória do ditador Fidel Castro. Como se trata do partido que tem a Presidência da República e influência na política externa, o gesto de Gleisi ganha contornos mais sérios. Na cosmologia lulopetista, o embargo econômico imposto pelos Estados Unidos é a única razão da gravíssima crise econômica de Cuba – um zelo persecutório no qual se omite o preço pago por uma ditadura que transforma a vida dos cubanos comuns num inferno de escassez e paranoia.

Não se trata de um gesto pontual. O governo de Lula da Silva vem promovendo sucessivos atos em defesa da ditadura cubana – e de outras igualmente odiosas, como a Venezuela de Maduro, a Rússia de Putin e a Nicarágua de Ortega. No caso de Cuba, tem estimulado a retomada de investimentos no País e tentado oferecer projetos em áreas como agricultura e energia. Seriam gestos louváveis para ajudar o sofrido povo cubano não fosse o silêncio voluntário de Lula e da companheirada diante das atrocidades pelo governo de Cuba e seu Partido Comunista. Quase sempre à margem do Itamaraty, a política externa também trabalha para livrar a barra dos grupelhos autoritários que comandam Cuba há mais de 60 anos.

É mais um sintoma de um partido que tem a bússola moral e política avariada, para usar a feliz expressão do cientista político Sergio Fausto, em artigo no **Estadão** que analisou a felicitação do PT a Putin e sua reeleição fajuta. Parece difícil exigir que certas lideranças partidárias mudem suas convicções seletivas sobre democracia. Também é tarefa inútil esperar que modernize seu pensamento rupestre – aquele que usa o "imperialismo americano" para justificar o apoio a tiranos sanguinários mundo afora. Mas não se pode admitir que o vício do esquerdismo infantil siga intoxicando nossa política externa.

O PT de Gleisi e de Lula ainda não entendeu: sua volta ao poder não foi obra e graça de um Lula redivivo depois do calvário da Lava Jato, mas fruto de circunstâncias excepcionais de resistência a um autoritarismo iminente e de defesa da democracia. A frente ampla que o elegeu desabona tentações autoritárias, menos ainda se forem de inspiração cubana. Promover a pacificação nacional, espírito central da eleição de 2022, requer também romper com o vício de confundir partido e Estado. O Brasil não pode ser uma mera correia de transmissão dos delírios petistas. ●

Eleições 2024

Em SP, ao menos cinco secretários saem para concorrer a vereador

Prazo para deixar o cargo se encerra na próxima sexta-feira, e levou prefeito Ricardo Nunes a trocar nomes no 1.º escalão da gestão

SAMUEL LIMA

O prefeito de São Paulo, Ricardo Nunes (MDB), deve promover sete trocas, entre secretários e diretores, esta semana, quando se encerra o prazo de filiação partidária e desincompatibilização para disputar as eleições municipais de 2024. O **Estadão** apurou que cinco dessas mudanças envolvem o pleito, enquanto outros dois nomes devem sair na mesma leva, sem pretensões eleitorais. A maioria dos novos indicados já integra a gestão, e será promovida internamente.

A secretária de Cultura, Aline Torres; o secretário de Assistência Social, Carlos Bezerra Júnior; e a secretária de Segurança Urbana, Elza Paulina; disputam o primeiro ou um novo mandato de vereador na Câmara de São Paulo. As duas titulares devem concorrer pelo MDB, enquanto Bezerra, que está licenciado e voltará ao exercício do mandato até sexta-feira, deve migrar do PSDB para o PSD.

No caso de Bezerra, a substituta já foi anunciada publicamente pelo prefeito em um "convite-surpresa" durante uma agenda externa no Dia Internacional da Mulher: será a chefe de gabinete Marcelina Conceição dos Santos, conhecida como Ciça. A pasta de Segurança está entre o adjunto Junior Fagotti, que é advogado, e o coronel da reserva da Polícia Militar Ricardo Mello Araújo, ex-comandante da Rota e diretor da Ceagesp.

BOLSONARISTA. O militar é o preferido do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para o posto de candidato a vice de Nunes em outubro, mas enfrenta resistência não só de aliados do emedebista, como também de uma ala do PL ligada ao presidente nacional do partido, Valdemar Costa Neto, e do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos).

Prazo
Alexandre Pereira, filho de Paulinho da Força, vai deixar fundação para tentar prefeitura de Jundiaí

Neste momento, dar a secretaria ao aliado de Bolsonaro seria um aceno ao grupo, mas também pode ser lido como um sinal de enfraquecimento do nome como vice. Para ser candidato a vice-prefeito, um secretário tem de se afastar do cargo até no máximo quatro meses antes do pleito. Completando a lista, o presidente da SP Urbanismo, Cesar Azevedo, também deve deixar o posto para concorrer a vereador na cidade.

BAIXAS. A secretária municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, Aline Cardoso, pediu desligamento do cargo, na última sexta-feira. Ex-vereadora de São Paulo pelo PSDB, ela pediu que a troca ocorresse junto com outros nomes por causa das eleições. Ainda não há substituto. Aline foi procurada pela reportagem por meio da sua assessoria, mas não respondeu.

Outro que deve confirmar a troca alegando motivos pessoais é o secretário municipal de Urbanismo e Licenciamento, Marcos Gadelho. Para o seu lugar, a mais cotada é a arquiteta e professora da Universidade de São Paulo (USP) e da Fundação Armando Alvares Penteado (Faap) Elisabete França.

Elisabete já foi secretária de Mobilidade e Transporte, durante sete meses, em 2020, ainda na gestão do prefeito falecido Bruno Covas (PSDB), e atualmente ocupa o cargo de secretária executiva do Programa de Mananciais da Prefeitura. ●

Investigação

Médica acusa filho de Lula de agressões físicas e psicológicas

A médica Natália Maria Schincariol, de 29 anos, registrou na tarde de ontem um boletim de ocorrência online no qual acusa o filho mais novo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, Luís Cláudio Lula da Silva, de agressões físicas e psicológicas. Os dois mantiveram um relacionamento nos últimos dois anos, mas, segundo Natália, se separaram depois que ela teria descoberto traições.

O boletim cita cinco acusações: violência doméstica, ameaça, vias de fato, violência psicológica contra a mulher e injúria. "As agressões são de natureza física (oportunidade em que me deu uma cotovelada na barriga, no final de janeiro), verbal, psicológica e moral, e têm se intensificado, colocando em risco a minha integridade física e mental", disse a médica, conforme o B.O. registrado na Polícia Civil.

Natália afirmou ainda que não registrou ocorrência antes porque o ex-companheiro teria dito que não aconteceria nada por ele ser filho do presidente da República. "O autor a intimida, utilizando o fato de ser filho do presidente da República, dizendo 'meu pai vai me proteger', 'eu vou acabar com sua alma' e 'vou falar para todos que você é uma insana'", registrou o documento.

A ex-namorada de Luís Cláudio disse ter se afastado do trabalho "devido ao trauma causado pelas agressões", relatou ter sido hospitalizada com crises de ansiedade e afirmou que foi chamada de "doente mental, vagabunda, louca".

RICARDO STUCKERT/PR



Luís Cláudio Lula da Silva, filho mais novo do presidente

'MENTIRAS'. A defesa de Luís Cláudio afirmou, em nota, que as acusações são "fantasiosas". "Tomamos conhecimento das fantasiosas declarações que teriam sido proferidas pela médica, cujas mentiras são enquadráveis nos tipos dos delitos de calúnia, injúria e difamação, motivos pelos quais serão tomadas as medidas legais pertinentes", disse a advogada Carmen Silvia Tannuri.

A advogada de Natália, Gabriela Schievano Sançana, afirmou que medidas protetivas foram determinadas "visando assegurar a integridade física" da médica. Segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, a 1.ª Delegacia de Defesa da Mulher, no Cambuci, apura o caso.

● HEITOR MAZZOCO, TÁCIO LORRAN, ZECA FERREIRA, PEPITA ORTEGA E FAUSTO MACEDO

Efeito colateral

Ataque a comboio de ajuda eleva pressão externa sobre Netanyahu

ONGs de ajuda humanitária suspendem operações em Gaza e navios com 240 toneladas de comida voltam para o Chipre; EUA, Reino Unido e França criticam Israel

MOHAMMED SABER/EFE



Teto do carro identificado com o logo da ONG World Central Kitchen atingido por um míssil de Israel em Deir al-Balah, na Faixa de Gaza

TEL-AVIV

A pressão externa sobre Israel aumentou ontem depois que o governo do premiê, Binyamin Netanyahu, admitiu ter atacado um comboio humanitário em Gaza, na segunda-feira. O bombardeio, que matou sete voluntários da ONG World Central Kitchen (WCK), fundada pelo chef espanhol José Andrés, foi condenado por vários países, incluindo os EUA.

Netanyahu, que rejeita as críticas internacionais sobre a forma como Israel conduz a guerra contra o Hamas, disse que lamentava o que chamou de “trágico incidente não intencional”. “Acontece em tempos de guerra”, afirmou.

A WCK era uma das organizações mais importantes no fornecimento de assistência alimentar em Gaza. O grupo suspendeu imediatamente suas atividades no enclave. Outras ONGs, como a American Near East Refugee Aid, fizeram o mesmo, o que deve agravar a crise humanitária. O governo do Chipre, de onde partia a ajuda, informou que navios com 240 toneladas de comida deram meia-volta ontem e retornaram ao país.

O episódio ameaça isolar ainda mais Israel e aumentar o atrito diplomático com os EUA. Ontem, em telefonema ao fundador da ONG, o presidente americano, Joe Biden, prometeu cobrar de Netanyahu mais proteção aos trabalhadores humanitários.

REPRIMENDA. Os voluntários da WCK viajavam em carros identificados e foram atacados por três mísseis disparados por um drone. Morreram três britânicos, um americano, um palestino, um australiano e um polonês. Ontem, além dos EUA, Reino Unido e França criticaram Israel pela morte indiscriminada em bombardeios.

O chanceler britânico, David Cameron, exigiu explicações do embaixador de Israel em Londres e chamou o ataque de “inaceitável”. “Israel deve explicar urgentemente como isso aconteceu e fazer grandes mudanças para garantir a segurança dos trabalhadores humanitários”, disse.

O ministro das Relações Exteriores da França, Stéphane Séjourné, afirmou que “nada poderia justificar” as mortes. “A proteção de trabalhadores humanitários é um imperativo moral e legal ao qual todos deveriam aderir”, disse.

O Exército de Israel reconheceu o erro e prometeu montar um comitê de emergência com organizações internacionais para ampliar o envio de ajuda para Gaza. O problema, segundo analistas, é que o governo israelense está ficando sem parceiros para distribuir essa ajuda.

Um assessor da Casa Branca, falando ao jornal *Times of Israel*, sob anonimato, disse que o governo americano está preocupado. “Eles não querem a UNRWA? Certo. Mas eles precisam garantir que o restante dos trabalhadores humanitários esteja protegido”, afirmou, em referência à agência da ONU que distribuía ajuda em Gaza, acusada por Israel de conluio com o Hamas.

O secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, disse que conversou com autoridades israelenses e pediu uma investigação rápida e imparcial. “Esses trabalhadores são heróis”, afirmou. John Kirby, porta-voz da Casa Branca, afirmou que os EUA estavam “indignados” e classificou o ataque como “emblemático de um problema maior”.

ALVOS. A guerra em Gaza revelou-se perigosa para os trabalhadores humanitários. Pelo menos 196 foram mortos desde o início dos combates, em 7 de outubro, segundo a ONU, citando um número do dia 20.

Em comunicado, a WCK disse que sua equipe foi atingida depois de descarregar alimentos em um armazém no centro de Gaza e sair, em dois carros blindados e outro veículo. A ONG afirmou que o comboio foi atingido apesar de ter coordenado seus movimentos com os israelenses. ● NYT, AP e DOW JONES

Para entender

Grupo distribuía 350 mil refeições por dia em Gaza

● **Ajuda**
A World Central Kitchen (WCK) é uma das organizações responsáveis pelo envio de ajuda alimentar à Faixa de Gaza com navios que partem do Chipre. A ONG, com sede nos EUA, é liderada pelo chef espanhol José Andrés.

● **Pioneirismo**
A WCK foi a primeira organização a enviar remessas para Gaza em parceria com a ONG Open Arms. O grupo atua no enclave desde o início da guerra e chegou a construir um cais para descarregar ajuda. Entre as centenas de toneladas de alimentos transportados, há produtos como arroz, farinha, legumes e vegetais enlatados.

● **Distribuição**
Ao todo, são 65 cozinhas comunitárias em Gaza e 350 mil refeições distribuídas diariamente. Organizadores e cozinheiros palestinos que trabalham com a WKC já serviram mais de 32 milhões de refeições no enclave.

Aiatolá promete reação a bombardeio na Síria

TEERÃ

O Irã afirmou ontem que Israel e EUA responderão pelo ataque de segunda-feira que matou 12 pessoas, incluindo sete membros da Guarda Revolucionária, no consulado iraniano em Damasco, na Síria, uma operação que ameaça expandir a guerra no Oriente Médio.

O líder supremo iraniano, o aiatolá Ali Khamenei, advertiu que “o regime perverso sionista será castigado” e o presidente do Irã, Ebrahim Raisi, afirmou que o “crime covarde não ficará sem resposta”.

O bombardeio, atribuído a Israel, contra a seção consular da Embaixada do Irã em Damasco, incluiu seis mísseis disparados por caças F-35 segundo Teerã, os primeiros direcionados contra um edifício diplomático iraniano na Síria. Entre os mortos estão três generais da Força Quds e quatro militares.

Ontem, os EUA garantiram ao Irã que não sabiam de nada e não tiveram envolvimento no ataque ao edifício que abrigava também a residência do embaixador iraniano na Síria. O secretário de Estado americano, Antony Blinken, pediu uma investigação “rápida e imparcial” sobre o ataque israelense. ● AP

INÊS 249

'Rolexgate'

Escândalo de relógios de luxo da presidente derruba 6 ministros no Peru

Investigada pelo Ministério Público por enriquecimento ilícito, Dina Boluarte afirma que ação é 'arbitrária e abusiva'

LIMA

A presidente do Peru, Dina Boluarte, empossou ontem às pressas seis novos ministros, após a renúncia de seis membros de seu gabinete. A crise política tem origem na investigação do Ministério Público, que acusa Dina de enriquecimento ilícito por não ter declarado relógios de luxo – o chamado "Rolexgate".

O escândalo veio à tona em meados de março, após uma reportagem revelar o uso de vários relógios Rolex pela presidente, de 61 anos. Dina não teria declarado nenhum deles. As investigações começaram imediatamente, no dia 18 de março.

Desde a noite de segunda-feira, o governo peruano entrou em parafuso. O ministro do Interior Víctor Torres foi o primeiro a entregar o cargo, seguido horas depois pelos titulares das pastas de Mulher, Educação, Produção, Desenvolvimento Agrário e Comércio Exterior. Nenhum dos ministros, porém, falou abertamente sobre o escândalo dos relógios ou ligou as demissões ao caso.

Torres, por exemplo, alegou "problemas familiares" para deixar o governo. "Coordenei com a presidente e estou saindo porque pedi, e ela concordou", disse Torres ao deixar o palácio presidencial, após participar pela última vez do conselho de ministros.



LUIS IPARRAGUIRRE/PERU PRESIDENCY/REUTERS

Dina Boluarte, durante discurso em Lima; crise no governo do Peru

DEFESA. Torres era o responsável pela polícia, que realizou no fim de semana, juntamente com o Ministério Público, a busca e apreensão na residência e no gabinete de Dina. A defesa da presidente afirmou que os policiais encontraram alguns relógios durante as operações no Palácio do Governo, mas nenhum Rolex.

A presidente classificou a atuação do Ministério Público como "arbitrária, desproporcional e abusiva". Ela afirmou que está sendo atacada sistematicamente e as investigações, portanto, seriam "um ataque à democracia e ao Estado de governo, provocando instabilidade política, social e econômica".

Se for indiciada, Dina só responderia em um eventual julgamento após julho de 2026, quando termina seu mandato, conforme estabelece a Constituição. No entanto, o escândalo pode resultar em um pedido de impeachment pelo Congresso, sob alegação de "incapacidade moral".

Para que isso ocorra, os partidos de direita, que controlam o Parlamento unicameral e são o principal apoio da presidente, deveriam se aproximar dos partidos de esquerda, que são minoritários, em uma aliança teoricamente difícil de se concretizar.

No sábado, 26 dos 130 deputados apresentaram uma "moção de vacância" (impeachment) da presidente à mesa diretora do Parlamento. No entanto, para ser levada a debate, o pedido deve ser aprovado por mais de 50 legisladores.

INSTABILIDADE. Dina era vice-presidente até assumir o cargo, em 7 de dezembro de 2022, depois que o Congresso destituiu o presidente de esquerda Pedro Castillo, por sua tentativa de dissolver o Parlamento e governar por decreto. Dos últimos cinco presidentes peruanos, quatro foram removidos do cargo. ● AFP

Impeachment
Dos últimos cinco presidentes peruanos, quatro foram removidos do cargo pelo Congresso

INÊS 249

Ásia

Forte terremoto em Taiwan põe Japão em alerta

Tremor de magnitude acima de 7 sacode prédios e provoca danos parciais; ondas de 30 centímetros atingem ilha japonesa

TAIPÉ

Um terremoto de magnitude acima de 7 foi sentido em Taiwan na manhã de hoje (noite de ontem no Brasil), o que provocou o colapso parcial de edifícios. O Japão entrou em estado de alerta com avisos de tsunami para um grupo de ilhas no sul.

O Serviço Geológico dos EUA (USGS) calculou a magnitude do terremoto em 7,4. O epicentro foi registrado a 18 km de Hualien, na costa leste de Taiwan, com uma profundidade de 16 km. A Administração Central de Meteorologia da ilha registrou um tremor secundário de magnitude 6,5.

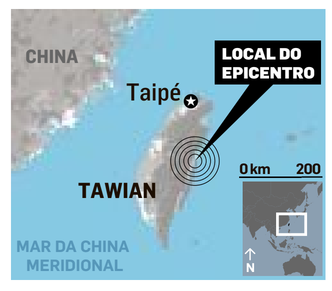
Os tremores foram sentidos por mais de um minuto na capital, Taipé, e paralisaram Taiwan. Serviços de trem e metrô foram suspensos na ilha e escolas na região de Hualien foram fechadas. Na cidade, dois prédios tombaram parcialmente. Canais locais exibiram imagens de edifícios tremendo.

TVBS VIA AP



Base de edifício cedeu em Taiwan, após o maior tremor em 25 anos

ONDE FOI



INFOGRÁFICO: ESTADÃO

O alerta de tsunami foi baseado em advertência da Agência Meteorológica do Japão de que poderia haver ondas de até 3 metros. As primeiras ondas com cerca de 30 centímetros atingiram a ilha de Yonaguni, segundo a emissora NHK, na manhã de hoje no Japão. Residentes das ilhas de Okinawa, Miyako e Yaeyama foram orientados a deixar as áreas costeiras.

Taiwan está localizada no chamado Círculo de Fogo do Pacífico, que causa enorme atividade sísmica e vulcânica no Oceano Pacífico. O tremor de ontem foi o mais forte registrado na ilha em 25 anos. ● AP e AFP

México

No 1º dia de campanha, 2 candidatos são mortos

Na abertura da campanha para as eleições mexicanas, dois candidatos foram assassinados: Gisela Gaytán, que disputava a prefeitura de Celaya, e Adrián Guerrero, candidato a vereador da cidade. Desde setembro, 22 candidatos a prefeito foram assassinados no México. As eleições – incluindo a presidencial – ocorrem no dia 2 de junho. ●

JUAN MORENO/REUTERS



Argentina

Milei fala em 'roteiro' para retomar Malvinas

O presidente da Argentina, Javier Milei, defendeu ontem um "roteiro claro para que as Malvinas retornem às mãos da Argentina" e pediu que os argentinos se reconciliem com as Forças Armadas que, em 1982, durante a ditadura, declararam guerra ao Reino Unido pelo controle das ilhas. A fala marca uma mudança de tom do discurso de Milei. ●

Vida na cidade

Banco quer área de 60 mil m² em SP e Clube Banespa pode ser despejado

Ordem de despejo veio no mês em que clube faz 94 anos, e foi cassada. Santander alega desrespeito a acordo que prevê comodato até 2030 e Banespa fala em laudo desatualizado

FOTOS:TABA BENEDICTO/ESTADÃO



Espaço à margem da Avenida Santo Amaro, comprado em 1936, está avaliado em cerca de R$ 600 milhões, segundo o atual ocupante

FABIO GRELLET

O fim de um acordo pelo uso de uma área de 60 mil metros quadrados à margem da Avenida Santo Amaro, na zona sul de São Paulo, avaliada em R$ 600 milhões segundo o atual ocupante, pode deixar sem sede um clube que existe desde 1930. O Esporte Clube Banespa tem cerca de 10 mil associados e sua equipe profissional de vôlei, hoje extinta, foi duas vezes vice-campeã mundial, em 1991 e 1992.

A instituição completou 94 anos em 12 de março e no dia seguinte foi informada pelo Santander de que a Justiça havia concedido liminar autorizando o banco, que é dono da área, a romper contrato de comodato que vigoraria até o fim de 2030 e tomar posse do espaço, despejando o clube. Após tomar ciência da decisão, a direção do Esporte Clube Banespa recorreu ao Plantão Judiciário paulista e no domingo seguinte, dia 17, conseguiu que a liminar fosse cassada. Agora o processo segue seu rito normal e a Justiça vai decidir se o clube será desalojado ou não.

O QUE ESTÁ EM DISCUSSÃO. Em nota ao **Estadão**, o Santander afirma que "embora o Santander tenha manifestado, anteriormente, a intenção de renovar o comodato até 2030, o clube não honrou os compromissos assumidos, mesmo após ter se comprometido perante a Justiça, o que explica a mudança de posicionamento da instituição". O banco cita como exemplos do descumprimento irregularidades na apólice de seguros e necessidade de reparos estruturais.

O advogado Wilson Marquetti, que representa o clube, afirma que o banco usou laudo desatualizado para justificar o pedido de despejo. "Todas as reformas necessárias foram realizadas e não há nenhum risco aos associados", afirma.

Durante a pandemia de covid-19, entre 2020 e 2022, o clube ficou fechado, o que acarretou problemas de conservação. "Qualquer imóvel que fica fechado por muito tempo enfrenta situação assim", diz Marquetti. Na época, o comodato vigoraria até o ano de 2025. "Em 2022, o Santander se reuniu conosco e indicou uma empresa para fazer um laudo que indicasse quais reformas eram mais urgentes. Contratamos essa empresa e, depois de analisar o laudo, o banco estendeu o comodato até 2030", afirma o advogado.

AS DECISÕES. Um ano após concordar em estender o comodato, em 2023 o Santander foi à Justiça para tentar romper o contrato, e o debate culminou com a ordem de despejo de março deste ano. "Estão configurados o descumprimento pelo requerido de obrigações assumidas por meio do contrato de comodato firmado com o requerente (...). Consequentemente, permanecendo o requerido na posse do imóvel, após o prazo concedido, pratica esbulho possessório. Ante o exposto, defiro a medida liminar de reintegração de posse do imóvel denominado 'Chácara Banespa', expedindo-se o competente mandado", escreveu a juíza Marina Balester Mello de Godoy, da 14.ª Vara Cível de São Paulo, no Foro Regional de Santo Amaro.

Na decisão que cassou a liminar, após interposição de agravo de instrumento pelo clube perante o Plantão Judicial, o desembargador James Siano afirmou que "se mostra prudente a suspensão da liminar de reintegração na posse, ao menos até que se permita a manifestação da parte contrária e/ou apreciação do relator sorteado, para exame destes autos de agravo". "Na área há um clube, com milhares de sócios, e a efetivação da liminar, nesta fase poderá tornar a medida irreversível. É inegável e até preocupante os registros feitos na avaliação técnica, mas também é certo que o comodato admite a regularização desses defeitos."



Pandemia deixou as instalações com problemas de conservação

HISTÓRICO. No fim da década de 1920, um grupo de funcionários do Banco do Estado de São Paulo que se reunia frequentemente para jogar futebol decidiu fundar um clube. Em 12 de março de 1930, no salão nobre da sede do banco, em São Paulo, fundaram a entidade e elegeram a primeira diretoria – Décio Pacheco Silveira foi o primeiro presidente. Como o clube não tinha sede, alugava o campo do Esporte Clube Estrela, no Canindé, zona norte da capital, para realizar seus treinos.

Bons de bola, em 1932 os banespianos venceram um torneio promovido pela Liga Bancária de Esportes Atléticos. A vitória estimulou o grupo a tentar conseguir uma sede, onde pudessem promover também eventos sociais. Em 1933, os bancários conheceram a Chácara São João, em Santo Amaro, e consideraram ser o local ideal. O dono, Walter Nicolaus Herbert Max Joan Von Huetschler, aceitou alugar por 400 mil réis mensais, e o contrato foi firmado em 1933. O banco passou a arcar com o aluguel.

Auge no esporte
Agremiação da zona sul abrigou grandes nomes das chamadas gerações de prata e de ouro do vôlei

Nos anos seguintes, Von Huetschler e o Banespa passaram a negociar a propriedade da chácara, que foi trocada por imóveis do banco na região central da capital. O negócio foi oficializado em janeiro de 1936 e a escritura, transferida em 12 de junho de 1937. Com a expansão do banco, o clube também ganhou mais sócios – hoje são cerca de 10 mil – e aprimorou a estrutura. Comprou uma área de 6 mil metros quadrados, vizinha, e anexou ao clube, que hoje ocupa no total 66 mil metros quadrados. Esse espaço anexado depois não está em discussão na Justiça.

Durante o processo de privatização do Banespa, na segunda metade da década de 1990, diante do risco de que o comprador do banco despejasse o clube imediatamente, para dar uso comercial ao terreno, no contrato de venda foi incluída uma cláusula obrigando o comprador a manter o comodato da área até o fim do prazo então vigente. Em 2000, o espanhol Santander comprou o banco (e seus imóveis, incluindo a sede do clube) por R$ 7,05 bilhões e assumiu a obrigação de não alterar a situação do clube até o fim do comodato.

GLÓRIAS. Nas décadas de 1980 e 1990, a equipe profissional de vôlei do Esporte Clube Banespa contou com ídolos como Montanaro, Xandó e Amauri, da geração que conquistou a medalha de prata nas Olimpíadas de Los Angeles-1984, e Marcelo Negrão, Tande, Giovane e Maurício Lima, da geração de ouro em Barcelona-1992.

O Banespa foi cinco vezes campeão brasileiro, seis vezes sul-americano e duas vezes vice-campeão mundial. A equipe de futebol de salão também fez sucesso – foi duas vezes campeã brasileira. Atualmente o clube não tem equipes profissionais, mas é sede das escolinhas de futebol dos ex-jogadores Rivellino e Zetti. ●

INÊS 249

Marília

Mural de Kobra em biblioteca ao custo de R$ 300 mil é alvo de crítica na Unesp

Parte dos professores e alunos reclama de gasto e cita demandas urgentes; diretoria diz que obra não consumiu recursos de custeio

JOSÉ MARIA TOMAZELA

Um painel do artista Eduardo Kobra sobre a fachada da biblioteca da Universidade Estadual Paulista (Unesp), no câmpus de Marília, interior de São Paulo, dividiu a comunidade. Parte dos alunos e professores questiona o custo de R$ 300 mil da obra e fala em demandas de ampliação da assistência estudantil e de melhorias de infraestrutura. Ja a Faculdade de Filosofia e Ciências (FFC) da Unesp diz que a obra não consumiu recursos de custeio da universidade e nega falta de investimentos em outras áreas.

O mural *Inclusão, Diversidade e Literatura: um Encontro Necessário* foi inaugurado segunda. A diretora do câmpus, Claudia Mosca Giroto, disse que o trabalho de Kobra tem afinidade com a proposta da Unesp.

'PERPLEXIDADE'. Em nota conjunta, a Associação dos Docentes da Unesp (Adunesp) e o Movimento Estudantil da Unesp de Marília citaram "perplexidade" com o gasto de R$ 300 mil no mural, "em vista das inúmeras demandas urgentes" no câmpus. O texto cita a carência de bolsas de estudo para alunos de graduação, banheiros fechados na entrada do prédio dificultando a acessibilidade de cadeirantes e a necessidade de ampliação do atendimento do restaurante universitário, entre outros.

Segundo a diretora da FFC, Claudia Giroto, o mural faz parte de ação cultural vinculada a um projeto que também prevê visitação guiada de alunos de escolas do ensino infantil ao médio, tendo em vista promover o incentivo à leitura e às práticas de inclusão. "É também uma forma de promover a contínua democratização do acesso à biblioteca."

Ela lembrou que propôs o projeto como docente, captando recursos para a obra por fomentos de cultura da universidade, sem utilizar recursos de custeio da unidade. Sobre o valor, disse que foi estipulado sob parecer técnico da área de cultura da universidade e seguiu as normas vigentes. E afirmou que as demandas apontadas pelos grupos da comunidade já estão sendo atendidas.

"No caso de bolsas e auxílios, desde 2014, todo estudante que atendeu aos critérios estabelecidos pela Unesp para atribuição desses auxílios de permanência estudantil foi atendido com pelo menos uma modalidade", disse. Em 2023, a Unesp de Marília recebeu 6% dos R$ 58 milhões aplicados pela Unesp em permanência estudantil nas suas 34 unidades, segundo ela. Sobre os banheiros, diz que todos tiveram reformas e adequações de acessibilidade, e só um está fechado até o fim dessas obras. Ainda conforme a direção, no início da gestão foi feita a reforma do prédio do restaurante e ampliada a quantidade de refeições subsidiadas, de 200 para 780 diárias para alunos de graduação e de pós, ao custo de R$ 6 pelas três refeições.

Natural de São Paulo, Carlos Eduardo Fernandes Léo, o Kobra, tem obras realizadas nos EUA e em vários países da Europa e da Ásia. Procurado, ele informou, por meio da assessoria, que só a Unesp falaria oficialmente sobre o mural na biblioteca. Segundo o **Estadão** apurou, o valor pago condiz com outras obras do artista. ●

ALF RIBEIRO/FOTOARENA



Mural, segundo diretora da FFC, visa a incentivar inclusão e leitura

O que diz a diretoria

Custo da obra foi definido sob parecer técnico da área de cultura da Unesp e seguiu as normas vigentes





INÊS 249

Imunização

Brasil adota o esquema de dose única em vacinação contra o HPV

Vírus é o principal causador do câncer de útero e estratégia visa a ampliar adesão ao imunizante; busca ativa também é estimulada

VICTÓRIA RIBEIRO

O Brasil passou a adotar a dose única como estratégia de vacinação contra o papilomavírus (HPV), principal agente causador do câncer de colo de útero. A informação foi dada ontem nas redes sociais pela ministra da Saúde, Nísia Trindade. Há 10 anos, o Sistema Único de Saúde (SUS) oferece para crianças e adolescentes o imunizante gratuitamente e fazia a indicação de duas doses.

De acordo com a ministra, a decisão de adotar a vacinação em dose única considerou estudos científicos que indicam uma maior adesão à vacina, conforme recomendação da Organização Mundial da Saúde (OMS). Além disso, Nísia incentivou Estados e municípios a realizarem uma busca ativa por pessoas de até 19 anos que não receberam nenhuma dose, para que possam atualizar o esquema vacinal.

Atualmente, o HPV é responsável pela infecção sexualmente transmissível (IST) mais frequente no mundo. Sua transmissão ocorre pelo contato direto com a pele ou mucosa infectada, ou seja, pelo toque, penetração vaginal ou anal, ou contato do vírus com a boca. Já foram identificados mais de 200 subtipos do vírus.

Cerca de 70% a 80% da população entra em contato com o HPV em algum momento da vida, principalmente por meio da atividade sexual. Embora a maioria das infecções pelo vírus seja resolvida pelo sistema imunológico, algumas persistem, o que pode resultar no desenvolvimento de lesões e, eventualmente, no desenvolvimento do câncer.

OS NÚMEROS. Como mostrou o **Estadão** em janeiro deste ano, entre 2014 e 2023, 70,9% das meninas brasileiras receberam a primeira dose, enquanto apenas 54,3% delas foram imunizadas com a segunda dose. No caso dos meninos, o índice é ainda pior: 45,3% receberam a primeira dose, e apenas 27,7% a segunda.

Ontem, Nísia Trindade procurou destacar o progresso nos índices de vacinação, com mais de 5 milhões de doses aplicadas em 2023, o maior número desde 2008. Na comparação com 2022, o aumento foi de 42%. "Agora temos mais vacinas para proteger nossa população", afirmou a ministra da Saúde.

Saiba mais

● Quem pode se vacinar gratuitamente no SUS
Meninas e meninos de 9 a 14 anos; pessoas de 9 a 45 anos com condições clínicas como HIV/aids, transplantados de órgãos sólidos ou medula óssea, pacientes oncológicos (imunossuprimidos); vítimas de abuso sexual; pessoas com papilomatose respiratória recorrente (a chamada PPR).

● Como se prevenir
Segundo Mariana Scaranti, do Hospital Nove de Julho, a principal estratégia é a vacinação. O uso de preservativo (recomendado) não é 100% eficaz, segundo o Ministério da Saúde. Para evitar especificamente o câncer de colo de útero, outra estratégia é a realização regular do papanicolau, exame ginecológico capaz de identificar infecções.

REPRODUÇÃO FANTÁSTICO/TV GLOBO



● O caso Ana Maria Braga
O HPV teve uma busca maior por informações nos últimos dias. No domingo, a apresentadora Ana Maria Braga relembrou no programa *Fantástico*, da TV Globo, que no início dos anos 2000 foi diagnosticada com câncer de ânus. Segundo a apresentadora, o tumor surgiu em decorrência do HPV e só foi descoberto em estágio avançado, por isso defendeu a imunização. "Se tiver filhos menores, vai proteger para o resto da vida."

ANÁLISE TÉCNICA. Embora o HPV também esteja associado a outros tipos de câncer, como de ânus, vulva, vagina, pênis e orofaringe, a médica Isabella Ballalai, diretora da Sociedade Brasileira de Imunizações (SBIm), ressalta que os estudos científicos que embasam a decisão da dose única não demonstram sua eficácia na proteção contra esses tipos de neoplasia.

Apesar disso, Inglaterra e Austrália foram os primeiros países a mudar políticas e estabelecer a vacinação em dose única. Segundo ela, a expectativa é de que exista uma vigilância epidemiológica desses locais, para que em breve existam evidências sobre a eficácia contra os outros tipos de câncer.

"O Brasil faz vigilância da circulação do vírus, mas não das lesões precursoras. Ou seja, quando uma pessoa vai ao ginecologista e são detectadas as lesões pré-cancerígenas, não há uma notificação. Por isso, a expectativa é de que exista um acompanhamento da dose única em outros países, como a Austrália", afirma Isabella.

Os dados que preocupam
Entre meninos, até 2023, 45,3% receberam primeira dose; e apenas 27,7%, a segunda injeção

Mesmo reconhecendo essa lacuna, a diretora da SBIm afirma que, do ponto de vista da saúde pública, a decisão pode colaborar com uma maior adesão da vacinação e, consequentemente, alterar significativamente o cenário do HPV no Brasil. "Ao se vacinar contra o vírus, a pessoa não só se protege, mas também contribui para reduzir a circulação e a prevalência do HPV. Essa é a base estratégica por trás da mudança no esquema vacinal, juntamente com o objetivo de eliminar o câncer de colo de útero", explica Isabella.

EFEITO PRÁTICO. Segundo a OMS, a ampla implementação da estratégia de dose única poderia prevenir 60 milhões de casos de câncer do colo do útero e 45 milhões de mortes em todo o mundo nos próximos 100 anos. ●

Nos EUA

Pessoa em contato com vaca pega gripe aviária

Pelo menos uma pessoa no Texas foi diagnosticada com gripe aviária, após ter contato com vacas leiteiras supostamente infectadas, disseram autoridades estaduais anteontem. O anúncio adiciona uma dimensão preocupante a um surto que afetou milhões de aves e mamíferos marinhos em todo o mundo e, mais recentemente, vacas nos EUA.

Ainda não há sinais de que o vírus tenha evoluído de forma a se espalhar mais facilmente entre humanos, disseram autoridades americanas. O paciente trabalhou com vacas doentes, disse Lara Anton, porta-voz do Departamento de Serviços de Saúde do Estado do Texas. "Testamos cerca de uma dúzia de pessoas sintomáticas que trabalham em laticínios, e apenas uma testou positivo para o vírus", disse ela.

O principal sintoma do paciente foi conjuntivite; a pessoa é tratada com um antiviral e está se recuperando, de acordo com os Centros de Controle e Prevenção de Doenças.

PRIMEIROS CASOS. O Departamento de Agricultura anunciou os primeiros casos em rebanhos no Texas e no Kansas na semana passada e, alguns dias depois, em um rebanho adicional em Michigan. O vírus foi identificado como a mesma versão do H5N1, subtipo de influenza, que tem circulado em aves dos EUA. O risco para o público em geral segue baixo, dizem especialistas, mas testes e análises estão em andamento. ● THE NEW YORK TIMES

INÊS 249

Sistema carcerário

Fuga de Mossoró leva a processos contra 10 servidores

Para Corregedoria, não há indícios de facilitação de fuga dos detentos ligados ao CV, mas ocorreram falhas de segurança

ÍTALO LO RE

A Corregedoria-Geral da Secretaria Nacional de Políticas Penais (Senappen), do Ministério da Justiça e da Segurança Pública (MJSP), concluiu relatório sobre o responsabilidade de servidores da Penitenciária Federal de Mossoró (RN) na fuga de dois presos em 14 de fevereiro. Segundo o resultado da apuração, divulgado ontem, não há indícios de corrupção no caso, mas houve falhas nos procedimentos de segurança. Ao todo, dez servidores responderão a processos administrativos.

Cerca de um mês e meio após a fuga, os detentos não foram recapturados. A dupla é apontada como integrante do Comando Vermelho (CV).

Há duas semanas, o ministro Ricardo Lewandowski chegou a dizer que via "êxito" na mobilização, uma vez que os bandidos supostamente não haviam deixado o perímetro delimitado entre Mossoró e a divisa com o Ceará. Apesar dos rastros deixados, porém, eles ainda não foram encontrados.

Deibson Cabral Nascimento e Rogério da Silva Mendonça escaparam no fim do feriado de carnaval. Foi a primeira fuga do sistema penitenciário federal, criado em 2006. Lewandowski atribuiu ao feriado um suposto relaxamento nos protocolos de segurança.

FORÇA NACIONAL. Na última semana, o trabalho da Força Nacional na busca pelos fugitivos foi encerrado. Na prática, os cerca de 500 agentes que estavam empenhados em trabalhos de campo deixaram de ser mobilizados.

Em paralelo, os serviços de captura passaram a ser feitos com mais intensidade pelas forças policiais do Rio Grande do Norte, além de agentes da Polícia Rodoviária Federal e da Força Nacional Penal.

Operação encerrada
Força Nacional, com 500 agentes, deixou de atuar nas buscas; detentos continuam foragidos

Conforme nota de ontem do MJSP, foram instaurados três processos administrativos disciplinares (PADs) envolvendo 10 servidores. Outros 17 assinarão termos de ajustamento de conduta (TAC), comprometendo-se com uma série de medidas – entre as quais, passar por cursos de reciclagem.

FACILIDADES. Como mostrou o **Estadão**, os presos contaram com facilidades que possibilitaram a saída da cadeia. Rogério e Deibson escalaram uma luminária, chegaram ao teto e acessaram o setor onde é feita a manutenção da prisão. Pegaram ferramentas que eram utilizadas em uma obra.

Segundo Lewandowski, parte das câmeras não estava funcionando adequadamente e algumas luzes estavam apagadas no momento da fuga. Conforme o ministério, a íntegra do relatório não será divulgada para não prejudicar novas investigações sobre problemas estruturais da unidade de Mossoró e os procedimentos correcionais que estão sendo instaurados. ●

O caso do Porsche

Empresário disse estar 'pouco acima do limite'

Em depoimento à polícia, o empresário Fernando Sastre, de 24 anos, afirmou que no domingo dirigia seu Porsche "um pouco acima" do limite de velocidade quando bateu em um Renault Sandero, causando a morte de Ornaldo da Silva Viana, de 52 anos. Ele negou que estivesse sob efeito de drogas ou álcool. E teve a prisão negada pela Justiça. ●

BRASIL URGENTE/TV BANDEIRANTES



Foragido desde 2018

Fugitivo com mais de 100 anos de pena é detido

A Polícia Militar de São Paulo prendeu ontem um foragido do presídio de segurança máxima Romeu Gonçalves de Abrantes, na Paraíba. Acusado pelos crimes de homicídio, roubo e lesão corporal, o preso soma mais de 100 anos de pena e foi localizado em Itaquaquecetuba, após uma denúncia anônima. Ele fugiu da cadeia paraibana em 2018. ●

INÊS 249

PREVISÃO DO TEMPO

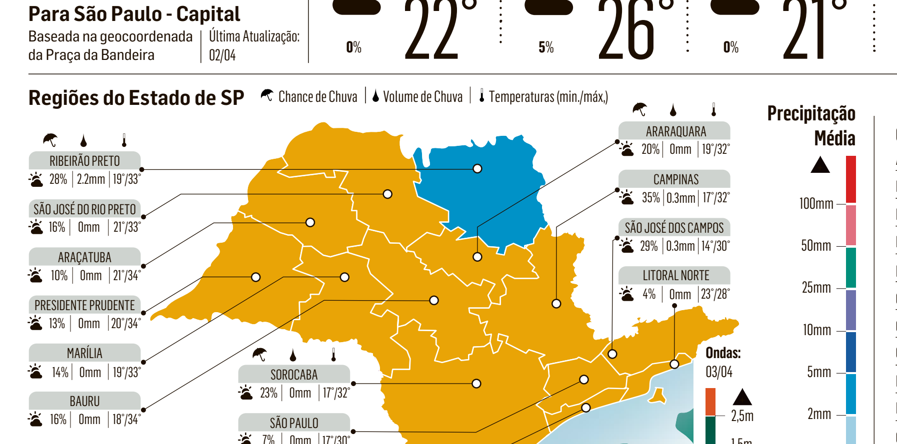
Para São Paulo - Capital
Baseada na geocoordenada da Praça da Bandeira | Última Atualização: 02/04

HOJE: MANHÃ	HOJE: TARDE	HOJE: NOITE	VOLUME DE CHUVA	UMIDADE RELATIVA	AMANHÃ	SEXTA	SÁBADO	DOMINGO
0% 22°	5% 26°	0% 21°	0MM	60 a 100%	17°/29°	18°/31°	19°/27°	18°/28°

SOL
NASCENTE: 6h14
POENTE: 18h04

LUA: **MINGUANTE**

MINGUANTE	02/04	00h14
NOVA	08/04	15h20
CRESCENTE	15/04	16h13
CHEIA	23/04	20h48



Capitais	CHOVE?	VOL.MÉDIO	MÍN./MÁX.
ARACAJÚ	55%	13mm	27°C/30°C
BELÉM	90%	21mm	25°C/31°C
BELO HORIZONTE	55%	4mm	21°C/29°C
BOA VISTA	55%	2mm	28°C/35°C
BRASÍLIA	90%	8mm	20°C/25°C
CAMPO GRANDE	15%	0mm	22°C/31°C
CUIABÁ	45%	2mm	26°C/32°C
CURITIBA	0%	0mm	19°C/27°C
FLORIANÓPOLIS	10%	0mm	21°C/27°C
FORTALEZA	70%	11mm	26°C/30°C
GOIÂNIA	80%	4mm	22°C/29°C
JOÃO PESSOA	65%	11mm	26°C/30°C
MACAPÁ	50%	4mm	26°C/32°C
MACEIÓ	50%	14mm	25°C/31°C
MANAUS	45%	3mm	26°C/30°C
NATAL	65%	12mm	26°C/30°C
PALMAS	55%	7mm	25°C/30°C
PORTO ALEGRE	0%	0mm	19°C/28°C
PORTO VELHO	45%	2mm	25°C/31°C
RECIFE	65%	2mm	27°C/30°C
RIO BRANCO	50%	3mm	24°C/32°C
RIO DE JANEIRO	0%	0mm	23°C/27°C
SALVADOR	50%	3mm	27°C/31°C
SÃO LUÍS	90%	17mm	25°C/31°C
TERESINA	90%	19mm	25°C/31°C
VITÓRIA	20%	0mm	25°C/31°C

Mundo	FUSO	MÍN./MÁX.
ASSUNÇÃO	0h	26°C/36°C
ATENAS	+5h	15°C/24°C
BARCELONA	+4h	13°C/22°C
BERLIM	+4h	10°C/12°C
BRUXELAS	+4h	9°C/13°C
BUENOS AIRES	0h	17°C/20°C
CARACAS	-1h	22°C/25°C
CIDADE DO MÉXICO	-3h	15°C/28°C
ESTOCOLMO	+4h	-3°C/0°C
GENEBRA	+4h	6°C/13°C
JOANESBURGO	+5h	16°C/25°C
LIMA	-2h	20°C/24°C
LISBOA	+3h	12°C/18°C
LONDRES	+3h	11°C/13°C
LOS ANGELES	-4h	11°C/19°C
MADRID	+4h	9°C/16°C
MIAMI	-1h	25°C/29°C
MONTEVIDÉU	0h	15°C/19°C
MOSCOU	+6h	9°C/17°C
NOVA YORK	-1h	7°C/9°C
PARIS	+4h	12°C/16°C
ROMA	+4h	12°C/19°C
SANTIAGO	0h	11°C/21°C
SYDNEY	+14h	18°C/22°C
TEL-AVIV	+5h	19°C/25°C
TÓQUIO	+12h	14°C/19°C
TORONTO	-1h	1°C/5°C
WASHINGTON	-1h	10°C/13°C

Ciência

Pesquisadores criam um embrião de camundongo com seis pernas

O estudo mostra a importância de um gene em determinar se uma estrutura se tornará órgão genital ou membro posterior

RAMANA RECH

NATURE COMMUNICATIONS/REPRODUÇÃO





Cientistas de Portugal mudaram estrutura do DNA 3D de animais

Pesquisadores do Instituto Gulbenkian de Ciência, em Portugal, criaram um embrião de camundongo com pernas no lugar de genitais durante um experimento em que mudaram a estrutura do DNA 3D dos animais. Em vez de quatro pernas, o embrião desenvolveu seis. Os resultados foram publicados na *Nature Communications*.

Durante o estudo, os cientistas avaliavam a função de um receptor de proteínas chamado Tgfbr1 no desenvolvimento embrionário. Eles inativaram o receptor em embriões de rato na metade do desenvolvimento para observar possíveis impactos nos animais. O resultado foi um par extra de patas no lugar de um pênis ou clitóris.

Já havia estudos que indicavam que, na maioria dos animais de quatro patas, a estrutura que origina os membros posteriores é a mesma dos órgãos genitais externos (pênis e clitóris). Isso mostra uma grande plasticidade desse tecido. Os resultados recém-publicados sugerem que essa é uma condição ancestral e, mesmo passado muito tempo, a estrutura que hoje tem a função de originar o órgão genital preservou a capacidade de gerar membros posteriores.

O estudo conclui que o receptor Tgfbr1 é o responsável por direcionar se essa estrutura vai se tornar as patas de trás do animal ou seu órgão genital. Segundo o estudo, a capacidade do receptor de diferenciar essa estrutura trouxe mudanças importantes na evolução dos tetrápodes (mamíferos, répteis, anfíbios e aves) com áreas genitais.

PRÓXIMOS PASSOS. De acordo com a *Nature*, os cientistas agora buscam entender se o receptor Tgfbr1 também pode alterar a estrutura do DNA em outros sistemas como câncer com metástase e funções imunológicas. Também avaliam se o mecanismo funciona da mesma forma em espécies de répteis que têm pênis duplo. Em cobras, por exemplo, esse órgão genital se forma no lugar das pernas. O estudo declara que todos os procedimentos estão de acordo com a legislação europeia e portuguesa e que o projeto foi aprovado pela comissão de ética do Instituto Gulbenkian de Ciência e da Direção Geral de Alimentação Veterinária. ●

SÃO PAULO RECLAMA

Leitor reclama de débito indevido em sua conta

Reclamação de Miguel Ferreira Machado Filho: "Quero fazer uma queixa contra a empresa Claro por fazer cobranças sem minha autorização. Desde fevereiro de 2023, a Claro passou a debitar um plano de TV na minha conta (celular e residencial) sem autorização e sem que eu tenha contratado ou usado a opção. Fiz reclamações na agência física mais de uma vez, além de contato pelo telefone da empresa. Tudo sem sucesso. Não reembolsaram a cobrança indevida feita por vários meses. Como eu disse, em nenhum momento fiz solicitação para esses serviços. Estou há um ano aguardando uma solução e até o momento, nada. Peço ajuda para que a empresa de telefonia entenda que realizou débitos indevidos por serviços não solicitados e, o quanto antes, seja feita a devolução dos valores cobrados indevidamente. Conto com a colaboração do jornal, pois já desisti de procurar a Claro para esclarecer o problema. Muito obrigado desde já pela atenção."

Resposta da empresa: "A Claro informa que entrou em contato com o sr. Miguel e realizou todos os esclarecimentos necessários. A operadora continua à disposição por meio de seus canais de atendimento." ●



Teve algum direito como cidadão ou consumidor desrespeitado? O blog Seus Direitos pode ajudar. Envie suas reclamações, com os devidos documentos, dados pessoais e contatos, além do nome dos envolvidos na questão, para o **spreclama@estadao.com**

HÁ UM SÉCULO

O marechal Ludendorff

Pariz- Os jornaes commentam desfavoravelmente o "veredictum" do tribunal de Munich. Os juizes bavaros, na opinião desse jornal, merecem o desprezo universal pelo achincalhe que fizeram à justiça. De resto, todos os partidos allemães da direita continuam a considerar indispensavel a dictadura, sendo de notar que os planos abortados de Hitler e Ludendorff já succederam outros do mesmo genero. ●



CORREÇÕES

MTST. Por um erro de edição, a reportagem *Boulos é criticado após post sobre Cristo* (pág. A10, 31/3/2024) citou o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no lugar do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

Este espaço se destina à correção de erros publicados na edição impressa do **ESTADÃO**. Você pode colaborar enviando e-mail para **correcoes@estadao.com**. As correções abrangem erros como: de informação, nome, cargo, dados numéricos, entre outros.

LOTERIA



Para ver os resultados, aponte a câmara do seu celular para o QR Code ou acesse: **https://loterias. estadao.com.br/mega-sena.**

FALECIMENTOS

Para publicar anúncio fúnebre: Balcão Limão ● (11) 3856-2139 / (11) 3815-3523 / WHATSAPP (11)99123-8351. ● Atendimento de 2ª a 6ª das 8h30 às 21h horas, Sábado das 10h às 20h, Domingo das 14h às 20h ● Só serão publicadas notícias de falecimento/missa encaminhadas pelo e-mail **falecimentos@estadao.com**, com nome do remetente, endereço, rg e telefone.

Antonio Andre – Dia 30, aos 83 anos. Era casado. Deixa os filhos Marcelo, Maristela, Luciano, parentes e amigos. O enterro foi realizado no Cemitério Municipal de Bebedouro.

IN MEMORIAM

Nazira Simão Alexandre – Amanhã, às 18h30, na Paróquia São Gabriel Arcanjo, na Av. São Gabriel, 108, Jardim Paulista.

MISSAS

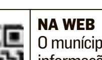
Maria Luiza Pereira de Almeida Leite Ribeiro – Hoje, às 11 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa (7º dia).

Yara de Faria Carmo Moreira – Amanhã, às 11 horas, na Paróquia São José, 32, Jardim Europa (7º dia).

Carlos Nehring Netto – Dia 12, às 11 horas, na Paróquia São José, na R. Dinamarca, 32, Jardim Europa (7º dia).

Site das concessionárias

Consolare:
https://consolare.com.br
Cortel SP:
https://www.cortelsp.com.br
Grupo Maya:
https://grupomaya.com.br/
Velar:
https://velarspfuneraria.com.br/





Sul-Americana

Após 19 dias de treinos, Corinthians joga mal e apenas empata no Uruguai

Em Montevidéu, Alvinegro apresenta futebol sofrível e não passa de um empate por 1 a 1 com o limitado Racing; erros de passes e falhas defensivas voltam a aparecer

RICARDO MAGATTI

Quase 20 dias apenas para treinos e descanso após a eliminação, ainda na primeira fase, do Campeonato Paulista não foram suficientes para o Corinthians evoluir. O time apresentou um futebol sofrível e apenas empatou com o Racing, do Uruguai, em sua estreia na Sul-Americana. No estádio Centenário de Montevidéu, que estava quase vazio, Yuri Alberto vinha salvando a equipe, mas os uruguaios empataram no fim e a partida terminou em 1 a 1.

O Corinthians lamenta o resultado, e sabe que terá de mostrar muito mais para voltar a ser protagonista no ano. No primeiro jogo oficial depois de 19 dias, o time de António Oliveira não demonstrou nenhuma evolução. Foi previsível, apático, exagerou nos erros de passe, deu espaços de sobra e encontrou muitas dificuldades para criar diante de um adversário muito limitado.

O primeiro tempo, em especial, foi difícil de se assistir. Os dois times maltrataram a bola e a partida mais pareceu pelada em alguns momentos. Ambos exageraram nas tentativas de lançamentos e, sem capacidade para pensar o jogo, se livravam da bola. A equipe uruguaia mais assustou o Corinthians do que o contrário – chegou a mandar uma bola na trave do goleiro Cássio.

Na segunda etapa, Rodrigo Garro e Yuri Alberto mostraram um lampejo de bom futebol. Aos 23 minutos, o argentino encontrou o atacante livre. Ele cabeceou e pôs os visitantes em vantagem

Depois do gol, a partida seguiu morna, o que parecia ser bom para o Corinthians, que, preguiçoso, nada fazia senão se defender. Acontece que as substituições do técnico Eduardo Espinel melhoraram o Racing, que ignorou suas limitações, se lançou ao ataque e encontrou espaços na frágil defesa corintiana.

O time do Uruguai foi às redes duas vezes, mas o primeiro gol, marcado por Varela, não valeu porque o volante estava em posição de impedimento após mandar para as redes de cabeça depois de ótima cobrança de falta.

ERRO FATAL. O Corinthians não aprendeu com o vacilo e foi vazado de novo. Desta vez valeu. A bonita trama que envolveu passe de Sosa por elevação foi concluída por Alaniz com precisão. Ambos haviam deixado o banco de reserva havia poucos minutos.

O time alvinegro ainda tentou reagir, mas nada fez senão protagonizar erros na saída de bola pela defesa e nas bolas longas para o ataque. Será longa e, provavelmente, dura a vida do torcedor corintiano em 2024.

O tropeço na estreia é preocupante também porque o Argentino Juniors, time que deve brigar com o Corinthians pelo primeiro lugar do Grupo F, venceu seu compromisso fora de casa – 3 a 2 contra o Nacional do Paraguai. O time argentino, portanto, soma três pontos e larga na frente na chave. A equipe brasileira tem um ponto, assim como o Racing. O Nacional está zerado.

Os primeiros colocados ao término da fase de grupos se classificarão para as oitavas de final. Já os segundos colocados de cada chave precisarão passar por um playoff contra os terceiros colocados dos grupos da Libertadores. ●

FASE DE GRUPOS DA SUL-AMERICANA

RACING-URU	CORINTHIANS
1	1

Gols: Yuri Alberto, aos 23, e Alanis, aos 39 minutos do 2º tempo.
RACING-URU: Bacchia; Cotugno, Monzón, Magallanes, Ferreira; De los Santos (Pereira), Rodríguez e Varela; Verón (Alaniz), Nandín (Sosa) e Urretaviscaya (Mederos).
Técnico: Eduardo Espinel.
CORINTHIANS: Cassio; Fagner, Félix Torres, Gustavo Henrique (Fausto Vera) e Hugo (Matheus Bidu); Raniele, Breno Bidon e Rodrigo Garro; Yuri Alberto, Pedro Raul (Romero) e Wesley (Pedro Henrique).
Técnico: António Oliveira.
Árbitro: Jhon Hinestroza (Colômbia).
Amarelos: Hugo, Garro e Pereira
Público: e renda: não divulgados.
Local: Estádio Centenário, em Montevidéu, no Uruguai.

DANTE FERNANDEZ / AFP



Jogadores do Corinthians lamentam empate após o fim da partida

Libertadores

De olho no Paulistão, Palmeiras estreia com time alternativo

BRUNO ACCORSI

Derrotado pelo Santos no primeiro jogo da final do Paulistão, o Palmeiras estreia na Libertadores hoje, quatro dias antes de decidir o título estadual em novo duelo com o rival alvinegro. Por isso, Abel Ferreira deve levar um time alternativo ao Nuevo Gasómetro, em Buenos Aires, onde o Alviverde encara o San Lorenzo às 21h30, pela primeira rodada do Grupo F do torneio – no outro jogo da chave, o Liverpool do Uruguai recebe o Independiente del Valle.

Como de costume, o português mostrou irritação com o calendário. Depois da derrota para o Santos, chegou até a citar Pep Guardiola para expressar sua insatisfação. “Nossa equipe, muitas vezes, entra para jogar a 70% da energia. Se vocês não acreditam no que eu digo, ouçam as reclamações do Guardiola sobre o calendário. Não é desculpa, é fato”.

A principal novidade da partida será a presença de Rômulo ao menos no banco de reservas. O meia de 22 anos foi contratado pelo clube palmeirense depois de se destacar pelo Novorizontino no Campeonato Paulista. Antes de se apresentar na Academia de Futebol, enfrentou o Palmeiras na semifinal do Estadual, pelo time de Novo Horizonte, e foi derrotado por 1 a 0.

É possível que Rômulo comece como titular, mas Abel trabalha com a ideia de utilizar Gabriel Menino como homem mais adiantado no meio em um trinca formada também por Fabinho e Richard Ríos.

RECORDES. O Palmeiras está em sua nona participação seguida na Libertadores e é o time brasileiro que mais vezes disputou o campeonato, com presença em 24 edições. Também é a equipe do País recordista de jogos (234), vitórias (132) e gols (451) no torneio continental. Em 2024, a missão é conquistar o quarto título e se isolar como o maior campeão entre os times do Brasil. Hoje, está empatado com Flamengo, São Paulo, Grêmio e Santos.

Se contadas as conquistas por países, os argentinos têm 25 troféus contra 23 conquistas das equipes brasileiras – os últimos cinco títulos ficaram no Brasil com Palmeiras (2020 e 2021), Flamengo (2019 e 2022) e Fluminense (2023).

Dos 25 títulos da Argentina, apenas um é do San Lorenzo, em 2014. O clube, conhecido por ter o Papa Francisco como torcedor mais ilustre, vinha de uma sequência de oito jogos sem derrota, mas perdeu por 2 a 1 para o Boca Juniors, no último sábado, pela Copa da Liga Argentina. ●

FASE DE GRUPOS DA LIBERTADORES

SAN LORENZO	PALMEIRAS

SAN LORENZO: Altamirano; Gonzalo Lujan, Jhohan Romaña, Campi e Malcom Braida; Agustín Giay, Ivan Leguizamon, Elián Mateo Irala, Nahuel Barrios e Cristian Ferreira; Adam Bareiro. **Técnico:** Rubén Darío Insua. **PALMEIRAS:** Lomba; Garcia, Gómez, Naves (Luan) e Vanderlan; Fabinho, Ríos e Gabriel Menino (Rômulo); Lázaro, Breno Lopes (Estêvão) e Rony. **Técnico:** Abel Ferreira. **Árbitro:** Jesus Valenzuela (Venezuela). **Horário:** 21h30. **Local:** El Nuevo Gasómetro, Buenos Aires. **Na TV:** Globo, ESPN e Star+

O MELHOR DA TV

FUTEBOL
● **Campeonato Inglês**
Arsenal x Luton Town
15h30 / ESPN e Star+
● **Copa da Itália**
Fiorentina x Atalanta
16h / ESPN 3 e Star+
● **Copa do Brasil Sub-17**
Corinthians x São Paulo
16h30 / SporTV
● **Copa Sul-Americana**
Cuiabá x Lanús
19h / Paramount+
Sportivo Trinidense x Fortaleza
21h / ESPN 4 e Star+
● **Copa Libertadores**
Botafogo x Junior Barranquilla
19h / ESPN e Star+
San Lorenzo x Palmeiras
21h30 / Globo, ESPN e Star+
Alianza Lima x Fluminense
21h30 / Paramount+

BASQUETE
● **NBA**
Oklahoma City Thunder x Boston Celtics
20h30 / ESPN 2 e Star+
Cleveland Cavaliers x Phoenix Suns
23h05 / ESPN 2 e Star+

Futebol para Amputados

Ele sobreviveu ao Hamas. E agora 'defende' Israel

Ben Binyamin perdeu uma perna nos ataques de outubro. 'Convocado' no hospital, agora ele joga na seleção


JACK GUEZ / AFP
Ben Binyamin durante treino da seleção de amputados de Israel

FIACHRA GIBBONS

Ben Binyamin quase morreu durante o ataque do Hamas ao sul de Israel em 7 de outubro. Agora, esse jovem é uma das estrelas do time israelense de futebol para amputados que sonha em vencer o Campeonato Europeu em junho.

Binyamin comemorava seu 29.º aniversário no festival de música eletrônica *Tribe Of Nova*, cenário do massacre de 364 pessoas perpetrado pelos combatentes do grupo islamista palestino.

Ele perdeu a perna direita quando os agressores lançaram quatro granadas contra um abrigo antiaéreo onde estava escondido com alguns amigos. "Nunca teria acreditado que voltaria a jogar futebol", contou Binyamin, que já jogou futebol profissionalmente.

Agora, ele está de volta aos gramados, correndo com ajuda de muletas e marcando gols com um chute forte de pé esquerdo, que antes era sua perna 'ruim'.

O ataque do Hamas causou pelo menos 1.160 mortes no sul de Israel e desencadeou uma guerra que já dura quase seis meses. Em resposta, o Exército israelense lançou uma ofensiva aérea e terrestre sobre Gaza que deixou quase 33 mil mortos, segundo o Ministério da Saúde do território controlado pelo Hamas.

'A VIDA NÃO ACABOU'. Dois dos companheiros de treinamento de Ben são soldados israelenses que perderam uma das suas pernas lutando contra o Hamas na Faixa de Gaza. Um deles foi atingido por um homem armado em uma emboscada. O outro teve a perna atingida quando o veículo blindado em que estava foi acertado por um foguete.

Também formada por vítimas de acidentes não associados ao conflito, a seleção israelense se classificou para a Eurocopa de Futebol para Amputados, que será disputada na França entre 1.º e 9 de junho.

Zach Shichrur recrutou alguns dos jogadores enquanto eles ainda se recuperavam dos ferimentos no hospital. "A vida de vocês não acabou", disse a eles.

Ele mesmo é um bom exemplo. Aos oito anos de idade, um ônibus esmagou seu pé. Após passar por diversas cirurgias e décadas de sofrimento, esse advogado de 35 anos decidiu que "poderia ser melhor" amputar o pé.

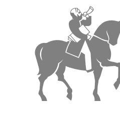
"Foi uma decisão difícil, mas a melhor que já tomei. Graças às próteses, posso fazer não só coisas que qualquer pessoa normal pode fazer, mas também coisas que nunca teria imaginado, como surfe e snowboard", contou.

Fundador e capitão da equipe de amputados de Israel, Shichrur transmite sua energia aos companheiros. "Mostramos que não só é possível retomar uma vida normal, mas também jogar futebol com uma perna e defender seu país", diz ele.

A equipe conta com outros talentos como o atacante Ben Maman, de 20 anos, uma das jovens promessas do futebol de Israel até perder uma perna quando foi atropelado por uma moto. ●

B13 Stellantis. Executivo vê limite para venda de carros 100% elétricos







DESTAQUE O CADERNO E&N (B1 A B16)

Administração pública **Troca de comando**

Corrida da sucessão no BC já começou

Campos Neto, que deixa a presidência da autarquia em dezembro, defende nos bastidores que sucessor seja indicado mais cedo para uma transição 'colaborativa'

BIANCA LIMA
MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

As conversas sobre a sucessão no Banco Central já ocorrem abertamente e envolvem o presidente da autarquia, Roberto Campos Neto, que vem sugerindo nos bastidores que a indicação do seu sucessor ocorra o quanto antes, para que tenha mais tempo para ajudar no processo de troca de comando na instituição. O seu mandato se encerra em 31 de dezembro, e esta será a primeira transição sob o sistema de mandatos fixos no BC, iniciado em 2021. A indicação do substituto caberá ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Em conversas reservadas, Campos Neto vem defendendo que a escolha do sucessor se dê a tempo de as sabatinas no Senado ocorrerem ainda em 2024, o que colocaria como prazo limite os meses de outubro ou novembro para a indicação. Seus interlocutores, porém, dizem que ele já trabalha com um prazo maior e que quer dedicar o segundo semestre para uma transição "suave e colaborativa".

No mercado financeiro, a troca de comando no BC é discutida desde o ano passado, quando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva abriu fogo contra Campos Neto pela elevada taxa de juros (13,75% ao ano, à época). O início do ciclo de cortes, em agosto, arrefeceu as críticas, que voltaram recentemente em falas da presidente do PT, Gleisi Hoffmann, e do ministro do Trabalho, Luiz Marinho.

Formato
Será a primeira transição sob o sistema de mandatos fixos no Banco Central, iniciado em 2021

O temor dos analistas não se refere tanto aos efeitos dos ataques a Campos Neto, mas à capacidade do seu sucessor de resistir às pressões do Palácio do Planalto e do PT.

O favorito na corrida à sucessão ainda é Gabriel Galípolo, economista que dirigiu o Banco Fator e que chegou à campanha eleitoral de Lula, em 2022, pelas mãos do PT – ele acompanhou Gleisi Hoffmann em eventos com investidores, como uma espécie de porta-voz econômico da petista.

Na montagem do governo, Galípolo acabou assumindo a posição de número 2 do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, não sem antes ter sido cogitado para cargos como a presidência do BNDES. O contato direto que estabeleceu com Lula, tanto na campanha quanto no governo, o credenciou para a indicação para o cargo de diretor de Política Monetária do BC, em maio de 2023, ainda que sua trajetória profissional não tenha proximidade com a área.

Desde então, ganhou força em Brasília a análise de que fora colocado no posto por Lula justamente para a sucessão de Campos Neto. E também como um fiscal da conduta de Campos Neto – visto, por aliados de Lula, como um bolsonarista infiltrado. Porém, a concordância de Galípolo com decisões de Campos Neto e da diretoria do BC tem causado incômodo a setores do PT, que se perguntam como "um dos nossos homens" não se opôs publicamente ao projeto de autonomia financeira do BC, nem divergiu de posições consideradas conservadoras na condução dos juros. ●

ALÉM DA VAGA DE CAMPOS NETO, LULA VAI INDICAR MAIS DOIS DIRETORES DO BC. PÁG. B2

Uma desoneração que vale a pena

ARTIGO

Adriano Pitoli
Economista pela FEA-USP, head do Fundo GovTech, foi vencedor do 1.º Prêmio SPE de Propostas de Políticas Econômicas – 2021 ('Uma proposta para a inserção dos trabalhadores vulneráveis: o Programa de Inclusão Competitiva')

É urgente que o País promova políticas de inclusão da população vulnerável, e estratégias de subsídios podem ter um papel relevante.

O debate da desoneração continua quente, com a queda de braço entre o Congresso Nacional, que aprovou a prorrogação da desoneração da folha para 17 setores, e o Ministério da Fazenda, que tenta interromper o incentivo.

Diversos estudos mostram que, de fato, políticas generalizadas de desoneração são pouco eficazes para a geração de empregos, dando respaldo para a posição mais dura do ministro Fernando Haddad.

Ao mesmo tempo, porém, a experiência internacional tem mostrado que políticas de subsídios, quando bem direcionadas, podem gerar impactos relevantes para a geração de emprego e a inclusão social.

Diversos fatores afetam a competitividade do trabalhador, incluindo baixa escolaridade, ausência de experiência profissional, falta de conexões, discriminação, estigma, baixa autoconfiança e desalento. E como esses fatores se autoalimentam, amplas parcelas da população acabam sendo deixadas para trás.

> ***É possível quebrar círculo vicioso introduzindo incentivos para que as empresas contratem a população vulnerável***

Reflexo disso, alguns grupos sociais mostram taxas de desemprego bem superiores à média geral de 7,4% (quarto trimestre de 2023): mulheres 9,2%, pretos 8,9%, na Bahia 12,7%, com ensino médio incompleto 13,0%, jovens de 18 a 24 anos 15,3% e jovens de 14 a 17 anos 28,2%.

No entanto, é possível quebrar esse círculo vicioso, introduzindo incentivos para que as empresas contratem pessoas com menos competitividade, o que poderia ser feito através da redução seletiva dos impostos sobre a folha.

Uma vez inseridas no mercado de trabalho, essas pessoas passarão a obter qualificação, desenvolver conexões e autoconfiança, podendo prescindir dos subsídios paulatinamente. Simulações mostram inclusive que, em poucos anos, tais subsídios são mais do que compensados pelo ganho de arrecadação gerado pelos próprios beneficiários.

Esse tipo de política vem ganhando espaço em diferentes países, com resultados promissores, incluindo Dinamarca, Bélgica, Suíça, Nova Zelândia e África do Sul. É preciso, no entanto, um cuidadoso desenho dos incentivos. Na Dinamarca e na África do Sul, por exemplo, a complexidade do sistema limitou o interesse das empresas pelo programa.

O Brasil reúne todas as condições de se apropriar das melhores experiências internacionais e implementar um programa seletivo de desoneração com alto potencial de geração de emprego e renda para a população vulnerável. É hora de avançar no debate sobre a desoneração da folha. ●

Administração pública Troca de comando

Além de vaga de Campos Neto, Lula indicará nomes para mais duas diretorias

Otávio Damaso (Regulação) e Carolina Barros (Relacionamento) também têm mandato só até fim do ano

BIANCA LIMA
MARIANA CARNEIRO
BRASÍLIA

A equipe econômica ainda não vê interferência da sucessão no Banco Central no preço dos ativos, como por exemplo uma demanda maior por títulos vinculados à inflação. Ainda que o assunto tenha varrido o mercado financeiro, a avaliação é de que, apesar dos discursos, o investidor não vê um futuro de leniência com os índices de preço.

Mas a turbulência tende a aumentar nos próximos meses, com a proximidade do fim do mandato de Roberto Campos Neto e a constatação de que, além dele, outros dois diretores serão substituídos: também vencem no fim do ano os mandatos de Carolina Barros, atual diretora de Relacionamento, Cidadania e Supervisão de Conduta do BC, e de Otávio Damaso, diretor de Regulação.

Com isso, um terço da diretoria – que é formada por oito membros mais o presidente – será mudado. Os indicados de Lula – ou "os nossos", na definição petista – passarão, então, a ser maioria no colegiado.

FELIPE RAU/ESTADÃO - 7/2/2018



Diretor de Política Monetária, Gabriel Galípolo larga na frente

Embora favorito e próximo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, Gabriel Galípolo, à frente da área de Política Monetária, passou a concorrer com outros nomes que circulam em conversas de bastidores. O economista Marcelo Kayath, que foi diretor do Credit Suisse e é amigo de Haddad, é um deles.

Pesquisa Genial/Quaest com analistas do mercado financeiro divulgada no último dia 20 apontou que, pelo menos para esses "eleitores", o diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos, Paulo Picchetti, seria o melhor nome para a vaga. Ele apareceu à frente de Galípolo e de Kayath na pergunta sobre quem deveria ser o indicado para o lugar de Campos Neto. O único eleitor dessa sucessão, porém, é o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que tem a atribuição legal de indicar o novo presidente do BC.

Procurados, Campos Neto e Galípolo não se manifestaram. Kayath afirmou que não vai comentar.

ATRITO. Nas últimas semanas, Galípolo entrou na mira de setores do PT por conta de temas como a autonomia financeira do BC. Em entrevista à *Folha de S.Paulo* no início de março, Campos Neto disse que a proposta tem apoio de toda a diretoria da autarquia. Boa parte do PT já demonstrou ser contra a ideia, que também enfrenta resistência no Tesouro Nacional e no Ministério da Gestão, de Esther Dweck – que veem obstáculos em questões técnicas, como o impacto na dívida pública e em como dar autonomia para uma autarquia com tantas atribuições de Estado.

Um relatório deverá ser apresentado pelo senador Plínio Valério (PSDB-AM). Campos Neto se envolveu diretamente na discussão do texto, mas vem sendo aconselhado a se distanciar, uma vez que o debate não deve ser concluído no seu mandato. E os eventuais benefícios – ou seja, a capacidade de contratar e reter técnicos de boa qualidade – também ficarão para o próximo presidente.

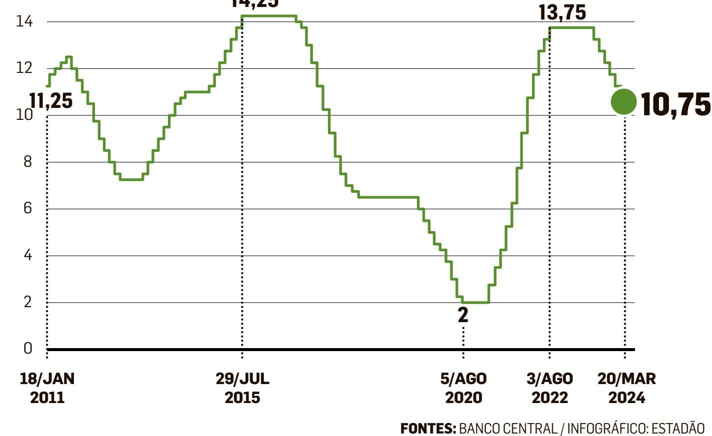
As críticas no governo aumentaram e Galípolo, aparentemente, entendeu o recado. Nas últimas semanas, apareceu em dois eventos seguidos do PT na capital: o aniversário do ex-ministro José Dirceu e o de Paulo Pimenta, secretário de Comunicação do Planalto.

Nas conversas com políticos do partido, segundo apurou o **Estadão**, não faltaram perguntas sobre inflação e sua relação com a taxa de juros. Nem os petistas nem o presidente estão satisfeitos com o atual patamar da Selic (10,75% ao ano). ●

A TRAJETÓRIA DOS JUROS BÁSICOS

Selic deve fechar este ano entre 9% e 9,5%

EM PORCENTAGEM AO ANO



FONTES: BANCO CENTRAL / INFOGRÁFICO: ESTADÃO

'Vamos ouvir o BC sobre a transição', afirma Haddad

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, disse ontem que o governo vai ouvir o Banco Central no processo de transição de comando na autarquia. Durante fórum promovido pelo Bradesco BBI, o ministro afirmou que já teve conversas com o atual presidente do BC, Roberto Campos Neto. "Vamos ouvir o Banco Central sobre essa transição, sobre como fazer. Essa transição vai ser muito diferente da de 2022 para 2023", declarou ele, ao ser questionado pelo economista-chefe do banco, Fernando Honorato, em referência à reportagem publicada no site do 'Estadão' sobre a sucessão.

Segundo o ministro, as relações com o BC teriam sido comprometidas pela ausência da administração anterior, do ex-presidente Jair Bolsonaro, durante a transição entre os governos. "O Executivo sumiu, tirou férias. A transição foi, a rigor, feita pelo Legislativo. Isso tudo foi vencido." ● EDUARDO LAGUNA, FRANCISCO CARLOS DE ASSIS e MARIANNA GUALTER



AVISO DE LICITAÇÃO

PG SABESP OG 00887/24-Aquisição de cabines primárias 15kV para o OGGE - Superintendência de Manutenção Estratégica - OG. Recebimento das Propostas: a partir da 00h00 (zero hora) do dia 17/04/2024 até às 10h00 do dia 18/04/2024, no site da SABESP na Internet www.sabesp.com.br no acesso fornecedores - Abertura das Propostas: às 10h05 do dia 18/04/2024 pelo Pregoeiro. Credenciamento dos Representantes: permanentemente aberto, através do site da Sabesp na Internet. O edital completo será disponibilizado a partir de 03/04/2024, p/ consulta e download, no site da SABESP endereço acima. Problemas c/ site, contatar fones (11) 3388-6984. SP, 03/04/2024 - OG.





PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

Resultado de Classificação

CHAMADA PÚBLICA Nº 001/2023R - O Município de Arujá, por meio de sua Secretaria de Saúde e Bem-Estar Animal e da comissão técnica de avaliação, após análise minuciosa de toda documentação constante dos envelope 01 e 02, Torna pública a classificação final do chamamento público nº 001/2023 R, que objetiva a celebração de Contrato de Gestão, com vistas a implementação de atendimento multidisciplinar, complementar e integrativo aos munícipes de Arujá, em tratamento oncológico, inicialmente denominado PROGRAMA CASA ROSA & AZUL, em cumprimento ao que dispõe a Lei Municipal nº 2.251/2009 e Lei Federal nº 13.019/2014, **Resultado final:** 1º colocada ASSOCIAÇÃO DOUTORES DO RISO, CNPJ nº 25.375.685/0001-81. Desclassificada ANAESP – ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE APOIO AO ENSINO SAÚDE E POLITICAS PÚBLICAS DE DESENVOLVIMENTO,CNPJ 02.954.994/0001-00. Com o fato, fica aberto o prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação para a interposição de evento recursal, conforme previsto na legislação vigente E para que se seja dada ampla divulgação e transparência ao certame, é publicado o presente edital. Publicação para atendimento da legislação pertinente.

Dr. Leonardo Santos dos Reis
Secretário de Saúde e Bem Estar Animal
Prefeitura Municipal de Arujá, 01 de abril de 2024

Iresolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A.

CNPJ/MF nº 06.912.785/0001-55

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://estadaori.estadao.com.br/publicacoes/

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Apresentamos as Demonstrações Financeiras da IResolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A., relativas aos exercícios de 01/01 a 31/12 de 2023 e de 2022. As Demonstrações Financeiras foram preparadas conforme as práticas adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). São Paulo, 22 de março de 2024. *A Administração*

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro – *(Em milhares de reais)*

Ativo	2023	2022
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	128	328
Aplicações financeiras	444.609	337.828
Carteiras de crédito	83.313	186.023
Outros ativos	44	103
	528.094	**524.282**
Não circulante		
Impostos a recuperar	37.453	–
Outros ativos	167	–
Total do ativo	**565.714**	**524.282**

Passivo e patrimônio líquido	2023	2022
Circulante		
Fornecedores	5.676	5.801
Obrigações fiscais	8.133	5.129
Dividendos a pagar	501	354
Outros passivos	2.062	1.453
	16.372	**12.737**
Não circulante		
Provisões	6.049	6.603
Obrigações fiscais	–	13.863
	6.049	**20.466**
Total do passivo	**22.421**	**33.203**
Patrimônio líquido		
Capital social	245.500	230.891
Reserva de capital	111	111
Reservas de lucros	297.682	260.077
Total do patrimônio líquido	**543.293**	**491.079**
Total do passivo e patrimônio líquido	**565.714**	**524.282**

Demonstração do Resultado Abrangente Exercícios findos em 31 de dezembro *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**52.715**	**37.278**
Total do Resultado Abrangente	–	–
Lucro líquido (prejuízo) do exercício após resultado abrangente	**52.715**	**37.278**

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Receita líquida	141.414	153.240
Lucro bruto	141.414	153.240
Despesas operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(3.494)	(11.747)
Impairment de direitos creditórios	(105.995)	(118.531)
Resultado operacional	**31.925**	**22.962**
Receitas financeiras	47.955	33.485
Despesas financeiras	(45)	(2)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**47.910**	**33.483**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**79.835**	**56.445**
Imposto de renda e contribuição social	(27.120)	(19.167)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	**52.715**	**37.278**
Quantidade de Ações	128.057	128.057
Lucro (prejuízo) por ação	0,41	0,29

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de reais)*

	Capital social	Reservas integralizadas: Reserva de capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**230.891**	**111**	**11.206**	**211.947**	**–**	**454.155**
Resultado do exercício	–	–	–	–	37.278	37.278
Reserva legal	–	–	1.864	–	(1.864)	–
Reserva de lucros	–	–	–	35.060	(35.060)	–
Dividendos obrigatórios	–	–	–	–	(354)	(354)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	**230.891**	**111**	**13.070**	**247.007**	**–**	**491.079**
Resultado do exercício	–	–	–	–	52.715	52.715
Reserva legal	–	–	2.636	–	(2.636)	–
Reserva de lucros	14.609	–	–	34.969	(49.578)	–
Dividendos obrigatórios	–	–	–	–	(501)	(501)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**245.500**	**111**	**15.706**	**281.976**	**–**	**543.293**

Demonstração dos Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	79.835	56.445
Ajuste para reconciliar o lucro líquido do exercício		
Provisão de imposto de renda e da contribuição social	(27.120)	(19.167)
Impairment de direitos creditórios	105.995	118.531
Provisões	(554)	2.077
(Aumento) redução nos ativos e aumento (redução) nos passivos operacionais		
Aumento de aplicações financeiras	(106.781)	(57.017)
Aumento de carteiras de crédito	(3.285)	(98.479)
Redução (aumento) de impostos a recuperar	(37.453)	7
Redução (aumento) de outros ativos	(108)	137
Redução (aumento) de fornecedores	(125)	(807)
Redução de obrigações fiscais	64.391	19.022
Redução de outros passivos	609	262
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(75.250)	(23.936)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades operacionais	**154**	**(2.925)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos ou distribuídos	(354)	(664)
Caixa líquido gerado (utilizado) nas atividades de financiamento	**(354)**	**(664)**
Redução (aumento) de caixa e equivalentes de caixa	**(200)**	**(3.589)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	328	3.917
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	128	328
Variação de caixa e equivalentes de caixa	**(200)**	**(3.589)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Informações gerais – A IResolve Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros S.A. (a "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado e está domiciliada em São Paulo/SP, Brasil, com sede na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100. A Companhia tem por objeto exclusivo a aquisição de créditos oriundos de operações de empréstimos, de financiamento e de arrendamento mercantil, contratadas por bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimentos, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de arrendamento mercantil e companhias hipotecárias. As operações da Companhia são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Itaú Unibanco Holding S.A. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos correspondentes são absorvidos segundo a praticabilidade e razoabilidade de lhes serem atribuídos. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 22 de março de 2024. **2. Resumo das políticas contábeis materiais –** As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário. **3. Base de preparação –** A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4. As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. A IResolve não possui: (i) planos de pensão;(ii) operações com instrumentos derivativos; (iii) ganhos/perdas em conversões monetárias. Neste sentido sendo apresentadas movimentações nas demonstrações do resultado abrangente. **4. Uso de estimativas contábeis e julgamentos –** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Como exemplo, temos a valorização de Aplicações Financeiras pelo valor justo.

Alexsandro Broedel Lopes	Carlos Henrique Donegá Aidar	Cintia Carbonieri Fleury de Camargo	Andre Balestrin Cestare	Valéria Mendes Sgarioni
Diretor	Diretor	Diretora	Diretor	Contadora – CRC 1SP 192.727/O-0

SIMPAR S.A.

Companhia de Capital Aberto Autorizado
CNPJ/ME nº 07.415.333/0001-20 – NIRE 35.300.323.416

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da SIMPAR S.A. ("Companhia") para comparecerem à Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("Assembleia Geral"), a ser realizada de forma exclusivamente presencial, em 30 de abril de 2024, às 15 horas, em sua sede social, localizada na Rua Doutor Renato Paes de Barros, nº 1.017, 10º andar, conjunto 101, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, a fim de apreciarem e deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária: (1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes; e (2) Eleger os membros do Conselho de Administração. Assembleia Geral Extraordinária: (1) Fixar a remuneração global anual dos Administradores da Companhia para o exercício de 2024. (2) Modificar o Estatuto Social da Companhia, a fim de (a) alterar o artigo 3º, que trata do objeto social, para incluir as atividades de prestação de serviços de orientação, apoio, planejamento e assessoria empresarial, inclusive, mas não apenas, nas áreas financeira, comercial e de novos negócios, para sociedades coligadas, controladas ou para terceiros; e a prestação de serviços administrativos em apoio à gestão e administração de empresas a ela coligadas ou por ela controladas, inclusive, mas não apenas, nas áreas de *marketing*, comercial, recursos humanos, tecnologia e finanças; (b) alterar o artigo 5º, que trata do capital social, a fim de refletir o aumento de capital conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 09/02/2024; (c) alterar o artigo 20 (d), para incluir no rol de competência do Conselho de Administração, designar o Diretor-Vice-Presidente Jurídico; (d) alterar o artigo 20 (o), para excluir da competência do Conselho de Administração a deliberação sobre subscrição ou aquisição de participação no capital social de sociedades das quais a Companhia não seja titular, direta e/ou indiretamente, da totalidade do respectivo capital social; (e) alterar o artigo 21 para incluir o cargo de Diretor-Vice-Presidente Jurídico na composição da Diretoria; (f) alterar o artigo 25 para incluir as competências do Diretor-Vice-Presidente Jurídico; e (g) alterar o artigo 26 para alterar forma de representação da Companhia e aprimorar as previsões sobre forma de representação e nomeação de procuradores da Companha; e (4) Consolidar o Estatuto Social da Companhia. **Instruções Gerais:** Para tomar parte na AGOE, os acionistas deverão apresentar, no dia da realização da AGOE: (i) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do artigo 126 da Lei nº 6.404/76; e (ii) instrumento de mandato, na hipótese de representação do acionista, devidamente regularizado na forma da lei e do estatuto social da Companhia. Em relação aos acionistas participantes da custódia fungível de ações nominativas, deverá ser apresentado o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, e datado de até 2 (dois) dias úteis antes da realização da AGOE. O acionista ou seu representante legal deverá, ainda, comparecer à AGOE munido de documentos que comprovem sua identidade. Solicitamos, ainda, que a documentação descrita acima seja depositada na sede da Companhia em até às 18 horas do dia 26 de abril de 2024 ou pelo *e-mail* ri@simpar.com.br. De acordo com a Resolução CVM nº 81/2022, o acionista poderá optar por exercer o seu direito de voto por meio de votação a distância, enviando o correspondente Boletim de Voto a Distância por meio de seu respectivo agente de custódia, banco escriturador ou diretamente à Companhia, conforme as orientações constantes na Proposta da Administração. Informamos ainda que, por força do disposto no artigo 133, da Lei nº 6.404/76, e dos artigos 10, 11, 12 e 13 da Resolução CVM nº 81/2022, já se encontram à disposição dos senhores acionistas, na sede social da Companhia, nos endereços eletrônicos na *Internet* da Companhia (http://ri.simpar.com.br) e no *site* da CVM (www.gov.br/cvm), os documentos a serem discutidos na AGOE ora convocada, bem como os Boletins de Voto a Distância. **Voto Múltiplo:** Nos termos da Resolução CVM nº 81/2022, a Companhia informa que o percentual mínimo para adoção do procedimento de voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento) do capital social votante, conforme estabelecido pelo artigo 3º da Resolução CVM nº 70/2022. Informamos ainda que, nos termos do parágrafo 1º do artigo 141 da Lei nº 6.404/76, o requerimento para adoção do voto múltiplo deverá ser realizado pelos acionistas em até, no máximo, 48 horas antes da realização da AGOE, ou seja, até às 15:00 horas do dia 28 de abril de 2024. São Paulo - SP, 29 de março de 2024. **Fernando Antonio Simões** - Presidente do Conselho de Administração.

ITAÚSA S.A.

CNPJ 61.532.644/0001-15 Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

Os Senhores Acionistas da **ITAÚSA S.A.** são convidados a participarem da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, que será realizada no dia **30.04.2024**, **às 11h00**, na forma **exclusivamente digital**, a fim de:

Em pauta ordinária: 1. tomar conhecimento dos Relatórios da Administração e dos Auditores Independentes, do Parecer do Conselho Fiscal e do Relatório do Comitê de Auditoria e examinar, discutir e votar as Demonstrações Contábeis relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023; **2.** deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício de 2023; **3.** fixar o número de membros do Conselho de Administração para o próximo mandato anual; **4.** eleger os membros do Conselho de Administração; **5.** deliberar sobre o enquadramento dos candidatos a membro independente do Conselho de Administração, de acordo com os critérios de independência previstos na regulamentação aplicável e na Política de Indicação dos Membros ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal da Companhia; **6.** eleger os membros do Conselho Fiscal para o próximo mandato anual; **7.** deliberar sobre a verba global destinada à remuneração dos administradores; e **8.** deliberar sobre a remuneração dos Conselheiros Fiscais.

Em pauta extraordinária: 1. aprovar as seguintes alterações no Estatuto Social para: **a)** no *caput* do artigo 3º, registrar a nova composição do capital social, após a subscrição particular de ações e a capitalização de reservas com bonificação em ações, aprovadas pelo Conselho de Administração em reuniões de 14.08.2023 e 22.11.2023; **b)** no item 5.4, prever a celebração de compromissos de indenidade para pessoas que venham a ser indicadas para o Conselho Consultivo; **c)** no item 6.1, atualizar a referência à Política de Indicação dos Membros ao Conselho de Administração e ao Conselho Fiscal; **d)** no item 6.5, simplificar a redação dos incisos X e XI excluindo a expressão "*ad referendum* da Assembleia Geral"; e **e)** excluir o artigo 15 - Disposição Transitória, por ter cumprido a sua finalidade. **2.** aprovar a consequente consolidação do Estatuto Social.

Informações gerais: Participação na Assembleia: os Acionistas, seus representantes legais ou procuradores, poderão participar da Assembleia sob qualquer das formas aqui previstas: (i) *Voto a Distância*: os Boletins de Voto a Distância podem ser enviados por meio dos agentes de custódia dos Acionistas ou ao escriturador das ações de emissão da Companhia ou, ainda, diretamente à Companhia, consoante instruções contidas no Manual de Participação na Assembleia; para o envio dos boletins diretamente à Companhia sugerimos que seja utilizado o e-mail assembleia@itausa.com.br, não sendo necessário o envio posterior da via física; (ii) *Sistema Eletrônico para Participação Virtual*: os Acionistas ainda poderão optar por simplesmente participar da Assembleia ou participar e votar de forma virtual, sendo que as orientações e os dados para conexão serão enviados aos Acionistas que manifestarem interesse por meio do e-mail assembleia@itausa.com.br **até às 11h00 do dia 28.04.2024**, conforme detalhados no Manual de Participação na Assembleia; Voto Múltiplo: os Acionistas interessados em requerer a adoção do processo de voto múltiplo na eleição de membros do Conselho de Administração deverão representar, no mínimo, 5% do capital votante, nos termos da Resolução CVM 70/2022; Eleição em Separado: os Acionistas minoritários e os preferencialistas poderão eleger, em votação em separado, membros para os Conselhos de Administração e Fiscal, observadas as condições previstas nos Artigos 141 e 161 da Lei 6.404/76, sendo que, na eleição para o Conselho de Administração, somente serão computados os votos relativos às ações detidas pelos Acionistas que comprovarem a titularidade ininterrupta da participação acionária desde 30.01.2024; e Documentos e Informações: os documentos legais e as informações adicionais necessários para análise e exercício do direito de voto encontram-se disponíveis na sede social e no *website* da Companhia (www.itausa.com.br), da CVM (www.cvm.gov.br) e da B3 (www.b3.com.br).

São Paulo (SP), 28 de março de 2024.
Conselho de Administração
Henri Penchas - Presidente (2/3/4)

INÊS 249

INÊS 249

Mercados **Cenário**

Em dia de intervenção do BC, dólar fica estável e mantém alta de 0,86% no mês

Moeda fecha cotada a R$ 5,05, só 0,02% abaixo do preço na véspera; já a Bolsa sobe 0,44% com ajuda de Petrobras e Vale

Apesar da intervenção feita ontem pelo Banco Central – a primeira no atual governo Lula –, o dólar mostrou força ante o real e fechou cotado a R$ 5,058, apenas 0,02% abaixo do fechamento da véspera. Assim, depois de ter registrado valorização de 3,34% no primeiro trimestre, a moeda americana ainda sustenta alta de 0,86% ante o real nos dois primeiros pregões de abril.

O BC vendeu US$ 1 bilhão em contratos de swap cambial (operação que equivale à venda de dólares no mercado futuro). Segundo operadores, a busca por proteção cambial no mercado futuro, em razão de fatores técnicos e de ruídos políticos domésticos, tem prejudicado o desempenho da moeda brasileira. Tanto que ontem a moeda americana teve queda nos mercados internacionais, em especial em relação a moedas de países emergentes.

"O desempenho do real é preocupante. Tem a questão técnica, mas também a percepção de uma piora da qualidade da política econômica e a tentativa de ingerência (*do governo*) em empresas, o que aumenta a percepção de risco", diz Nicolas Borsoi, economista-chefe da Nova Futura Investimentos, ressaltando que crescem os temores no mercado de que o governo aumente os gastos após a queda de popularidade do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Tecnicamente, o BC justificou a intervenção de ontem com o vencimento, no próximo dia 15, de mais de US$ 3,5 bilhões em NTN-s A3 – que são títulos do Tesouro corrigidos pela variação da cotação de venda do dólar. Na prática, quem tem esses papéis está "comprado em dólares" e, quando eles vencem, tem de ir a mercado para recompor as posições – o que aumenta a demanda e pressiona a cotação da moeda.

> **Demanda**
> **Vencimento de US$ 3,5 bi em títulos cambiais do Tesouro também favorece alta da moeda**

"O BC colocou US$ 1 bilhão em swap hoje (*ontem*). Como o vencimento das NTN-s é de mais de US$ 3,5 bilhões, é provável que ele entre outra vez no mercado para suprir essa demanda. O mercado deve testar a paciência do BC", diz Borsoi.

BOLSA. No mercado acionário, o avanço no preço do minério de ferro e do petróleo no mercado internacional impulsionou os preços das ações da Petrobras e da Vale, ajudando o Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores, a fechar em alta de 0,44%. Apesar disso, a Bolsa acumula perda de 0,44% no mês; no ano, a desvalorização chega a 4,95%. "O dia foi muito puxado pelas 'large caps', empresas de grande capitalização no mercado, em especial Vale e Petrobras, e não tão bom para as empresas menores", disse Yan Vasconcellos, sócio da One Investimentos. ●

ANTONIO PEREZ e LUIS LEAL

Governo anterior fez 'desmonte' na Petrobras, diz Lula

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse ontem que seu governo busca recuperar a Petrobras após o que chamou de tentativa de desmonte pelo governo Bolsonaro. Segundo Lula, em algumas frentes de negócio vendidas ou paralisadas pelas gestões anteriores da estatal o governo tenta "começar tudo de novo".

Lula fez as afirmações em evento de lançamento das obras de dragagem de um canal no Porto de Niterói, na região metropolitana do Rio.

Falando a trabalhadores locais e para o funcionalismo da cidade, Lula prometeu reativar estaleiros e voltar a construir embarcações no País, a exemplo do que aconteceu a partir de 2003, em seu primeiro mandato. Para esse objetivo, disse, são essenciais a Petrobras e sua demanda por serviços e embarcações.

"Estamos tentando recuperar a Petrobras. Eles não tiveram coragem de privatizar e, por isso, começaram a vender ativos da Petrobras. Venderam a BR (*Distribuidora*), gasodutos, paralisaram o Comperj, em que faltava 15% para terminar (*as obras*) e ficou parada por quase dez anos. Agora, voltamos e vamos começar tudo de novo. Mas não é fácil o trabalho de reconstruir", disse. ● GABRIEL VASCONCELOS/RIO



Fábio Alves *E-mail:* *fabio.alves@estadao.com; Twitter: @colunafabioalve*

Gasto público sem volta

Orçamentos inchados, gastos públicos recordes, déficits em expansão e crescente necessidade de financiamento do governo no mercado – e com juros salgados – não servem mais para descrever apenas o Brasil no pós-pandemia de covid: a realidade eleitoral e geopolítica está empurrando os países desenvolvidos para uma situação fiscal sem volta ao que existia antes da calamidade mundial de saúde e também dos impactos da guerra na Ucrânia.

Uma estimativa recente da agência de classificação de risco S&P Global aponta para um volume global de financiamento de longo prazo, por meio de emissões soberanas de títulos de dívida, de US$ 11,5 trilhões em 2024, num aumento de mais de 50% em comparação com os níveis pré-pandemia.

A S&P Global avalia que isso será resultado de um crescimento mais fraco do PIB de diversos países, do "pesado" calendário de eleições mundo afora neste ano, de juros mais altos e também da necessidade de aumento de gastos com defesa diante de riscos geopolíticos exacerbados. Somente os Estados Unidos serão responsáveis por 39% do total global das emissões soberanas de longo prazo em 2024.

Em março, o presidente americano Joe Biden divulgou uma proposta de orçamento para 2025 de US$ 7,3 trilhões, o que, na improvável aprovação

> ***A realidade eleitoral e geopolítica leva países desenvolvidos a um quadro fiscal mais restritivo***

pelo Congresso, elevaria a dívida pública para mais de 100% do PIB. Em 2019, os gastos do governo americano foram de US$ 4,4 trilhões. Ao fim de 2020, esses gastos subiram para US$ 6,6 trilhões, diante da necessidade de elevar os desembolsos sociais, como o seguro-desemprego, e os de saúde. A pandemia passou. O auge do impacto nos preços de energia e de alimentos com a guerra na Ucrânia, também. Mas o nível de gasto público nos EUA, não. Em 2023, esse número foi de US$ 6,1 trilhões.

Na Europa, a situação é semelhante, embora o impacto na disparada dos preços de gás natural e de outros combustíveis tenha exigido mais subsídios e transferência de renda. No Reino Unido, o gasto do governo passou de 39,6% do PIB, no ano fiscal de 2019/2020, para 53,1% do PIB em 2020/2021. Em 2022/2023, recuou apenas para 45,1% do PIB. Na Itália, o déficit público subiu de 1,6% do PIB, em 2019, para 9,7% em 2020, mas em 2023 ainda estava em 7,2%.

É difícil esperar que líderes políticos mundiais queiram arriscar a ira do eleitorado voltando atrás nos programas sociais adotados nos últimos anos. Com o dólar por trás, os EUA podem até se dar ao luxo de abrir os cofres. Mas países sem histórico de controle fiscal podem ser punidos pelos investidores se não tentarem voltar aos trilhos. ●

COLUNISTA DO BROADCAST

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente)**; Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Reforma tributária **Supermercados**

Abras quer cesta básica com filé e camarão

Associação dos supermercados leva lista a Pacheco com sugestões de itens que poderiam ter imposto zero

MARIANA CARNEIRO
BIANCA LIMA
BRASÍLIA

Empresários e executivos do setor de supermercados entregaram ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), uma proposta de regulamentação da nova cesta básica nacional, criada pela reforma tributária, com uma lista de alimentos com tributação zero. Filé mignon, camarão e lagosta teriam o benefício tributário. Já salmão, refrigerantes, vinhos e cervejas teriam um desconto de 60% sobre a alíquota cheia, ainda de acordo com a proposta do setor.

No documento entregue a Pacheco, a que o **Estadão** teve acesso, o setor afirma que adotou como critérios a alimentação saudável e regional combinada à segurança alimentar. Dessa forma, produtos nutritivos, como arroz e feijão, garantiram presença no grupo de alimentos com alíquota zero. Já outros não tão saudáveis assim, como salsichas, chocolates e sobremesas prontas, ficaram na reduzida – uma vez que já são parte do cardápio habitual do brasileiro, argumenta a Associação Brasileira de Supermercados (Abras).

No encontro com Pacheco, além do presidente da Abras, João Galassi, participaram executivos do setor, como os presidentes do grupo Pão de Açúcar, Marcelo Pimentel, do Carrefour, Stéphane Marquaire, e do Cencosud, Sebastian Dario.

BEBIBAS. A novidade é a entrada dos supermercados na disputa instalada no setor de bebidas, que dividiu os fabricantes de cervejas e de destilados. Os dois defendem critérios diferentes para amenizar a sobretaxação do Imposto Seletivo, também chamado de "imposto do pecado" – criado para moderar o consumo de produtos que fazem mal à saúde, como bebidas alcoólicas e cigarros, e ao meio ambiente.

A Abras propõe que bebidas com até 20% de teor alcoólico – o que inclui cervejas, vinhos e espumantes – poderiam acessar a alíquota reduzida, que desconta 60% da taxa padrão do novo Imposto sobre Valor Agregado (IVA). O argumento é de que o benefício vai ajudar fabricantes locais, principalmente os vinicultores. "Não é justo com os fabricantes da Serra Gaúcha serem sobretaxados se já competem com os vinhos argentinos", afirma o presidente da Abras.

"A boa notícia dessa proposta é que já se percebe que as bebidas não são todas iguais. É preciso tratar de forma diferente os diversos teores alcoólicos. Apoiamos essa linha de raciocínio, pois é o modelo usado internacionalmente", afirma Márcio Maciel, presidente do Sindicato Nacional da Indústria da Cerveja (Sindicerv).

O texto sugerido pela associação vai além e propõe a proibição da incidência do Imposto Seletivo sobre produtos alimentares, inclusive as bebidas alcoólicas, como a cerveja, e os açucarados. A indústria de alimentos vem defendendo que mesmo os ultraprocessados não sejam sobretaxados.



Lista
Setor diz ter adotado critérios de alimentação saudável e regional aliados à segurança alimentar

O argumento da Abras é de que esses produtos já seriam prejudicados se fossem enquadrados na alíquota reduzida, pois deverá haver uma troca, pelo consumidor, por alimentos menos tributados. Por isso, seria desnecessária a sobretaxa do Seletivo, segundo a associação

A Fazenda tem discordâncias em relação à Abras sobre a cesta básica. Uma delas são os produtos que devem ter acesso ao benefício tributário. Argumenta ainda que os descontos lineares ajudam pobres e ricos sem distinção, o que faz com que os esforços fiscais não estejam concentrados na parte menos atendida da população, como manda a literatura econômica. ●

INSTITUTO SOCIAL HOSPITAL ALEMÃO OSWALDO CRUZ

CNPJ N.º 22.315.713/0001-87

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 20 do seu Estatuto Social, os associados do INSTITUTO SOCIAL HOSPITAL ALEMÃO OSWALDO CRUZ, para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, a realizar-se às 20:00 horas em primeira convocação e às 20:30 horas em segunda convocação, no dia 22 de abril de 2024, de modo híbrido, na sede da Associação, localizada na Rua João Julião, 331, no Anfiteatro localizado no primeiro subsolo do Bloco E, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária 1) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2) Eleição parcial de membros do Conselho Fiscal; e 3) Demais assuntos de interesse da Associação. Assembleia Geral Extraordinária 1) Aprovação do ingresso de novos associados. Para participar da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária remotamente, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 22 do seu Estatuto Social, acesse o link de vídeo conferência a seguir: (https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGJlYTBmZjctNjYxZS00MTMxLThmNDUtOGU0ZGM1ZjVmMTNk%40thread.v2/0?context=%7b%22Tid%22%3a%22e1528242-6dcb-48ef-a210-0f97bb45a559%22%2c%22Oid%22%3a%22b70fda8c-0907-48cc-82b0-ea1b15e0fa69%22%7d) São Paulo, 02 de abril de 2024. Weber Ferreira Porto Presidente do Conselho de Administração K-03e04/04

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO / FFM 2498/2024

A FFM, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO**, para contratação de empresa especializada para fornecimento de **02 ULTRASSONS DE USO GERAL PORTATIL**, cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

COMPRA REGULAMENTO FFM 2554/2024

A FFM/ICESP, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO**, para fornecimento de **MATERIAIS MEDICOS- INSTRUMENTAIS** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (www.icesp.org.br), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE RUGBY

CNPJ nº 50.380.658/0001-44

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA

O Presidente da Confederação Brasileira de Rugby ("CBRu"), no uso de suas atribuições estatutárias, CONVOCA as Federações Estaduais de Rugby e Representantes de Atletas para a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO-E) visando deliberar sobre: (1) em AGO: (a) deliberar sobre demonstrações financeiras 2023; (b) deliberar sobre o relatório de atividades relativos ao exercício de 2023 (Relatório Anual 2023); e (c) informar sobre o Orçamento de 2024. e (2) em AGE aprovar alterações do Estatuto Social, bem como Regimento Interno da Assembleia Geral, conforme proposta encaminhada pelas Federações.

Sendo certo que essa AGO-E realizar-se-á no dia 18 de abril de 2024, com primeira convocação às 18:00hs e segunda convocação às 18:30hs, por meio de vídeo conferência pela plataforma Zoom, conforme facultado pelo art. 33 do Estatuto Social da CBRu.

Cordialmente,
Martin Andrés Jaco - Presidente
Confederação Brasileira de Rugby

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARUJÁ

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 009/2024 – REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, FRESADORA E VIBROACABADORA, INCLUINDO MOTORISTA / OPERADOR, COMBUSTÍVEL E MANUTENÇÃO PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE VIAS NO MUNICÍPIO DE ARUJÁ. Disputa: dia 18/04/2024 às 10:00 horas. Edital(is) através do site www.novobbmnet.com.br e também através do site oficial do Município www.prefeituradearuja.sp.gov.br. Maiores informações pelo telefone (11) 4652-7609 Departamento de Compras.

Prefeitura Municipal de Arujá, 02 de abril de 2.024.

BANCO JOHN DEERE S.A. - CNPJ nº 91.884.981/0001-32 - NIRE 35.3.00443462

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 12 de junho de 2020

Data, Hora, Local: 12.06.2020, às 10h00, realizada de forma digital, por meio de videoconferência, em decorrência da Pandemia provocada pelo Sars-Cov-2 (Covid-19), consoante termos da Instrução Normativa (IN) nº 79 do DREI de 14.04.2020. **Presença:** via videoconferência, os representantes da única acionista. **Mesa: Paulo Renato Herrmann**, Presidente; e **Airton Luiz Rohde**, Secretário. **Deliberações Aprovadas: Sessão Ordinária: (i)** o relatório da Diretoria, o balanço patrimonial e as demais demonstrações financeiras relativos ao exercício social encerrado em 31.12.2019, documentos publicados nos jornais "DOE/SP " e "Estado de São Paulo", em 31.03.2020; **(ii)** Destinação do lucro líquido do exercicio findo em 31.12.2019 no valor de **R$241.144.776,00**, nos termos do artigo 202, parágrafo 3º, item II, da Lei das S.A., e do artigo 21, § 2º, do Estatuto Social, da seguinte forma: (a) constituição da Reserva Legal no valor de **R$12.057.218,80**; (b) distribuição de dividendos no montante de **R$2.290.881,00**; e (c) retenção do saldo remanescente lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2019, no montante de **R$226.796.276,20**; **Sessão Extraordinária: (i)** Eleger para o cargo de membro do Comitê de Auditoria do **Cristiano Lubisco Simões**, brasileiro, casado, contador, com residência em Indaiatuba/SP, RG 9067638081-SSP-PC/RS e CPF 938.230.370-72, sem mandato fixo. O membro do Comitê de Auditoria eleito renunciou ao direito de recebimento de honorários, tendo em vista que o mesmo já é remunerado por cargo de administração que exerce em outra empresa do Grupo. O eleito apresentou a declaração para todos os fins e efeitos de direito, nos termos do artigo 147 da Lei das S.A., que preenche os requisitos legais para integrar o Comitê de Auditoria, não estando impedido de exercer a administração da Companhia por lei; **(ii)** aumentar o capital social de R$567.000.000,00, dividido em 567.000.000 de ações ordinárias nominativas e inconversíveis em outras espécies, com valor nominal unitário de R$ 1,00, para R$692.000.000,00, dividido em 692.000.000 de ações ordinárias nominativas e inconversíveis em outras espécies, com valor nominal unitário de R$ 1,00, com um aumento efetivo, portanto, de R$125.000.000,00, mediante a emissão de 125.000.000 de novas ações ordinárias, nominativas, do mesmo valor unitário. O aumento de capital é totalmente integralizado mediante a capitalização de recursos provenientes da Reserva Estatutária da Sociedade, observado o disposto na Lei das S.A., sendo as novas ações atribuídas à única sócia **John Deere Brasil Ltda.** A efetivação do presente aumento de capital está sujeita à homologação por parte do Banco Central do Brasil, na forma da regulamentação em vigor; **(iii)** A única sócia resolve alterar o artigo 5º do Estatuto Social: "**Artigo 5º -** *O capital social é de R$692.000.000,00, representados por 692.000.000 de ações ordinárias nominativas e inconversíveis em outras espécies, com valor nominal unitário de R$ 1,00.*" **Encerramento:** Nada mais. Indaiatuba-SP, 12.06.2020. **Acionista Presente: John Deere Brasil Ltda.:** P. **Paulo Renato Herrmann,** P. **Airton Luiz Rohde.** JUCESP nº 487.221/20-5 em 17.11.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ESTATUTO SOCIAL - **Capítulo I. - Da Denominação, Sede, Objeto e Duração: Artigo 1º - Banco John Deere S.A.** é uma instituição financeira privada, constituída sob a forma de sociedade anônima, que se rege pelo presente Estatuto Social e pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis. **Artigo 2º -** A Sociedade tem sede e foro em Indaiatuba/SP, na Rodovia Engenheiro Ermênio de Oliveira Penteado (SP-075), s/n, km 57,5, Prédio 1, 1º andar, bairro Helvétia, CEP 13337-300, podendo, de acordo com critérios adotados pela Diretoria e atendidos os requisitos legais e regulamentares aplicáveis, mudar a sede social, abrir, manter e extinguir agências, filiais, escritórios e quaisquer outras dependências, em qualquer localidade do País ou do exterior, sempre que assim convier aos interesses sociais. **Artigo 3º -** A Sociedade tem como objeto social a prática de operações ativas, passivas e acessórias inerentes às respectivas carteiras autorizadas (comercial, crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil), de acordo com as disposições legais e regulamentares em vigor. **§ Único -** A Sociedade poderá, ainda, participar de outras sociedades, observadas as limitações estabelecidas pela legislação em vigor, desde que previamente autorizada pelo Banco Central do Brasil. **Artigo 4º -** A Sociedade tem prazo de duração indeterminado. **Capítulo II. - Do Capital Social e das Ações: Artigo 5º -** O capital social é de R$692.000.000,00, representados por 692.000.000 de ações ordinárias nominativas e inconversíveis em outras espécies, com valor nominal unitário de R$ 1,00. **Capítulo III. - Da Assembleia Geral: Artigo 6º -** À Assembleia Geral compete o exercício das atribuições que lhe são conferidas em Lei e neste Estatuto Social. **Artigo 7º -** A Assembleia Geral será ordinária e/ou extraordinária. A Assembleia Geral Ordinária será realizada anualmente, dentro dos 4 primeiros meses subsequentes ao encerramento do Exercício Social da Sociedade, e a Assembleia Geral Extraordinária será realizada sempre que os interesses da Sociedade assim o exigirem. **§ Único -** As Assembleias Gerais serão convocadas na forma do § Único do Artigo 123 da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das S.A."), e serão presididas por aquele que na ocasião for escolhido por maioria de votos dos acionistas presentes, e secretariadas por quem o presidente da Assembleia indicar. **Artigo 8º -** Caso a Sociedade seja ou venha a se tornar subsidiária integral, todas as deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por sua única acionista, devendo delas ser lavrado termo em livro próprio de Atas de Assembleias Gerais, publicadas na forma da lei. **Capítulo IV. - Da Administração: Artigo 9º -** A Sociedade será administrada por uma Diretoria, que deverá determinar e executar as diretrizes e a política para os negócios da Sociedade. A Diretoria será composta por indivíduos residentes no País, acionistas ou não, com mandato de 2 anos, sendo permitida sua reeleição. **§ 1º -** Findo o mandato, os membros da Diretoria permanecerão automaticamente no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos e enquanto não houver a destituição, renúncia e/ou renovação do mandato. **§ 2º -** Tais membros serão investidos em seus cargos após a aprovação de suas nomeações pelas autoridades competentes, mediante assinatura do termo de posse a ser lavrado em livro próprio, observadas as prescrições legais. **Capítulo V. - Da Diretoria: Artigo 10 -** A Diretoria será composta por, no mínimo, 2 e, até no máximo, 8 Diretores, sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral. **§ 1º -** Nas ausências ou impedimentos temporários de qualquer Diretor, a Diretoria poderá indicar um substituto dentre os demais Diretores. **§ 2º -** Em caso de morte, incapacidade, renúncia ou destituição de um Diretor, seu substituto, se necessário, será eleito na primeira Assembleia Geral que se realizar. **Artigo 11 -** A Diretoria será o órgão executivo da Sociedade, cabendo-lhe, dentro da orientação traçada pela Assembleia Geral, assegurar o funcionamento regular da Sociedade, ficando investida pela Assembleia Geral de poderes para praticar todos e quaisquer atos relacionados aos fins sociais que sejam de sua competência. **§ Único -** A remuneração global da Diretoria será estabelecida pela Assembleia Geral. **Artigo 12 -** A Diretoria reunir-se-á sempre que necessário, por convocação de qualquer outro Diretor, com a presença de, no mínimo, 2 de seus membros, para validamente deliberar. **Artigo 13 -** A pauta das matérias a serem levadas à deliberação da Diretoria será preparada por um dos Diretores. As deliberações da Diretoria serão tomadas por maioria de votos dos presentes ou por manifestação favorável da totalidade dos Diretores, por escrito. **Artigo 14 -** Compete aos Diretores, sem prejuízo de competências adicionais que estejam previstas na legislação ou regulamentação aplicável ou mesmo neste Estatuto Social: (a) a representação da Sociedade em Juízo e fora dele, ativa ou passivamente; (b) a prática de todos os atos e a celebração de todos os contratos direta ou indiretamente relacionados aos objetivos e propósitos da Sociedade; (c) a assunção de obrigações e a contratação de empréstimos; (d) a abertura e extinção de filiais, sucursais, agências ou representações, alocando-lhes o respectivo capital; (e) a coordenação do andamento das atividades normais da Sociedade, incluindo a implementação das diretrizes fixadas em Assembleias Gerais; (f) o supervisionamento da execução da política comercial, financeira, técnica, administrativa e de planejamento da Sociedade; (g) sujeito à ratificação da Assembleia Geral Ordinária, sugerir a distribuição de dividendos nos termos do Artigo 22, Parágrafo Único, abaixo; (h) autorizar a alienação de bens do ativo não circulante; (i) nomear e destituir os membros do Comitê de Remuneração e do Comitê de Risco; (j) aprovar as regras operacionais e de funcionamento estabelecidas pelo Comitê de Auditoria, pelo Comitê de Remuneração e pelo Comitê de Risco, bem como, tomar ciência de suas atividades; (k) fixar a remuneração dos membros do Comitê de Remuneração e do Comitê de Risco; e (l) a prática de todos os atos que lhe venham a ser especificados pela Assembleia Geral. **Artigo 15 -** A representação da Sociedade obedecerá às seguintes normas: (a) a representação da Sociedade em Juízo e perante quaisquer repartições públicas federais, estaduais ou municipais, bem como autarquias, compete a (i) qualquer Diretor isoladamente, (ii) 1 procurador com poderes específicos, ou (iii) 2 procuradores em conjunto, quando sem poderes específicos; (b) para a concessão de fianças ou avais, a Sociedade será representada por 2 Diretores; (c) para assinatura de qualquer documento ou contrato, a Sociedade será representada por 1 Diretor em conjunto com 1 procurador, ainda que constituído por poderes gerais; (d) nos demais casos, a Sociedade será representada por (i) 2 Diretores em conjunto, ou (ii) 1 Diretor em conjunto com 1 procurador, ou ainda (iii) 2 procuradores com poderes especiais. **§ Único -** A nomeação de procuradores será sempre feita por mandato escrito, que poderá ser instrumento público ou particular, assinado por 2 Diretores. Do instrumento de mandato devem constar expressamente os poderes conferidos e o prazo de validade, que não será superior a 12 meses, salvo para os fins de representação da Sociedade em Juízo, em cujo caso o prazo de validade será indeterminado. **Artigo 16 -** São expressamente vedados, sendo nulos e inoperantes, os atos de qualquer Diretor, procurador ou empregado da Sociedade que a envolverem em obrigações relativas a negócios ou operações estranhas ao objeto social. **§ Único -** A venda de bens, independentemente se relativa ou não ao ativo circulante, não será considerada negócio ou operação estranha ao objeto social. **Capítulo VI. - Do Conselho Fiscal: Artigo 17 -** O Conselho Fiscal da Sociedade só será instalado mediante solicitação dos acionistas, na forma da Lei. **Artigo 18 -** O Conselho Fiscal, quando em funcionamento, será composto de, no mínimo, 3 e, no máximo, 5 membros efetivos, todos eleitos pela Assembleia Geral Ordinária, todos residentes no Brasil e que não façam parte da administração da Sociedade, e igual número de suplentes. O funcionamento, remuneração, competência, deveres e atribuições de seus membros obedecerão ao disposto na legislação em vigor. **Capítulo VII. - Do Exercício Social, Balanços, Lucros e sua Aplicação: Artigo 19 -** O exercício social terá início em 1º de janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro de cada ano ("Exercício Social"). **Artigo 20 -** Ao fim de cada Exercício Social e a 30.06 cada ano, serão elaboradas as demonstrações financeiras da Sociedade, com observância das prescrições legais e regulamentares aplicáveis. As demonstrações financeiras do Exercício Social serão apresentadas à Assembleia Geral Ordinária, juntamente com a proposta de destinação do lucro líquido do Exercício Social, observado o que a respeito dispuserem a Lei e este Estatuto. **Artigo 21 -** Do lucro líquido apurado em cada Exercício Social serão destinados: (a) 5% para a reserva legal, até o limite previsto em Lei; (b) o valor necessário para o pagamento do dividendo obrigatório de 1% do lucro líquido do Exercício Social, entre todas as ações, ajustado nos termos do artigo 202, *caput* e parágrafos, da Lei das S.A., observados os Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo 21; e (c) constituição de outras reservas a critério da Assembleia Geral que, igualmente, dará ao saldo o destino que melhor convier à Sociedade, desde que, conforme artigo 194 da Lei nº 6.404, de 15.12.1964: (i) indique, de modo preciso e completo, a sua finalidade; (ii) fixe os critérios para determinar a parcela anual dos lucros líquidos que serão destinados à sua constituição; e (iii) estabeleça o limite máximo da reserva. **§ 1º** - O dividendo não será obrigatório no Exercício Social em que a Diretoria julgá-lo incompatível com a situação financeira da Sociedade, podendo propor à Assembleia Geral Ordinária que se distribua dividendo inferior ao obrigatório ou que não haja distribuição de dividendos. **§ 2º** - A Assembleia Geral poderá, se não houver oposição de nenhum acionista presente, deliberar pela distribuição de dividendos inferiores ao mínimo obrigatório, ou mesmo pela retenção de todo o lucro líquido. **Artigo 22 -** Além do dividendo declarado à conta do lucro apurado ao final de cada Exercício Social, poderá a Diretoria, igualmente, declarar dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros em suspenso ou de reserva de lucros existentes no último balancete, nos termos do artigo 204, *caput* e parágrafos, da Lei das S.A. **§ Único** - Fica a Diretoria autorizada, ainda, a sugerir a distribuição de dividendos por conta do dividendo mínimo obrigatório referido no Artigo 21, item (b) acima, antes da realização da Assembleia Geral Ordinária, mas sempre sujeitando-se à sua ratificação, observados os termos deste Estatuto Social e da Lei das S.A. **Capítulo VIII. - Da Liquidação: Artigo 23 -** A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos em Lei, competindo à Assembleia Geral estabelecer o modo de liquidação, elegendo o liquidante e o Conselho Fiscal, se houver, que deverão funcionar durante todo o período de liquidação. **Artigo 24 -** Em caso de omissão ou dúvida, aplicar-se-ão as disposições legais vigentes. **Capítulo IX. - Da Ouvidoria: Artigo 25 -** A Sociedade disporá de uma Ouvidoria de caráter permanente que terá a finalidade de atuar como canal de comunicação entre a Instituição, clientes e usuários, permitindo-lhes buscar a solução de problemas, mediante o registro de reclamações, denúncias e sugestões. **Artigo 26 -** A Ouvidoria será composta de um membro da Diretoria e um Ouvidor e ficará subordinada à Diretoria da Sociedade. **§ 1º** - A Diretoria deverá se reunir para determinar qual dos seus membros será o responsável pela Ouvidoria, bem como nomear o Ouvidor para um mandato de 1 ano, permitida recondução por iguais períodos. **§ 2º** - Na hipótese de recair a designação do diretor responsável pela Ouvidoria e do Ouvidor sobre a mesma pessoa, essa não poderá desempenhar outra atividade na Sociedade. **§ 3º** - A função de Ouvidor será desempenhada por funcionário detentor de qualificação e/ou conhecimento técnico compatível para o exercício das atribuições da Ouvidoria, devendo obedecer, no mínimo, aos seguintes critérios: (a) escolaridade e conhecimentos compatíveis com o cargo; (b) reputação ilibada; (c) aptidão declarada em exame de certificação organizado por entidade de reconhecida capacidade técnica; (d) conhecimento da regulamentação que rege os produtos e os serviços fornecidos por instituições financeiras; e/ou (e) enquadramento nos demais requisitos fixados na regulamentação aplicável ao quadro de funcionários da Sociedade. **§ 4º -** O funcionário designado para o exercício das atribuições de Ouvidor não perceberá qualquer outra remuneração adicional, independentemente a que título e/ou natureza seja, além daquela prevista para outra posição que originalmente ocupe e/ou venha a ocupar. **§ 5º** - O Ouvidor poderá ser destituído, a qualquer tempo, em ato próprio firmado ao menos por 2 Diretores da Sociedade, na ocorrência das seguintes situações: (a) inaptidão em exame de certificação; (b) inabilidade na execução das atribuições inerentes ao cargo; (c) inobservância da regulamentação aplicável ao exercício da função; (d) descumprimento das condições aplicáveis à função de Ouvidoria fixada neste Estatuto Social; e/ou (e) desobediência da regulamentação aplicável ao quadro de funcionários da Sociedade. **Artigo 27 -** Além de quaisquer outras previstas em leis ou regulamentações próprias, constituem atribuições da Ouvidoria: (a) prestar atendimento de última instância às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços que não tiverem sido solucionadas nos canais de atendimento primário da instituição; (b) atuar como canal de comunicação entre a instituição e os clientes e usuários de produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos; e (c) informar à Diretoria da Sociedade a respeito das atividades de ouvidoria. **§ Único -** Sem prejuízo do disposto no *caput* deste Artigo, as atribuições da Ouvidoria abrangem as seguintes atividades: (a) atender, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às demandas dos clientes e usuários de produtos e serviços da Sociedade; (b) prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas; (c) informar o prazo previsto para resposta final; (d) encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes no prazo previsto; (e) manter a Diretoria da Sociedade devidamente informada sobre os problemas e deficiências detectados no cumprimento de suas atribuições e sobre o resultado das medidas adotadas pelos administradores da Sociedade para solucioná-los; (f) elaborar e encaminhar à Auditoria Interna e à Diretoria, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo as proposições de que trata o item anterior. **Artigo 28 -** A Sociedade deverá manter condições adequadas para o funcionamento da Ouvidoria, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção. **§ Único -** A Ouvidoria terá assegurado o acesso às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo, para tanto, requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades, observada a legislação relativa ao sigilo bancário. **Capítulo X. - Do Comitê de Auditoria: Artigo 29 -** O Comitê de Auditoria será composto de, no mínimo, 03 até, no máximo, 06 membros, pessoas físicas residentes no país, eleitos e destituídos pela Assembleia Geral, que fixará sua remuneração. **§ 1º -** O Comitê de Auditoria não terá mandato fixo. **§ 2º** - O mandato dos membros do Comitê de Auditoria, estender-se-á até a posse dos seus substitutos. **§ 3º -** Assembleia Geral que eleger o Comitê de Auditoria, deverá indicar, dentre os integrantes, o Membro Qualificado, com comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria. **§ 4º** - O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente à Diretoria. **§ 5º** - Constituem atribuições do Comitê de Auditoria: (a) estabelecer as regras operacionais para seu próprio funcionamento, as quais devem ser aprovadas pela Diretoria, formalizadas por escrito e colocadas à disposição dos respectivos acionistas; (b) recomendar, à administração da sociedade, a entidade a ser contratada para prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, caso considere necessário; (c) revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente; (d) avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à sociedade, além de regulamentos e códigos internos; (e) avaliar o cumprimento, pela administração da sociedade, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos; (f) estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à sociedade, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (g) recomendar, à Diretoria, correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições; (h) reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria, com a auditoria independente e com a auditoria interna para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros; (i) verificar, por ocasião das reuniões previstas no inciso "h", o cumprimento de suas recomendações pela Diretoria; (j) reunir-se com o conselho fiscal, quando instalado, por solicitação do mesmo, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências; (k) outras atribuições determinadas pelo Banco Central do Brasil. **Capítulo XI. - Comitê de Remuneração: Artigo 30** - O Comitê de Remuneração será composto de, no mínimo, 03 e, no máximo, 06 membros, pessoas físicas residentes no país, eleitos e destituídos pela Diretoria, que fixará sua remuneração. **§ 1º -** O prazo de mandato dos membros do Comitê de Remuneração é de 5 anos, vedada a permanência de integrante no Comitê por prazo superior a 10 anos. **§ 2º -** O Comitê de Remuneração deverá: a) reportar-se diretamente à Diretoria; b) ter na sua composição pelo menos um membro não administrador da Sociedade; c) ter na sua composição integrantes com as qualificações e a experiência necessárias ao exercício de julgamento competente e independente sobre política de remuneração da sociedade, inclusive sobre as repercussões dessa política na gestão de riscos. **§ 3º** - Cumprido o prazo máximo previsto no § 1º acima, o integrante do Comitê de Remuneração somente pode voltar a integrar tal órgão na Sociedade após decorridos, no mínimo, 3 anos. **§ 4º** - Nos casos de vaga por renúncia ou destituição em que o Comitê ficar reduzido a menos de 3 membros, a Diretoria deverá, tempestivamente, eleger um substituto, que servirá até o término do mandato do substituído. **§ 5º** - O Comitê de Remuneração se reunirá anualmente, ou extraordinariamente mediante convocação de qualquer de seus membros, sendo certo que a reunião do Comitê de Remuneração só será validamente instalada com a presença da maioria de seus membros. **Artigo 31** - Além das previstas em lei ou regulamento, serão também atribuições do Comitê de Remuneração: (a) Elaborar a política de remuneração de administradores da Sociedade, propondo à Diretoria as diversas formas de remuneração fixa e variável, além de benefícios e programas especiais de recrutamento desligamento; (b) Supervisionar a implementação e operacionalização da política de remuneração de administradores da Sociedade; (c) Revisar anualmente a política de remuneração de administradores das Sociedade, recomendando à Diretoria a sua correção ou aprimoramento; (d) Propor à Diretoria o montante da remuneração global dos administradores a ser submetido à assembleia geral, na forma do art. 152 da Lei nº 6.404/76; (e) Avaliar cenários futuros, internos e externos, e seus possíveis impactos sobre a política de remuneração de administradores; (f) Analisar a política de remuneração de administradores da Sociedade em relação às práticas de mercado, com vistas a identificar discrepâncias significativas em relação a empresas congêneres, propondo os ajustes necessários; (g) Zelar para que a política de remuneração de administradores esteja permanentemente compatível com a política de gestão de riscos, com as metas e a situação financeira atual e esperada da instituição e com o disposto na regulamentação vigente. **Artigo 32** - O Comitê de Remuneração elaborará, com periodicidade anual, no prazo de 90 dias, relativamente à data-base de 31 de dezembro, documento denominado "Relatório do Comitê de Remuneração", o qual deverá ser mantido à disposição do Banco Central do Brasil pelo prazo mínimo de 5 anos. **Capítulo XII - Comitê de Riscos: Artigo 33 -** O Comitê de Risco será composto de, no mínimo, 03 até, no máximo, 06 membros, nomeados e destituídos pela Diretoria, com prazo de mandato indeterminado. **§ 1º -** O Comitê de Risco deverá se reportar diretamente à Diretoria. **§ 2º -** A função de membro do Comitê é não remunerada e indelegável, exceto no caso de ausência ou impedimento, cuja função será exercida por outro membro escolhido pelos demais. **§ 3º** - O Comitê de Risco se reunirá, no mínimo, 3 vezes ao ano, sendo validamente instalada com a presença da maioria dos seus membros, com a presença obrigatória de, no mínimo, um membro que seja da Diretoria. **§ 4º** - O Comitê de Risco poderá convidar para participar de suas reuniões membros da Diretoria e colaboradores internos e externos que detenham informações relevantes ou cujos assuntos constem da pauta de discussão e sejam pertinentes à sua área de atuação. **§ 5º** - As decisões serão tomadas por consenso ou, na impossibilidade, pela maioria simples de votos, cabendo um voto a cada membro do Comitê de Gestão de Risco. **Artigo 34** - Além daquelas previstas na regulamentação em vigor e em seu regimento interno, serão também atribuições do Comitê de Risco: (a) Propor, com periodicidade mínima anual, recomendações à Diretoria sobre aprovação e revisão: I. de políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos; II. de políticas e estratégias de gerenciamento de capital; III. do programa de testes de estresse; IV. de políticas para a gestão de continuidade de negócios; V. do plano de contingência de liquidez; VI. do plano de capital e do plano de contingência de capital. (b) Avaliar os níveis de apetite por riscos da Sociedade fixados na Declaração de Apetite por Riscos (RAS) e as estratégias para seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada (mercado, crédito, operacional, liquidez e socioambiental); (c) Supervisionar a atuação e o desempenho do Diretor de Gerenciamento de Riscos (CRO); (d) Supervisionar a observância pela Diretoria, dos termos da RAS; (e) Avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de riscos às políticas estabelecidas; (f) Manter registros de suas deliberações e decisões; (g) Compreender, de forma abrangente e integrada, os riscos que podem impactar o capital e a liquidez da instituição; (h) Entender as limitações das informações constantes dos relatórios gerenciais e dos reportes relativos ao gerenciamento de riscos e ao gerenciamento de capital; (i) Garantir que o conteúdo da RAS seja observado pelo Banco; (j) Entender as limitações e as incertezas relacionadas à avaliação dos riscos, aos modelos, mesmo quando desenvolvidos por terceiros, e às metodologias utilizadas na estrutura de gerenciamento de riscos; (k) Assegurar o entendimento e o contínuo monitoramento dos riscos pelos diversos níveis do Banco; e (l) Promover o aperfeiçoamento contínuo da cultura de riscos do Banco.

INÊS 249

Stéphane Maquaire
CEO do grupo Carrefour Brasil

‘O consumidor está mudando, e nós também’

Para executivo, o setor tem de se adaptar à digitalização e ter lojas menores, perto dos clientes

CENÁRIOS

SONIA RACY

Foi em 2019 que o executivo francês **Stéphane Maquaire**, então CEO do Carrefour na Argentina, montou um plano com foco na estratégia digital e na aproximação com o cliente. Desafios que exigem controle e versatilidade – e que ele, com seus 25 anos de estrada no varejo, segue desde 2021 como CEO do grupo Carrefour Brasil.

Não é simples fazer isso lidando, no dia a dia, com 130 mil funcionários e uma rede com 2 milhões de clientes no Brasil, onde fatura mais de R$ 100 bilhões. “A margem de lucro é baixa”, revela Maquaire, “mas ganhamos no volume”. O grupo no mundo fatura €100 bilhões. O que significa que o Brasil representa algo como um quinto da receita mundial.

Nesta conversa com *Cenários*, ele fala também do empresário e amigo Abilio Diniz, recém-falecido, da expansão das vendas online (de 2% para 9% do total até 2023), e faz duas constatações. A primeira: “Não se muda a cultura de um dia para outro”. A segunda: “O consumidor está mudando, e nós também mudamos”. A seguir, trechos da entrevista:

Como foi o impacto no grupo Carrefour com a perda de Abilio Diniz?

Fomos pegos de surpresa. Muito triste, porque ele foi um apoiador incansável na minha liderança do Carrefour Brasil desde que cheguei, há três anos. Ele era absolutamente apaixonado pelo varejo alimentar. O melhor que podemos fazer é aproveitar seu legado. Com a Península, que é o vínculo de investimento dentro do grupo, tanto do Carrefour Brasil quanto no da França. A Península é a segunda maior acionista do grupo. E fez na semana passada, depois da morte de Abilio, um novo aporte.

Que diferenças você observa entre o consumidor francês e o brasileiro?

O francês é mais maduro na forma de atuar, e o brasileiro é um consumidor mais endividado, que busca ofertas e a facilidade de comprar perto de casa. Essa proximidade é o que os dois têm em comum. Daí, as lojas de conveniência, como o Carrefour Express, presentes nos dois países.

O brasileiro conviveu muito com a inflação, e ela reapareceu. Isso os leva a negociar com os fornecedores?


ACERVO CARREFOUR

‘Margem de lucro é pequena, mas o volume é grande’, diz Maquaire

Sim, mudanças no cenário da inflação mudam a forma de negociar com os fornecedores, de ver os custos imediatos. O cenário de 2023 ficou esquisito, uma inflação maior no item alimentar. Um cenário diferente do presente no resto do mundo.

Novos mercados
Marca francesa escolheu Brasil e Espanha para investir. E já tem aqui 150 lojas do Carrefour Express

Os resultados do Carrefour Brasil em 2023 não foram bons. O que fazer para isso não se repetir?

Tivemos em 2023 um cenário um pouco específico. Houve a inflação alimentar ao mesmo tempo que estávamos integrando um gigante, o grupo Big, comprado em junho de 2022. Viramos um dos maiores empregadores do País, com 130 mil funcionários. Muita transformação, de diferentes culturas corporativas. Convertemos 120 lojas do Big para o formato Carrefour, Atacadão e Sam’s Club. Nesse ajuste, definimos mudanças e a cooperação entre essas bandeiras. Tudo isso tem uma jornada, não se muda a cultura de um dia para o outro.

Tempos atrás, Abilio Diniz, ainda no Pão de Açúcar, tentou unir o Pão e o Carrefour. Como foi isso?

Foi outro momento. Para unir duas empresas, tem muitas pedras no caminho, e até seres humanos. Pedras financeiras, de operações, de falta de vontade. Tudo isso fez com que a união não acontecesse.

De que forma o sr. vê as mudanças do mercado varejista na última década?

O consumidor mudou, está mudando, e nós também. De forma mais macroeconômica, os maiores varejistas do mundo, Carrefour, Tesco e Walmart, que estavam espalhados por muitos países, decidiram escolher os lugares mais fortes para crescer. No nosso caso, Espanha, Brasil e alguns países mais. Saímos da China nesse movimento. A segunda mudança é o apreço pela proximidade, ter lojas de conveniência como o Carrefour Express no Brasil – aqui, já são 150 lojas neste formato – nos condomínios, escritórios, hospitais, até em (*no aeroporto de*) Cumbica. A terceira mudança é a digitalização, com o e-commerce. Há três anos, as vendas online eram 2% das nossas vendas; agora, já são 9%.

A margem de lucro é muito pequena, a competição é feroz. Como se sair bem nesses desafios?

De fato, temos uma margem líquida muito baixa em relação a outros negócios. Mas vendemos todos os dias para 2 milhões de clientes. Então, a margem é baixa em taxa, mas ganhamos no volume. São mais de R$ 100 bilhões ao ano. Para oferecer bons preços, temos um time do comercial negociando com os fornecedores.

Há muitos produtos já com a marca Carrefour. Como fica a relação com os fornecedores?

Para o cliente, é bom ter produtos de qualidade a um preço bem mais acessível, 20%, 30% abaixo daquele da marca tradicional. Os fornecedores gostam porque teremos mais clientes na loja, que podem comprar da marca própria – e os dois lados se beneficiam. Com isso, 21% das vendas no setor alimentar foram da marca Carrefour. E os produtos Member Marks, do Sam’s Club, estão chegando aos 20%. Na França, são 35%. ●


NA WEB
No Facebook e no Twitter do ‘Estadão’, no LinkedIn, no YouTube do ‘Estadão’ e no YouTube do Banco Safra.
www.estadao.com.br

INÊS 249

Orçamento Resultado das contas públicas

Tebet não descarta mudar metas de 2024 e 2025

Ministra do Planejamento diz que discussão 'está na mesa' e que aumento da receita está 'se exaurindo'

GIORDANNA NEVES
AMANDA PUPO
BRASÍLIA

A ministra do Planejamento, Simone Tebet, disse ontem que ainda não tem os números de projeção de receitas fechados para afirmar se o governo poderá ou não manter a meta de fazer um superávit (saldo positivo) de 0,5% do PIB em 2025. Segundo ela, a expectativa é de que os dados sejam entregues pela Fazenda ao Planejamento ainda nesta semana. O alvo fiscal precisa ser proposto no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), a ser enviado ao Congresso dia 15 de abril.

"O que eu posso adiantar – que é o que o (*Fernando*) Haddad já adiantou – é que está na mesa a discussão da meta de 2024 e 2025, a rediscussão", disse. Questionada se, além do alvo para 2025, a meta de déficit zero deste ano também poderia ser revisada, Tebet tentou se corrigir: "Não, não está sendo rediscutida (*a meta de 2024*); só afirmei que, na meta deste ano, 'A' menos 'B' tem de dar zero, é mês a mês que a gente vai avaliar", disse a ministra, após participar do encerramento do Seminário Internacional de Boas Práticas de Planejamento de Médio e Longo Prazo, em Brasília.

"Por enquanto estamos com (*déficit*) de 0,1% (*do PIB*) sem uma série de questões que nós não incluímos, que vamos ter de incluir no Orçamento no segundo relatório (*bimestral*). Lá para maio vamos ter uma visão real do que vai acontecer em 2024", afirmou.

"A (*receita*) menos B (*despesa*) para 2025 tem de dar superávit de 0,5% (*do PIB*). Se não der, vamos com muita clareza levar isso para a Junta de Execução Orçamentária (*JEO*) e dizer: os números não batem, ou nós vamos rever meta ou não vamos rever meta. O que vamos fazer? Vamos enfrentar assim mesmo? Vamos rediscutir meta de 2025 e 2026? Aí é uma decisão que só a Junta vai tomar", disse.

> ***"Já está se exaurindo o aumento do Orçamento brasileiro pela ótica da receita, passar disso significaria aumentar imposto (...). O que precisamos colocar para rodar é a esteira sob a ótica da despesa"***
> **Simone Tebet**
> **Ministra do Planejamento**

Ainda sobre o PLDO de 2025, Tebet disse que espera fazer uma reunião com sua equipe na sexta-feira, para que um encontro da JEO possa ser marcado para a próxima semana. "Com os números fechados, vamos ter a realidade na nossa porta, se conseguiremos manter 0,5% de superávit ou não", declarou, destacando que, enquanto o Ministério da Fazenda tem os números relativos à receita, sua pasta é responsável pelos dados de despesa.

"Vamos bater os números. Ele só tem um número, eu só tenho outro. Esse casamento precisa acontecer."

REVISÃO DE GASTOS. Tebet também confirmou que vai incluir no Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) um anexo com diretrizes para revisão de gastos, como mostrou o **Estadão**. Ela reforçou que é preciso avançar na discussão orçamentária sob a ótica da despesa e disse que as alternativas para aumentar receitas já estão se "exaurindo".

"Já está se exaurindo o aumento do Orçamento brasileiro pela ótica da receita, passar disso significaria aumentar imposto. (...) Há ainda outra medida pela ótica da receita? Só o ministro Haddad pode dizer, eu não posso adiantar. O que precisamos colocar para rodar é a esteira sob a ótica da despesa. O que cortar, como cortar."

A ministra reforçou que o anexo sobre revisão de gastos será uma diretriz à execução do Orçamento e poderá ser revisto posteriormente. "Essa lista (*de revisão de gastos*) não precisa vir especificamente; ela precisa ser norteadora daquilo que precisamos fazer e quais são as despesas que estão comprimindo mais o espaço das despesas discricionárias (*não obrigatórias*). Ela vem com projeção de que se nada for feito em determinado momento não vamos ter recursos para despesas discricionárias."

A discussão sobre a agenda de revisão de gastos vai ser levada à reunião da JEO na semana que vem. Segundo a ministra, a ideia é que este anexo contenha uma análise clara do impacto de despesas com, por exemplo, pisos da Saúde e da Educação, Previdência e servidores públicos.

Como mostrou o **Estadão**, o governo pretende incluir no PLDO de 2025 uma estimativa de economia com a revisão de despesas de benefícios ligados ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e ao Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro). ●



ASSOCIAÇÃO BEVERLY HILLS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

De acordo com o Estatuto Social, convocamos os Proprietários e Moradores, associados da Associação Beverly Hills, a participarem da Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se na academia da Associação, sito a Estrada Municipal, nº 1190, Sítio das Lagoas, Bairro Votupoca, Jandira/SP, no próximo dia **13 de abril de 2024 - sábado, às 08h30**, em primeira convocação, com a presença mínima de metade mais um dos associados, ou às 9h00, em segunda chamada, com qualquer número de associados presentes, para deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

1. Proposta de aprovação da Prestação de Contas do Exercício do 2023, com apresentação do parecer da auditoria;

2. Eleição dos membros do Conselho Diretor para o período de 01/05/2024 à 30/04/2026;

3. Proposta de Previsão Orçamentária para o exercício de 2024, com definição do valor de rateio mensal;

4. Outros assuntos não deliberativos de interesse da Associação.

NOTA 1: Não havendo quórum na primeira convocação, a Assembleia será instalada em segunda convocação, no mesmo local, com qualquer número de associados presentes (Estatuto, Artigo 16º).

NOTA 2: Somente os proprietários em dia com suas obrigações perante a Associação poderão candidatar-se ou votar na Assembleia (Estatuto, Artigo 18, Parágrafo Primeiro). É permitida a representação por procuração, devendo observar o previsto no Estatuto, Artigo 18, Parágrafo Terceiro. Proprietários que possuam acordo de pagamentos de débitos, que estejam em dia com as parcelas, são considerados adimplentes.

NOTA 3: Ainda no mesmo artigo, é possível a representação por procuração, desde que obedecidas às condições previstas no mesmo, ou seja, que seja outorgada a outro associado quite com a Associação e que tenha no máximo 10 (dez) procurações por associado.

NOTA 4: Os interessados em participar do Conselho Diretor devem observar o disposto nos artigos 21 ao 51 do Estatuto. Para que sejam averiguadas as informações necessárias para elegibilidade dos candidatos a membro do Conselho, de acordo com o previsto no artigo 23 do Estatuto, solicitamos que sejam enviadas as inscrições de candidatura até o dia 08 de abril de 2024 ao e-mail eticon@eticon.adm.br.

NOTA 5: Para assinatura na lista de presença, o (a) proprietário (a) deve estar munido (a) de documento de identificação com foto e apresentá-lo para confirmação de dados e validação da assinatura.

NOTA 6: Consulte todas as informações de movimentação financeira da Associação pelo módulo "Balancete Interativo", da página disponibilizada pelo sítio na internet www.eticon.adm.br, opção "Acesso Restrito", ou pelo aplicativo para celular ou portal "Winker". Eventuais dúvidas em relação ao uso, acesso à Plataforma da Eticon (Winker), deverão ser dirimidas antecipadamente, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, junto à Eticon pelo telefone e WhatsApp business: (11) 4617-4500.

NOTA 7: As assembleias são gravadas em áudio para preservação dos fatos que resultarão nas deliberações e consulta do inteiro teor da apresentação, com todos os comentários, sugestões e argumentações que ocorrerem durante a assembleia, podendo ser consultada pelos associados interessados, por agendamento.

Ressaltamos a importância da participação de todos para que tenhamos oportunidade de fazer do nosso Residencial um lugar cada vez melhor.

Jandira, 01 de abril de 2024.

LUIS FERNANDO DE LEMOS

Presidente do Conselho Diretor



ASSOCIAÇÃO BEVERLY HILLS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

De acordo com o Estatuto Social, convocamos os Proprietários e Moradores, associados da Associação Beverly Hills, a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária**, a realizar-se na academia da Associação, sito a Estrada Municipal, nº 1190, Sítio das Lagoas, Bairro Votupoca, Jandira/SP, no próximo dia **13 de abril de 2024 - sábado, às 08h30**, com início em segunda convocação após o término da Assembleia Ordinária prevista para iniciar às 08h30, do mesmo dia, com qualquer número de presentes, para deliberarem sobre:

1. Por exigência do cartório Oficial de Registro de Imóveis, Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de Barueri, apresenta - se a proposta de ratificação das Assembleias Ordinária e Extraordinária, realizadas em 21.05.2021, em função da não realização dos seus registros, por extravio das listas de presenças, pela antiga administradora;

2. Proposta de inclusão ao Regulamento Interno, no Capítulo III Operação – 3. 1.Disposições Gerais, 1. Prerrogativa, a saber:

c. Os membros da Diretoria em exercício, sob nenhuma hipótese, salvo decisão soberana de Assembleia Geral Associativa, poderão contratar empresas que forneçam serviços e materiais a Associação, que tenham vínculo jurídico com quaisquer membros do corpo diretivo, inclusive os membros suplentes, vínculo este direto, ou indireto com seus familiares até o quarto grau em linha reta ou colateral. O Diretor que descumprir esta determinação, ou seja, contratar ou for contratado, perderá seu cargo sumariamente e será multado em 10 cotas associativas.

d. Todo processo de contratação de serviços e ou materiais para manutenção e conservação da Associação, será feito por concorrência com participação de no mínimo três orçamentos, que serão julgados pelo binômio capacidade técnica e menor preço.

e. Não poderão se candidatar, e consequentemente serem eleitos a cargos de Diretoria, associados que tenham relação de parentesco entre si até o quarto grau em linha reta ou colateral.

3. Outros assuntos não deliberativos de interesse da Associação.

NOTA 1: Não havendo quórum na primeira convocação, a Assembleia será instalada em segunda convocação, no mesmo local, com qualquer número de associados presentes (Estatuto, Artigo 16º).

NOTA 2: Somente os proprietários em dia com suas obrigações perante a Associação poderão candidatar-se ou votar na Assembleia (Estatuto, Artigo 18, Parágrafo Primeiro). É permitida a representação por procuração, devendo observar o previsto no Estatuto, Artigo 18, Parágrafo Terceiro. Proprietários que possuam acordo de pagamentos de débitos, que estejam em dia com as parcelas, são considerados adimplentes.

NOTA 3: Ainda no mesmo artigo, é possível a representação por procuração, desde que obedecidas às condições previstas no mesmo, ou seja, que seja outorgada a outro associado quite com a Associação e que tenha no máximo 10 (dez) procurações por associado.

NOTA 4: Para assinatura na lista de presença, o (a) proprietário (a) deve estar munido (a) de documento de identificação com foto e apresentá-lo para confirmação de dados e validação da assinatura.

NOTA 5: Consulte todas as informações de movimentação financeira da Associação pelo módulo "Balancete Interativo", da página disponibilizada pelo sítio na internet www.eticon.adm.br, opção "Acesso Restrito", ou pelo aplicativo para celular ou portal "Winker". Eventuais dúvidas em relação ao uso, acesso à Plataforma da Eticon (Winker), deverão ser dirimidas antecipadamente, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 17h00, junto à Eticon pelo telefone e WhatsApp business: (11) 4617-4500.

NOTA 6: As assembleias são gravadas em áudio para preservação dos fatos que resultarão nas deliberações e consulta do inteiro teor da apresentação, com todos os comentários, sugestões e argumentações que ocorrerem durante a assembleia, podendo ser consultada pelos associados interessados, por agendamento.

Ressaltamos a importância da participação de todos para que tenhamos oportunidade de fazer do nosso Residencial um lugar cada vez melhor.

Jandira, 01 de abril de 2024.

LUIS FERNANDO DE LEMOS

Presidente do Conselho Diretor

Even Construtora e Incorporadora S.A.

Companhia Aberta – CNPJ nº 43.470.988/0001-65 – NIRE 35.300.329.520

Edital de Convocação da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas da **Even Construtora e Incorporadora S.A.** ("Companhia") para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a ser realizada, em primeira convocação, no dia 29 de abril de 2024, às 10:00 horas, na sede social da Companhia, localizada na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 1400, 2º andar, Conjunto 22, CEP 01455-000, **com possibilidade de participação digital**, através da plataforma digital Zoom ("Plataforma Digital"), sem prejuízo da possibilidade de votar por meio de Boletim de Voto a Distância, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: **Em sede de Assembleia Geral Ordinária**: i. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e deliberar sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes. ii. Deliberar sobre a destinação do lucro líquido relativo ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 e a distribuição de dividendos. iii. Revisar o Orçamento de Capital que fundamentou a retenção de parte do lucro líquido do exercício social de 2021 por 3 (três) exercícios (2022-2024), conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2022. iv. Renovar por mais 1 (um) exercício o Orçamento de Capital que fundamentou a retenção de parte do lucro líquido do exercício social de 2022, conforme aprovado na Assembleia Geral Ordinária da Companhia realizada em 28 de abril de 2023. v. Deliberar sobre a eleição de 1 (um) membro ao Conselho de Administração, para ocupar cargo vago em razão de renúncia, com mandato consolidado com os demais membros, até a Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as contas do exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024. vi. Indicar o Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração. vii. Fixar o limite do valor da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício social de 2024. **Em sede Assembleia Geral Extraordinária**: i. Deliberar sobre o novo plano de concessão de ações restritas. ii. Reformar e consolidar o Estatuto Social da Companhia, para (a) alterar o artigo 5º a fim de refletir o cancelamento de ações aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 24 de agosto de 2023, e (b) alterar o artigo 33 para prever a criação de reserva de lucros estatutária. **Informações Relevantes:** 1. A Proposta da Administração com as informações relativas às matérias constantes da Ordem do Dia e ao exercício do direito de voto na AGOE ("Proposta da Administração") foi disponibilizada no dia 28 de março de 2024, na forma prevista na Resolução nº 81 da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), de 29.03.2022 ("RCVM 81/2022"), e pode ser acessada através dos endereços eletrônicos da CVM (https://www.gov.br/cvm/pt-br) e da Companhia (www.even.com.br/ri). 2. Nos termos do Artigo 9º do Estatuto Social da Companhia, os Acionistas deverão apresentar à Companhia os seguintes documentos, conforme descrito detalhadamente na Proposta da Administração: (i) documento de identidade com foto e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) instrumento de mandato, acompanhado do documento de identidade e/ou atos societários pertinentes do procurador, conforme o caso; e (iii) comprovante expedido pela instituição financeira depositária das ações escriturais de sua titularidade ou em custódia, na forma do Artigo 126 da Lei nº 6.404/76. 3. Os Acionistas que optarem por **participar presencialmente da AGOE** devem comparecer à sede da Companhia no local e horário indicados. Antes da instalação da AGOE, os Acionistas assinarão o Livro de Presença. Recomenda-se aos interessados em participar da AGOE que se apresentem no local com antecedência de 1 (uma) hora em relação ao horário indicado. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGOE, todos os documentos mencionados acima poderão, a critério do Acionista, ser depositados na sede da Companhia ou enviados para o *e-mail* <ri@even.com.br>. Com o objetivo de dar celeridade ao processo e facilitar os trabalhos da AGOE, a Companhia solicita que os referidos documentos sejam enviados preferencialmente com 2 (dois) dias de antecedência da data prevista para a realização da AGOE. 4. Os Acionistas que desejarem **participar remotamente da AGOE, através da Plataforma Digital**, devem enviar a documentação indicada acima para o *e-mail* <ri@even.com.br>, aos cuidados do Diretor de Relações com Investidores até as **10:00 horas (horário de Brasília) do dia 27 de abril de 2024** e solicitar o acesso ao sistema. Os Acionistas que não apresentarem os documentos obrigatórios para sua participação na Assembleia até a referida data não poderão participar remotamente da Assembleia. 5. Os Acionistas que optarem por **exercer seu direito de voto à distância**, nos termos do Artigo 121, parágrafo único, da Lei nº 6.404/76 e da RCVM 81/2022, devem preencher o Boletim de Voto a Distância e enviá-lo: (i) diretamente à Companhia, aos cuidados da área de Relações com Investidores, para o *e-mail*: <ri@even.com.br>; (ii) ao agente escriturador da Companhia, Itaú Corretora de Valores S.A., caso as ações não estejam depositadas em depositário central; ou (iii) aos seus respectivos custodiantes, caso as ações estejam depositadas em depositário central, hipótese na qual deverão ser observados os procedimentos adotados por cada custodiante.

São Paulo, 28 de março de 2024.

Rodrigo Geraldi Arruy

Presidente do Conselho de Administração

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE ALIMENTOS DO ESTADO DE SÃO PAULO - SINDBAST

CNPJ nº 56.822.489/0001-31

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA CANDIDATURA E ELEIÇÃO DOS EMPREGADOS QUE PRETENDEM PARTICIPAR DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA CEASA CAMPINAS

Ficam todos os interessados a pré-candidatos, CONVOCADOS a formalizarem as suas candidaturas ao Conselho de Administração conforme determina o art. 11, §1º do Estatuto Social da CEASA Campinas. Os interessados em participar desta eleição, deverão enviar as suas candidaturas até o dia 08 de abril de 2024 para o e-mail sindbast@sindbast.org.br, com cópia para hellen.rafacho@ceasacampinas.com.br. Ficam desde já avisados que a eleição acontecerá em 16 de abril de 2024 entre 9h e 15h por escrutínio secreto, através de cédula a ser depositada em urna em poder da Sra. Hellen Rafacho, no Auditório do Prédio da Administração. Sendo a apuração realizada no mesmo local de votação e divulgação do resultado no mural da CEASA e no site do SINDBAST às 16h.

São Paulo, 02 de abril de 2024

ENILSON SIMÕES DE MOURA - Presidente

PORTO SEGURO CAPITALIZAÇÃO S.A.

CNPJ nº 16.551.758/0001-58 - NIRE 35.3.0044235-1

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01 de Fevereiro de 2024

1. Data, hora e local: 01 de fevereiro de 2024, às 11h, na sede social da Porto Seguro Capitalização ("Companhia"), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre A, 69 andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP, CEP: 01216-012 ("Companhia"). **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci - Presidente; Sr. Gustavo Franco Pacheco - Secretário. **4. Ordem do dia:** A Assembleia Geral foi convocada para deliberar sobre a indicação do Gestor de Riscos e Gestor de Conformidade da Companhia. **5. Resumo das Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos, deliberou aprovar a indicação, ambos por prazo indeterminado, do Sr. **Carlos André Dicencia Amos,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.235.023-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 352.745.708-95, como **Gestor de Riscos** da Companhia, com efeitos imediatos, em substituição ao Sr. Emílio Bentancourt, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 319.348.518-76, e do Sr. **Gil Kassow,** brasileiro, casado, economista portador da Cédula de Identidade RG nº 28.987.000-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 301.602.538-88, como **Gestor de Conformidade** da Companhia, com efeitos imediatos, em substituição ao Sr. Emílio Bentancourt, acima qualificado, nos termos da Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021. **6. Documentos arquivados na sociedade:** Procurações. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 01 de fevereiro de 2024. (ass.) **Presidente da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; **Secretário da Mesa:** Sr. Gustavo Franco Pacheco; **Acionista: Porto Seguro S.A.,** por seus procuradores Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci e Sr. Gustavo Franco Pacheco e **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais,** por seu procurador, Sr. Gustavo Franco Pacheco. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Gustavo Franco Pacheco - **Secretário. JUCESP** nº 127.983/24-7 em 25/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

JHSF PARTICIPAÇÕES S.A.

CNPJ 08.294.224/0001-65 - NIRE 35.300.333.578 - Companhia Aberta

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Convidamos os senhores acionistas da **JHSF Participações S.A.** ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária ("AGO") a ser realizada no dia 30 de abril de 2024, às 10h, na sede da Companhia, localizada na Av. Magalhães de Castro, nº 4.800, Torre 3, Continental Tower, 27º andar (parte), na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 05502-001, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **1.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2.** Deliberar sobre proposta de orçamento de capital para os fins do art. 196 da Lei nº 6.404/76; **3.** Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **4.** Definir o número de membros que comporão o Conselho de Administração da Companhia, para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2025, com base nos limites previstos no Estatuto Social da Companhia; **5.** Eleger os membros do Conselho de Administração; **6.** Eleger o Presidente do Conselho de Administração, nos termos dos artigos 13, II, e 19 do Estatuto Social da Companhia; **7.** Deliberar sobre a instalação do Conselho Fiscal; **8.** Definir o número de membros que deverão compor o Conselho Fiscal para mandato que se encerrará na Assembleia Geral Ordinária de 2025; **9.** Eleger os membros do Conselho Fiscal; **10.** Fixar a remuneração global anual para o exercício social de 2024 dos administradores da Companhia; e **11.** Fixar a remuneração dos membros do Conselho Fiscal para o exercício social de 2024. Poderão participar da AGO os acionistas titulares das ações ordinárias emitidas pela Companhia, por si, seus representantes legais ou procuradores na forma do art. 126, §1º, Lei nº 6.404/76 e observado o art. 14 do Estatuto Social, ou, ainda, via boletim de voto a distância. Para que sejam admitidos na AGO, os acionistas da Companhia deverão portar os seguintes documentos: (i) documento de identidade, (ii) instrumento de mandato em caso de acionista representado por procurador, outorgado nos termos da legislação, (iii) extrato contendo a respectiva participação acionária emitido pelo órgão competente, e (iv) prova de poderes de representação, no caso das pessoas jurídicas e fundos de investimento. As orientações detalhadas acerca da documentação exigida constam na Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas. O percentual mínimo de participação no capital votante necessário à requisição da adoção do voto múltiplo para eleição dos membros do Conselho de Administração é de 5% (cinco por cento), nos termos do artigo 3º da Resolução CVM nº 70/22. A Proposta da Administração e Manual para Participação dos Acionistas, bem como os documentos pertinentes às matérias a serem apreciadas na AGO e o Boletim de Voto a Distância estão à disposição dos acionistas na sede social da Companhia e nos endereços eletrônicos da Companhia (http://ri.jhsf.com.br), da Comissão de Valores Mobiliários (www.gov.br/cvm), e da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (www.b3.com.br). São Paulo, 01 de abril de 2024. **JHSF Participações S.A.** **José Auriemo Neto -** Presidente do Conselho de Administração. (02, 03 e 04/04)

TRISUL

TRISUL S.A.

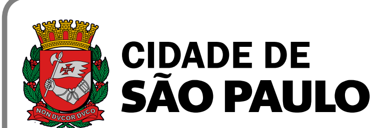
Companhia Aberta

CNPJ nº 08.811.643/0001-27 - NIRE 35.300.341.627

Código CVM 02113-0

ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2024

1. DATA, HORA E LOCAL: Realizada às 15:00 horas do dia 14 de março de 2024, realizada na sede da Trisul S.A. ("Companhia"), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Jaúnas, nº 70, Indianópolis, CEP 04522-020. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do art. 14, §3º do Estatuto Social da Companhia, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **3. MESA:** Os trabalhos foram presididos pelo Sr. **Michel Esper Saad Junior** e secretariados pelo Sr. **Jorge Cury Neto. 4. ORDEM DO DIA:** Reuniram-se os membros do Conselho de Administração para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **(i)** apreciar as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório dos auditores independentes e do parecer do Comitê de Auditoria da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 ("DFs 2023"), bem como submissão à assembleia geral ordinária a ser realizada, em primeira convocação, em 24 de abril de 2024 ("AGO"); **(ii)** apreciar o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como a submissão à AGO; **(iii)** a proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, bem como a submissão à AGO; **(iv)** a proposta da administração para fixação da remuneração global anual dos administradores para o exercício social de 2024, bem como a sua submissão à AGO; **(v)** a convocação da AGO; e **(vi)** autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. **5. DELIBERAÇÕES:** Após a discussão das matérias constantes na ordem do dia, os membros do Conselho de Administração presentes deliberaram o quanto segue: **5.1.** Aprovar, por unanimidade, com abstenção do Sr. Jorge Cury Neto, as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente e do parecer do Comitê de Auditoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme cópias que ficam arquivadas na sede da Companhia. **5.1.1.** Consignar que a manifestação do Conselho de Administração considera o parecer do Comitê de Auditoria da Companhia, que recomendou a integral aprovação das DFs 2023. **5.1.2.** Consignar que: (i) foram apresentados e analisados o reporte trimestral e o relatório anual do Comitê de Auditoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme cópias que ficam arquivadas na sede da Companhia; e (ii) o Sr. Marcio Alvaro Moreira Caruso absteve-se de, na qualidade de membro do Conselho de Administração e do Comitê de Auditoria, avaliar o reporte apresentado das atividades do comitê. **5.2.** Aprovar, por unanimidade, com abstenção do Sr. Jorge Cury Neto, o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. **5.3.** Aprovar, por unanimidade, a proposta da administração para destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. **5.4.** Aprovar, por unanimidade, a proposta da administração para fixação da remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício de 2024, conforme cópia que fica arquivada na sede da Companhia. **5.5.** Aprovar, por unanimidade, a convocação da assembleia geral ordinária da Companhia para deliberar sobre as propostas da administração para o seguinte (com a abstenção do Sr. Jorge Cury Neto em relação às demonstrações financeiras e ao relatório e às contas da administração): (i) as demonstrações financeiras, acompanhadas das notas explicativas e do relatório do auditor independente e do parecer do Comitê de Auditoria referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (ii) o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iii) a destinação do resultado da Companhia apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; (iv) a fixação da remuneração anual global da administração para o exercício de 2024. **5.5.1.** Consignar que, nos termos e prazos da legislação e regulamentação pertinentes, as informações e os documentos relacionados às matérias a serem deliberadas na assembleia geral ordinária serão oportunamente divulgados aos acionistas. **5.6.** Autorizar os Diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários à efetivação das deliberações anteriores. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem quisesse se manifestar e, ante a ausência de manifestações, foram encerrados os trabalhos e lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 14 de março de 2024. **Confere com o original lavrado em livro próprio. Mesa:** Michel Esper Saad Junior - Presidente; Jorge Cury Neto - Secretário. **JUCESP** nº 130.045/24-0 em 28/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



CIDADE DE SÃO PAULO — SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO

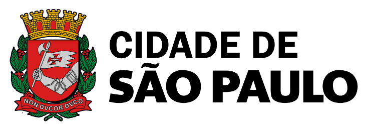
Encontra-se aberta na COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE, a licitação na modalidade, PREGÃO ELETRÔNICO, **nº 90004/2024/CRSN,** objetivando a **AQUISIÇÃO DE DIVERSOS EQUIPAMENTOS MÉDICO HOSPITALAR 01,** para atender as necessidades da Coordenadoria Regional de Saúde Norte.

O edital seus Anexos poderão ser obtidos através da Internet pelos endereços eletrônicos: **https://www.gov.br/compras e https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar** ou poderá ser adquirido mediante o recolhimento de taxa referente aos custos de reprografia do edital, através do DAMSP, Documento de Arrecadação do Município de São Paulo, nos termos da legislação vigente, junto ao Setor de Compras/ Licitações da Coordenadoria Regional de Saúde Norte, local de realização do pregão, sito à Rua Paineira do Campo, 902 - Santana - CEP 02012-040.

Encontra-se aberta na COORDENADORIA REGIONAL DE SAÚDE NORTE, a licitação na modalidade, PREGÃO ELETRÔNICO, **nº 90005/2024/CRSN**, objetivando a **AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO MÉDICO HOSPITALAR 01,** para atender as necessidades da Coordenadoria Regional de Saúde Norte.

Os documentos referentes às propostas comerciais e aos anexos das empresas interessadas deverão ser encaminhados a partir da disponibilização do sistema até as 09h00min do dia 17 de Abril de 2024, no site **https://www.gov.br/compras.**

A realização das sessões ocorrerão às 09:00 horas do dia 17/04/2024.



CIDADE DE SÃO PAULO — SAÚDE

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÕES

A **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE** torna público as licitações abaixo. Os pregões serão realizados pela plataforma COMPRAS.GOV. Os editais poderão ser consultados e/ou obtidos pelo WWW.COMPRAS.GOV.BR ou pelo Painel de Negócios da PMSP, endereço https://diariooficial.prefeitura.sp.gov.br/md_epubli_controlador.php?acao=negocios_pesquisar.

PROCESSO: 6018.2023/0108542-4 - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90210/2024-SMS.G.**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO - BROCAS DIAMANTADAS DIVERSAS GRUPO 2.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min, do dia 15 de abril de 2024,** a cargo da **12ª CPL/SMS.**

PROCESSO: 6018.2023/0082295-6 - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90211/2024-SMS.G.**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA O FORNECIMENTO DE CONTOUR PLUS LINK 2.4 - AÇÃO JUDICIAL.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h00min, do dia 16 de abril de 2024,** a cargo da **12ª CPL/SMS.**

PROCESSO: 6018.2023/0086131-5 - PREGÃO ELETRÔNICO **Nº 90215/2024-SMS.G.**

Tipo menor preço - Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA FORNECIMENTO DE SABONETE LÍQUIDO, SHAMPOO E COSMÉTICOS - AÇÃO JUDICIAL.** A abertura/realização da sessão pública do pregão ocorrerá a partir das **09h, do dia 15 de abril de 2024**, a cargo da **3ª CPL/SMS.**

PORTO SEGURO VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ nº 58.768.284/0001-40 - NIRE 35.3.0011921-5

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01 de Fevereiro de 2024

1. Data, hora e local: 01 de fevereiro de 2024, às 09h, na sede social da Porto Seguro Vida e Previdência S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B, 3º andar, Lado A, Campos Elíseos, 01216-012. **2. Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci - Presidente; Sr. Gustavo Franco Pacheco - Secretário. **4. Ordem do dia:** A Assembleia Geral foi convocada para deliberar sobre a indicação do Gestor de Riscos e Gestor de Conformidade da Companhia. **5. Resumo das Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos, deliberou aprovar a indicação, ambos por prazo indeterminado, do Sr. **Carlos André Dicencia Amos,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.235.023-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 352.745.708-95, como **Gestor de Riscos** da Companhia, com efeitos imediatos, em substituição ao Sr. Emílio Bentancourt, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 319.348.518-76, e do Sr. **Gil Kassow,** brasileiro, casado, economista portador da Cédula de Identidade RG nº 28.987.000-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 301.602.538-88, como **Gestor de Conformidade** da Companhia, com efeitos imediatos, em substituição ao Sr. Emílio Bentancourt, acima qualificado, nos termos da Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021. **6. Documentos arquivados na sociedade:** Procurações. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 01 de fevereiro de 2024. (ass.) **Presidente da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; **Secretário da Mesa:** Sr. Gustavo Franco Pacheco; **Acionista: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais,** por seus procuradores Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci e Sr. Gustavo Franco Pacheco. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Gustavo Franco Pacheco - **Secretário. JUCESP** nº 128.270/24-0 em 26/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ nº 61.198.164/0001-60 - NIRE 35.3.0004108-9

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01 de Fevereiro de 2024

1. Data, hora e local: 01 de fevereiro de 2024, às 08h, na sede social da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), localizada na Avenida Rio Branco, nº 1.489 e Rua Guaianases, nº 1.238, Campos Elíseos, São Paulo/SP. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci - Presidente; Sr. Gustavo Franco Pacheco - Secretário. **4. Ordem do dia:** A Assembleia Geral foi convocada para deliberar sobre a indicação do Gestor de Riscos e Gestor de Conformidade da Companhia. **5. Resumo das Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos, deliberou aprovar a indicação, ambos por prazo indeterminado, do Sr. **Carlos André Dicencia Amos,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.235.023-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 352.745.708-95, como **Gestor de Riscos** da Companhia, com efeitos imediatos, em substituição ao Sr. Emílio Bentancourt, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 319.348.518-76, e do Sr. **Gil Kassow,** brasileiro, casado, economista portador da Cédula de Identidade RG nº 28.987.000-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 301.602.538-88, como **Gestor de Conformidade** da Companhia, com efeitos imediatos, em substituição ao Sr. Emílio Bentancourt, acima qualificado, nos termos da Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de **2021. 6. Documentos arquivados na sociedade:** Procurações. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 01 de fevereiro de 2024. (ass.) **Presidente da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; **Secretário da Mesa:** Sr, Gustavo Franco Pacheco; **Acionistas: Porto Seguro S.A.,** por seus procuradores Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci e Sr. Gustavo Franco Pacheco e **Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.,** por sua procuradora, Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Gustavo Franco Pacheco - **Secretário. JUCESP** nº 127.674/24-0 em 25/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.



Itaú Unibanco Holding S.A.

CNPJ 60.872.504/0001-23 — Companhia Aberta — NIRE 35300010230

ATA SUMÁRIA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DE 01 DE FEVEREIRO DE 2024

DATA E HORA: Em 01.02.2024, às 9h. **MESA:** Pedro Moreira Salles e Roberto Egydio Setubal - Copresidentes. **QUORUM:** Maioria dos membros eleitos, com a participação de Conselheiros na forma permitida pelo item 6.7.1. do Estatuto Social. **DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE:** 1. Eleito para o cargo de Diretor da Companhia **CRISTIANO GUIMARÃES DUARTE**, brasileiro, casado, administrador de empresas, RG-SSP/SP 52.635.293-0, CPF 024.311.796-56, domiciliado em São Paulo (SP), na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.500, 2º andar, Itaim Bibi, CEP 04538-132, para o mandato anual em curso que vigorará até a posse dos eleitos na Reunião do Conselho de Administração que suceder a Assembleia Geral Ordinária de 2024. 1.1 Registrado que o Diretor eleito: (i) apresentou os documentos comprobatórios de atendimento das condições prévias de elegibilidade previstas nos Artigos 146 e 147 da Lei 6.404/76 e na regulamentação vigente, em especial na Resolução 4.970/21 do Conselho Monetário Nacional e no Anexo K da Resolução 80/22 da Comissão de Valores Mobiliários, inclusive as declarações de desimpedimento, estando todos os documentos arquivados na sede da Companhia; e (ii) será investido no cargo após a homologação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil ("BCB"). 2. Registrada a transferência das responsabilidades por (i) Adequação dos Produtos, Serviços e Operações ao Perfil do Cliente - Resolução CVM 30/21; e (ii) Operações realizadas com valores mobiliários em mercados regulamentados - Resolução CVM 35/21, do Diretor Carlos Fernando Rossi Constantini ao Diretor Cristiano Guimarães Duarte, sendo que até a sua investidura estas responsabilidades serão mantidas com Carlos Fernando Rossi Constantini. 3. Registrado, ainda, que os demais cargos e responsabilidades da Diretoria não sofreram alterações. **ENCERRAMENTO:** Encerrados os trabalhos, Álvaro Felipe Rizzi Rodrigues, secretário do Conselho, lavrou esta ata que, lida e aprovada por todos, foi assinada pelos presentes. São Paulo (SP), 01 de fevereiro de 2024. (aa) Pedro Moreira Salles e Roberto Egydio Setubal - Copresidentes; Ricardo Villela Marino - Vice-Presidente; Alfredo Egydio Setubal, Ana Lúcia de Mattos Barretto Villela, Candido Botelho Bracher, Cesar Nivaldo Gon, Fábio Colletti Barbosa, João Moreira Salles, Maria Helena dos Santos Fernandes de Santana e Pedro Luiz Bodin de Moraes - Conselheiros. Certificamos ser a presente cópia fiel da original lavrada em livro próprio. São Paulo (SP), 01 de fevereiro de 2024. (aa) Pedro Moreira Salles e Roberto Egydio Setubal - Copresidentes. JUCESP - Registro nº 128.716/24-1, em 26.03.2024 (a) Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Condomínio Edifício Conde Andréa Matarazzo

Edital de Convocação de Assembleia Geral Ordinária

Na qualidade de Síndica do Condomínio Edifício Conde Andrea Matarazzo, convoco todos os Srs. Condôminos para participarem da Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada no próximo dia ***10 de abril de 2024 (quarta-feira),*** *no andar intermediário do próprio Edifício, às 14h00 em primeira convocação com 2/3 (dois terços) dos condôminos ou às* ***15h00*** *em segunda e última convocação com qualquer número de condôminos participantes, a fim de discutir e deliberar sobre a seguinte* ***Ordem do Dia****:* 1. Apresentação e esclarecimento sobre o andamento das obras; 2. Aprovação das contas relativas ao período de janeiro de 2023 a dezembro de 2023 (Demonstrativo disponível no site da alpgrem - www.alpgrem.com.br); 3. Aprovação da previsão orçamentária para as despesas ordinárias; 4. Eleição do Síndico, Subsíndico, 03 Conselheiros e 03 Suplentes do Conselho Consultivo do Condomínio Edifício Conde Andrea Matarazzo; 5. Outros assuntos de interesse geral. ***NOTA I –*** *Lembramos que, segundo o Art. 1.335, item III, da Lei 10.406 (Novo Código Civil), só poderão participar e votar em suas deliberações aqueles condôminos que se encontrarem quites com suas obrigações condominiais.* ***NOTA II –*** *Em caso de ausência, ficam todos obrigados a aceitar o que for deliberado, como tácita concordância.* ***Contando com a presença de todos! Atenciosamente*** **- Bianca Silva Cunha Ferreira - Síndica**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0023184-89.2023.8.26.0224. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro de Guarulhos, Estado de São Paulo, Dr(a). Adriana Porto Mendes, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) IMAN SHARANEK, Brasileiro, CPF 235.545.968-17, com endereço desconhecido, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por BANCO BRADESCO CARTÕES S.A.. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, §2º, IV do CPC, foi determinada a sua INTIMAÇÃO por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 149.002,47(Julho/2023), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias úteis para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Guarulhos, aos 09 de outubro de 2023.

Sindicato da Indústria de Tintas e Vernizes no Estado de São Paulo - Assembleia Geral Ordinária - Pelo presente edital ficam convocadas, nos termos do Artigo 17º, parágrafo VI, do Estatuto Social, as empresas associadas deste Sindicato, para a Assembleia Geral Ordinária que se realizará **presencialmente** na sua sede social, sita à Av. Paulista, nº 1313, 9º andar, conj. 903, e também **virtualmente,** no **dia 10 de Abril de 2024, às 08h30, em primeira convocação,** com quórum de maioria absoluta dos associados com direito a voto, ou **às 09h00 em segunda convocação,** com maioria de votos dos associados presentes e de modo virtual, para apreciar e deliberar sobre a seguinte **Ordem do Dia:** 1 - Aprovação das contas do exercício do ano de 2023. Os associados do Sitivesp receberão previamente o link para acesso ao ambiente da assembleia. São Paulo, 03 de abril de 2024. Douver Gomes Martinho - Presidente.

HOSPITAL ALEMÃO OSWALDO CRUZ
CNPJ N.º 60.726.502/0001-26
EDITAL DE CONVOCAÇÃO

São convocados, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 20 do seu Estatuto Social, os Associados do HOSPITAL ALEMÃO OSWALDO CRUZ, para a Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se às 18:00 horas em primeira convocação e às 18:30 horas em segunda convocação, no dia 22 de abril de 2024, de modo híbrido na sede social da Associação, localizada na Rua João Julião, 331, no Anfiteatro localizado no primeiro subsolo do Bloco E, São Paulo/SP, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária 1) Exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; 2) Eleição parcial de membros do Conselho Deliberativo e do Conselho Fiscal; e 3) Demais assuntos de interesse da Associação. Para participar da Assembleia Geral Ordinária remotamente, nos termos do parágrafo primeiro do artigo 21 do seu Estatuto Social, acesse o link de vídeo conferência a seguir: (https://teams.microsoft.com/l/meetup-join/19%3ameeting_ZGJlYTBmZjctNjYxZS00MTMxL ThmNDUtOGU0ZGM1ZjVmMTNk%40thread.v2/0?context=%7b%22T id%22%3a%22e1528242-6dcb-48ef-a210-0f97bb45a559%22%2c%22Oid%22%3a%22b70fda8c-0907-48cc-82b0-ea1b15e0fa69%22%7d) São Paulo 02 de abril de 2024. Weber Ferreira Porto Presidente do Conselho Deliberativo K-03e04/04

TRAMONTINA SUDESTE S. A.
CNPJ nº 61.652.608/0001-95 – NIRE 35300195275 – Barueri – SP
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA – CONVOCAÇÃO

Convocamos os Senhores Acionistas para se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a realizar-se no dia 08 de abril de 2024, às 08h00min (oito horas), na sede social da Companhia, na Av. Aruanã, nº 684, Tamboré, Barueri, SP, para deliberarem sobre a seguinte **ORDEM DO DIA: I – EM ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA: 1.** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras e o Parecer da Auditoria Independente, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **2.** Destinar o resultado desse exercício social; **3.** Fixar os honorários da Diretoria, e do Conselho de Administração; II- EM ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1. Alterar o endereço da filial 2.

Barueri, SP, em 28 de março de 2024.

Eduardo Scomazzon – Presidente do Conselho de Administração.

FUNDAÇÃO FACULDADE DE MEDICINA - ICESP

CNPJ nº 56.577.059/0006-06

COMPRA REGULAMENTO FFM 2531/2024
CONCORRÊNCIA - PROCESSO DE COMPRA FFM RS Nº 2021/2024

A FFM, entidade filantrópica privada sem fins lucrativos, por meio do Departamento de Contratos e Compras, situado na Avenida Dr. Arnaldo, 251 - Cerqueira César, São Paulo - SP, torna pública a abertura do processo de compra, do tipo **MENOR PREÇO**, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços "**MÉDICOS DE RADIOLOGIA E DIAGNOSTICO POR IMAGEM DE EXAMES DE TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA E RESSONÂNCIA MAGNÉTICA, ESPECIALIZADOS EM ONCOLOGIA,** cujos detalhes estão disponíveis no site do ICESP (https://www.icesp.org.br/editais), e que será regido pelo **Regulamento de Compras da FFM**.

BANCO JOHN DEERE S.A.

CNPJ nº 91.884.981/0001-32 - NIRE 35.3.00443462

Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 13 de agosto de 2020

Data, Hora, Local: 13.08.2020, às 10h00, de forma digital, por meio de videoconferência, em decorrência da Pandemia provocada pelo Sars-Cov-2 (Covid-19), consoante termos da Instrução Normativa (IN) nº 81 do DREI de 10.06.2020. **Presença:** Presentes, via videoconferência, os representantes da única acionista. **Mesa: Paulo Renato Herrmann**, Presidente; **Airton Luiz Rohde**, Secretário. **Deliberações Aprovadas: (i)** Retificar redação do item "(ii)" da Sessão Ordinária da ata Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 12.06.2020 a fim de retificar os valores relativos à destinação do resultado do exercício social encerrado em 31.12.2019. Desta forma: **ONDE SE LÊ:** ***(ii)*** *a proposta de destinação do lucro líquido do exercicio findo em 31.12.2019 no valor de* ***R$241.144.776,00****, nos termos do artigo 202, parágrafo 3º, item II, da Lei das S.A., e do artigo 21, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, da seguinte forma: (a) constituição da Reserva Legal no valor de* ***R$12.057.218,80****; (b) distribuição de dividendos no montante de* ***R$2.290.881,00****; e (c) retenção do saldo remanescente lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2019, no montante de* ***R$226.796.276,20****.* **LEIA-SE:** ***(ii)*** *a proposta de destinação do lucro líquido do exercicio findo em 31.12.2019 no valor de* ***R$241.145.375,73****, nos termos do artigo 202, parágrafo 3º, item II, da Lei das S.A., e do artigo 21, parágrafo segundo, do Estatuto Social da Companhia, da seguinte forma: (a) constituição da Reserva Legal no valor de* ***R$12.057.268,79****; (b) distribuição de dividendos no montante de* ***R$2.290.881,07****; e (c) retenção do saldo remascente do lucro líquido do exercício social encerrado em 31.12.2019 e o não pagamento do dividendo mínimo obrigatório.* **(ii)** Tornar sem efeito a eleição para o cargo de membro do Comitê de Auditoria do Sr. **Cristiano Lubisco Simões**, aprovada no item "(i)" da Sessão Extraordinária da ata Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 12.06.2020; **(iii)** Permanecem ratificados e inalterados todos os demais itens aprovados naquele conclave. **Encerramento:** Nada mais. Indaiatuba-SP, 13.08.2020. **Acionista Presente: John Deere Brasil Ltda.:** P. **Paulo Renato Herrmann,** P. **Airton Luiz Rohde.** JUCESP nº 487.224/20-6 em 17.11.2020. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.

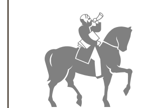
CNPJ nº 08.816.067/0001-00 - NIRE 35.3.0034113-9

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 01 de Fevereiro de 2024

1. Data, hora e local: 01 de fevereiro de 2024, às 10h, na sede social da Itaú Seguros de Auto e Residência S.A. ("Companhia"), localizada na Alameda Barão de Piracicaba, nº 740, Torre B (Edifício Rosa Garfinkel), 2º andar, Campos Elíseos, São Paulo/SP. **2. Presença:** Acionista representando a totalidade do capital social, dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 4º do artigo 124 da Lei nº 6.404/76. **3. Composição da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci - Presidente; Sr. Gustavo Franco Pacheco - Secretário. **4. Ordem do dia:** A Assembleia Geral foi convocada para deliberar sobre a indicação do Gestor de Riscos e Gestor de Conformidade da Companhia. **5. Resumo das Deliberações:** A Assembleia Geral, por unanimidade de votos, deliberou aprovar a indicação, ambos por prazo indeterminado, do Sr. **Carlos André Dicencia Amos,** brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 44.235.023-5 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 352.745.708-95, como **Gestor de Riscos** da Companhia, com efeitos imediatos, em substituição ao Sr. Emílio Bentancourt, brasileiro, casado, securitário, portador da Cédula de Identidade RG nº 19.684.091-0 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 319.348.518-76, e do Sr. **Gil Kassow,** brasileiro, casado, economista portador da Cédula de Identidade RG nº 28.987.000-8 SSP/SP, inscrito no CPF sob o nº 301.602.538-88, como **Gestor de Conformidade** da Companhia, com efeitos imediatos, em substituição ao Sr. Emílio Bentancourt, acima qualificado, nos termos da Resolução CNSP nº 416, de 20 de julho de 2021. **6. Documentos arquivados na sociedade:** Procurações. **7. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foram encerrados os trabalhos e lavrada esta ata em forma de sumário, nos termos do Artigo 130, parágrafo 1º da Lei nº 6.404/76. São Paulo, 01 de fevereiro de 2024. (ass.) **Presidente da Mesa:** Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci; **Secretário da Mesa:** Sr. Gustavo Franco Pacheco; **Acionista: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais,** por seus procuradores Sra. Renata Paula Ribeiro Narducci e Sr. Gustavo Franco Pacheco. A presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Gustavo Franco Pacheco - **Secretário. JUCESP** nº 127.408/24-1 em 25/03/2024. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

CLUBE DE XADREZ SÃO PAULO - CNPJ 62.107.388/0001-81 - Convoco os sócios do Clube de Xadrez São Paulo que estejam em situação regular perante os Estatutos Sociais para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária na sede social, à rua Araújo, 154 - 3º andar - São Paulo, no dia 27 de abril de 2024, às 13h30 em primeira convocação com a presença da maioria dos associados ou às 14h30 com qualquer número de sócios presentes, para tratar de: 1- Renovação de um terço e eleição dos demais membros do Conselho Deliberativo; 2- Eleição de dois Conselheiros Fiscais (um associado titular e um contribuinte); 3- Aprovar as contas do exercício de 2023; 4- Outros assuntos. São Paulo, 31 de março de 2024. Celso Villares de Freitas – Presidente

INÊS 249



Emanuele Cappellano

‘Não adianta ter carro elétrico quando não há salário para comprá-lo’

Executivo afirma que, na América do Sul, foco do investimento da montadora será o ‘bio-hybrid’



STELLANTIS / DIVULGAÇÃO

ENTREVISTA

Mestre em Finanças Empresariais, dirige desde novembro a operação da Stellantis na América do Sul

EDUARDO LAGUNA

À frente da Stellantis na América do Sul desde novembro, quando assumiu a presidência da montadora na região, o italiano Emanuele Cappellano terá a missão de eletrificar os carros produzidos pelas fábricas do grupo no Brasil. Serão, ao todo, 40 lançamentos até 2030, motivo pelo qual a Stellantis fez no mês passado o maior anúncio de investimento na história da indústria automotiva: R$ 30 bilhões.

A montadora lançará seus primeiros bio-hybrids, como chama a tecnologia híbrida que agrega um propulsor elétrico ao motor flex, movido tanto a etanol quanto a gasolina, ao mesmo tempo que almeja ter nos carros puramente elétricos 20% das vendas no Brasil.

“Não adianta pensar em lançar quantidades de carros elétricos com um custo extremamente alto quando não se tem infraestrutura e salários para comprar carros elétricos”, diz o executivo que lidera na região o grupo que produz carros das marcas Fiat, Jeep, Peugeot e Citroën, além da picape Ram.

Por que o novo ciclo de investimento da Stellantis é o maior da história? O valor inédito se deve à mudança tecnológica?

São vários motivos. O primeiro tem a ver com o peso e a relevância da América do Sul para o grupo Stellantis. A liderança que temos na região, com várias marcas e atividades, requer uma atualização da linha. Além disso, é uma fase de transformação tecnológica do País, com a transição do motor tradicional para um motor de baixo nível de emissões, o que também demanda investimentos. Não estamos importando tecnologias ou carros. Desenvolvemos internamente os nossos produtos. Então, de fato, precisa de investimentos.

Em quanto tempo a Stellantis pretende eletrificar toda a sua linha no Brasil?

Em relação ao peso dos carros elétricos puros – não híbridos, mas puramente elétricos –, existe uma ambição de, até 2030, ter na Europa 100% (*das vendas*); nos Estados Unidos, 50%; e no Brasil, 20%. Essas são as nossas metas como grupo. Claramente, isso vai depender das tendências de mercado. Então, na América do Sul, o foco do nosso investimento é o bio-hybrid, que atende às exigências de redução de CO_2, mas também o bolso dos brasileiros. Não adianta pensar em lançar quantidades de carros elétricos com um custo extremamente alto quando não se tem infraestrutura e salários para comprar carros elétricos. Olhamos com muito cuidado a sustentabilidade dos nossos produtos nos mercados.

“Quantos consumidores podem gastar R$ 50 mil a mais por um carro elétrico? As tecnologias que escolhemos têm um custo, mas a diferença é menor. São tecnologias mais acessíveis”

Todos os 40 lançamentos previstos até 2030 terão alguma eletrificação?

Vamos avaliar o que o mercado vai querer. As novas plataformas, que fazem parte desse ciclo de investimento, serão flexíveis na aplicação de diferentes tecnologias de motores, que vão de um mild hybrid (*híbrido leve*) ao elétrico puro. A mesma plataforma pode ser também 100% tradicional. Então, vamos calibrar (*os lançamentos*) com base no que o mercado vai demandar.

A adoção dessas tecnologias vai ter impacto nos preços dos carros ou a paridade do custo de produção, frente ao dos carros convencionais, deve acontecer rápido?

As novas tecnologias tendem a gerar uma diferença de custo. Por exemplo, um elétrico puro hoje custa aproximadamente US$ 10 mil a mais do que um carro com motor a combustível convencional. Ou seja, são cerca de R$ 50 mil a mais. Quantos consumidores podem gastar R$ 50 mil a mais por um carro elétrico? As tecnologias que escolhemos têm um custo, mas essa diferença é menor. São tecnologias mais acessíveis.

Qual é a sua avaliação sobre o Mover? O programa atende bem às demandas da indústria automotiva na transição tecnológica?

Eu tenho uma visão positiva sobre o Mover. Desde 2012, quando foi lançado o Inovar-Auto, o Brasil está trabalhando de forma consistente, e o Mover é um passo mais à frente, porque, de fato, esse programa é o mais abrangente que existe no mundo. Estados Unidos e Europa não têm hoje um programa que olhe para a sustentabilidade e a mobilidade de forma tão abrangente. As regulamentações lá são muito picadas: nos Estados Unidos e na Europa, cada Estado tem uma diferente da outra. O Brasil tem essa capacidade de juntar e dar uma visão para o futuro, estabelecendo algumas metas, estabelecendo regras claras.

No anúncio dos investimentos de R$ 30 bilhões, o CEO global da Stellantis, Carlos Tavares, disse que a América Latina se tornou uma região estável para o grupo. O que mudou?

Após a pandemia, o Brasil viveu um momento de tranquilidade e estabilidade (*macroeconômica*). Hoje, o câmbio pode ser alto, mas é estável. No setor automotivo, existe uma previsibilidade, com o Inovar-Auto, o Rota 2030 e, agora, o Mover. Consigo investir num país se as regras do jogo não mudam em cada eleição, a cada momento de volatilidade macroeconômica. Paradoxalmente, hoje isso está acontecendo no Brasil: estabilidade apesar de qualquer momento histórico e político. Não está acontecendo em outras regiões do mundo. ●

INÊS 249

LUCIANA COLLET, ALTAMIRO SILVA JUNIOR, CYNTHIA DECLOEDT, CIRCE BONATELLI, ELIANE SOBRAL E KARLA SPOTORNO (edição)
TWITTER: @COLUNADOBROAD
COLUNABROADCAST@ESTADAO.COM



Coluna do Broadcast

Eletrobras estuda opções para viabilizar saída da estatal paulista Emae

A Eletrobras estuda alternativas que possam permitir o desembarque da Empresa Metropolitana de Águas e Energia (Emae), que será privatizada em leilão marcado para o próximo dia 19. A empresa é acionista, com 39% do capital total da estatal paulista. Pelo preço mínimo estipulado no edital de privatização, essa fatia pode render pelo menos R$ 761 milhões à companhia. A Eletrobras negociou com o governo estadual a inclusão de sua participação no pacote de venda no leilão, mas não teve sucesso. Apesar de sinais já dados de desinteresse pelo ativo e de preferência pela monetização, fontes próximas à Eletrobras dizem que ainda não há "martelo batido" dentro da companhia, e as alternativas seguem na mesa.

ATIVOS À VENDA

EMAE



Henry Borden, no pé da serra, em Cubatão, é uma das quatro usinas hidrelétricas operadas pela Emae; empresa vai a leilão em 19 de abril

Âmbar é uma das favoritas para o leilão

A Âmbar, da J&F, começa a despontar como uma das favoritas para o leilão, segundo fontes. Algumas empresas já teriam analisado e descartado a operação, como CPFL e Neoenergia. Outras, como EDF, buscam parceria com algum fundo para avaliar se dão lance ou não. Auren e a chinesa CTG também avaliam, dizem fontes.

Empresa não está cara, mas é complexa

Embora o preço mínimo no edital seja considerado relativamente baixo, o ativo traz complexidades de gestão, como imóveis, usinas pequenas e barragens, que afastaram alguns dos interessados. "É um ativo diferente e empresas de energia elétrica preferem aqueles que estejam prontos para operar", disse uma fonte à *Coluna*.

● **APETITE.** A Âmbar demonstra ter apetite por ativos de geração. A companhia adquiriu, em 2023, a termelétrica Candiota, da Eletrobras, acertou a compra da usina Araucária, da Copel, e está interessada em outros ativos térmicos da Eletrobras. A aquisição da Emae teria como vantagem agilizar eventuais futuras aquisições, pelo fato de a estatal já ser listada na B3. A Emae opera quatro usinas hidrelétricas que geram 960,8 megawatts (MW) de potência instalada. Procuradas, as empresas citadas não se pronunciaram.

● **BANDA LARGA.** A Sky está passando por uma transformação profunda em seu modelo de negócios. A empresa, sinônimo de TV por assinatura no Brasil, caminha para se tornar uma provedora de banda larga. A previsão é de que a receita de internet fixa supere a de TV paga em um período de até cinco anos, estima o presidente da companhia, Gustavo Fonseca. "Nossa visão é migrar para o serviço de conectividade e streaming", contou, em conversa com a **Coluna**. O motivo para essa transformação é, em parte, óbvio. O mercado de TV por assinatura tem sido espremido pelos serviços de streaming de vídeo. A companhia está impulsionando também seu próprio serviço de streaming e TV ao vivo, o Sky+.

● **INFRAESTRUTURA.** A próxima grande tacada para a Sky Fibra ganhar musculatura pode ser a compra da base da Oi Fibra. A empresa é uma das proponentes pelo ativo, que será fatiado em lotes regionais, apurou a **Coluna**. A disputa envolve outros nomes fortes como Vero, Alloha, Alares, Ligga, entre outras. Sobre esse tema, a Sky não faz comentários.

● **IMPACTO.** Uma parcela muito pequena dos brasileiros multimilionários coloca dinheiro nos chamados investimentos de impacto, aqueles em que há um objetivo claro de melhoria social ou ambiental, além do retorno financeiro, de acordo com levantamento da Sitawi Finanças do Bem. Uma boa novidade da pesquisa é que mais da metade (61%) dos gestores entrevistados já conhecem as diferentes variações de investimento de impacto e ESG (sigla em inglês para critérios ambientais, sociais e de governança) e usa, de alguma forma, esse conhecimento em suas tomadas de decisão. "Vemos que ainda há uma clara priorização do desempenho financeiro", afirmou Leonardo Letelier, presidente executivo e fundador da Sitawi. "Como tudo na vida, também há 'trade-off' em investimento de impacto", diz o fundador da empresa, que já mobilizou mais de R$ 450 milhões para mais de 3 mil iniciativas.

● **FUNDO DE PENSÃO.** A diretoria da BB Previdência, subsidiária do Banco do Brasil, aumentou a exposição em renda variável no Brasil e no exterior em sua política de investimentos de 2024 a 2028, para até 13% e 9% do total, respectivamente. Segundo Ricardo Serone, novo diretor financeiro e de investimentos da BB Previdência, esses porcentuais foram de 6,88% e 1,89% no ano passado. A mudança na renda variável deve ser gradativa, de acordo com o cenário, para alcançar 13% ainda no ano de 2024, com exposição em fundos de índice e em fundos de gestão ativa, diz o diretor da empresa que conta com uma carteira de 238 mil participantes e cerca de R$ 8,4 bilhões em ativos sob gestão.

SOBE

Semana do Consumidor teve 15% mais compras com Visa

WESLEY MENDES - 21/8/2017



A Semana do Consumidor registrou aumento de 15% nas transações em comparação com o mesmo período de 2023. Os números são da Visa Consulting & Analytics, braço de consultoria da Visa, que analisou as transações realizadas com credenciais Visa de 12 a 18 de março. O destaque foi para os segmentos de vestuário e lojas de departamento, que registraram crescimento de 20% em relação ao ano anterior.

DESCE

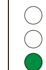
Tesla produz e entrega menos, e ação recua em NY

PETER CZIBORRA / REUTERS



Caíram a produção e as entregas da Tesla. A marca norte-americana de veículos elétricos divulgou ontem a entrega de 386.810 carros no primeiro trimestre de 2024, ante 422.875 em igual período de 2023. Analistas consultados pela empresa de dados FactSet previam 457 mil entregas. A empresa produziu 433.371 veículos de janeiro a março, ante 440.808 no mesmo período de 2023. A ação da companhia caiu 4,90% ontem, em Nova York.

BROADCAST MERCADOS



Ibovespa: 127.548,52 PTS. | Dia 0,44% | Mês -0,44% | Ano -4,95%

MAIORES ALTAS DO IBOVESPA

	R$	Var. %	Neg.
LOJAS RENNERON	17,48	3,80	34.910
EGIE BRASILON NM	40,54	2,76	7.991
PETROBRAS ON N2	39,61	2,72	27.930

MAIORES BAIXAS DO IBOVESPA

PETRORECSA ON NM	21,07	-9,02	25.098
AZUL PN N2	12,60	-2,85	13.685

TR/TBF/POUPANÇA/POUPANÇA SELIC (%)

29/3 a 29/4	0,0515	0,7118	0,5789	0,5000
30/3 a 30/4	0,0769	0,7474	0,5789	0,5000
31/3 a 1º/5	0,1023	0,7830	0,5789	0,5000
1º/4 a 1º/5	0,1023	0,7830	0,6028	0,5000

	Pontos	Dia%	Mês%	Ano%
NOVA YORK - DJIA	39.170,24	-1,00	-1,60	3,93
FRANKFURT - DAX	18.283,13	-1,13	-1,13	9,14
LONDRES - FTSE	7.935,09	-0,22	-0,22	2,61
TÓQUIO - NIKKEI	39.838,91	0,09	-1,31	19,05

TESOURO DIRETO (*)	Vcto.	Ano %	R$
IPCA	15/5/2029	5,77	3.198,20
	15/5/2035	5,88	2.262,12
JUROS SEMESTRAIS	15/5/2035	5,86	4.407,61
PREFIXADO	1º/1/2027	10,29	764,47
	1º/1/2031	11,19	490,77
SELIC	1º/3/2027	0,10	14.618,18

(*)TÍTULOS A VENDA

INFLAÇÃO (%)

Índice	Fevereiro	Março	No ano	12 Meses
INPC (IBGE)	0,81	-	1,38	3,86
IGP-M (FGV)	-0,52	-0,47	0,91	-4,26
IGP-DI (FGV)	-0,41	-	-0,67	-4,04
IPC (FIPE)	0,46	-	0,92	3,00
IPCA (IBGE)	0,83	-	1,25	4,50
CUB (Sinduscon)	0,11	-	0,11	2,32
FIPEZAP-SP (FIPE)	0,34	-	0,61	4,69

Índices de reajuste do aluguel (Fevereiro)

IGP-M (FGV)	-1,0426	IPCA (IBGE)	-
IGP-DI (FGV)	-	INPC (IBGE)	-
IPC-FIPE	-	ICV-DIEESE	-

FATORES VÁLIDOS PARA CONTRATOS CUJO ÚLTIMO REAJUSTE OCORREU HÁ UM ANO. MULTIPLIQUE O VALOR PELO FATOR

INSS - COMPETÊNCIA (MARÇO)
Trabalhador assalariado e doméstica*

Salário de contribuição	Alíquota
ATÉ R$ 1.412,00	7,5%
DE R$ 1.412,01 ATÉ R$ 2.666,68	9%
DE R$ 2.666,69 ATÉ R$ 4.000,03	12%
DE R$ 4.000,04 ATÉ R$ 7.786,02	14%

Autônomo (BASE EM R$)	Alíquota	A pagar (R$)
DE 1.412,00 A 7.786,02	20%	DE 282,40 A 1.557,20

VENCIMENTO 7/4. O PORCENTUAL DE MULTA A SER APLICADO FICA LIMITADO A 20%, MAIS TAXA SELIC.

CDB - CDI

Data	Taxa ano	Taxa dia	Mês%	Ano%
CDB (22/31)	10,66	0,00	0,00	-8,50
CDI	10,65	0,00	0,00	-8,58

AGRÍCOLAS - MERCADO FUTURO

	Venc.	Aju.	C. Abe.	Min.	Máx.	Var.%
AÇÚCAR NY*	MAI/24	22,32	262.279	22,27	22,91	-1,76
CAFÉ NY*	JUL/24	197,10	79.836	190,10	197,65	3,14
SOJA CBOT**	MAI/24	11,74	320.353	11,71	11,997	-0,99
MILHO CBOT**	JUL/24	4,41	408.750	4,392	4,502	-1,84

(*) EM CENTS POR LIBRA-PESO (**) EM US$ POR BUSHEL

AGRÍCOLAS - MERCADO FÍSICO

	Ult.	Var. (%)	Var. 1 ano(%)
SOJA Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	120,75	0,52	-18,14
BOI Cepea/esalq, R$/@	228,60	0,55	-22,76
MILHO Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	61,57	-0,14	-25,46
CAFÉ Cepea/esalq, R$/sc 60 kg	1075,45	31,36	2,92

MOEDAS E COMMODITIES

	Venda	Dia %	Mês %	Ano %
DÓLAR COMERCIAL	5,0583	-0,02	0,86	4,22
DÓLAR TURISMO	5,2580	-0,13	0,79	4,02
EURO	5,4470	0,22	0,67	1,43
OURO	343,000	1,81	10,65	20,77
WTI US$/BARRIL	84,7500	1,35	2,24	18,88
IBRENTUS$/BARRIL	88,7400	1,10	2,19	15,19

	US$ 1/NY	1 Euro/ Europa	1 Libra/ Londres	R$ 1/ Brasil
DÓLAR AMERICANO	1,000	1,0767	1,2578	0,1976
EURO	0,929	1,0000	1,1682	0,1836
FRANCO SUÍÇO	0,908	0,9775	1,1419	0,1795
LIBRA ESTERLINA	0,795	0,8561	1,0000	0,1571
IENE	151,576	163,2070	190,6500	29,9620

AS MOEDAS NA VERTICAL:VALOR DE COMPRA SOBRE AS DEMAIS / FONTE: IDC

INÊS 249

Setor automotivo **Tempos difíceis**

Sob pressão da concorrência, Tesla vê vendas em queda

Número de unidades entregues recua 8,5% no primeiro trimestre; para investidores, empresa de Musk tem demorado a reagir

WASHINGTON

A fabricante de carros elétricos Tesla, empresa acostumada a um crescimento acelerado, registrou queda nas vendas durante os três primeiros meses deste ano, num momento em que os modelos de outras montadoras parecem estar ganhando terreno.

A empresa liderada por Elon Musk entregou 387 mil carros em todo o mundo no primeiro trimestre, uma queda de 8,5% em relação aos 423 mil veículos no mesmo período do ano passado.

A redução das vendas é o mais recente sinal de que o domínio da Tesla no mercado de carros elétricos tem se reduzido. As ações da empresa já caíram 30% neste ano porque os investidores estão preocupados com o fato de a empresa não estar fazendo o suficiente para responder ao avanço da concorrência.

Na China, a Tesla enfrenta a BYD e dezenas de outros rivais com ambições de expansão mundial. Na Europa, as montadoras estabelecidas, como a Volkswagen e a BMW, lançaram produtos mais atraentes. E nos Estados Unidos, as vendas de carros elétricos não estão crescendo tão rapidamente quanto há um ano.

Efeito
Com os investidores insatisfeitos, ações da Tesla acumulam queda de 30% no ano

A Tesla foi pioneira em carros elétricos para o mercado de massa, mas sua linha de produtos está envelhecendo. O único modelo completamente novo da Tesla desde 2020 é a Cybertruck, uma picape futurista que foi colocada à venda em volume limitado no ano passado. A versão mais barata que a Tesla diz que pode entregar neste ano começa em torno de US$ 80 mil, limitando seu apelo aos usuários abastados.

A Tesla tem cortado preços repetidamente, mas os analistas dizem que a estratégia reduziu seus lucros sem fazer o suficiente para estimular as vendas. Musk não deu uma indicação clara de como a empresa planeja recuperar seu ímpeto. Ao mesmo tempo, suas declarações polêmicas e o endosso a teorias da conspiração ligadas à extrema direita afastaram muitos clientes de esquerda, que têm maior probabilidade de comprar carros elétricos. ● NYT

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

Herança

Brasileira de 19 anos é bilionária mais jovem do mundo na lista da 'Forbes'

A brasileira Lívia Voigt, de 19 anos, é a bilionária mais jovem do mundo, com patrimônio estimado em US$ 1,1 bilhão (R$ 5,5 bilhões), segundo o ranking de 2024 da revista *Forbes*, divulgado ontem. Ela é neta de Werner Ricardo Voigt, um dos fundadores da fabricante de equipamentos elétricos Weg, que morreu em 2016. A fortuna de Lívia vem de sua participação minoritária na companhia. Ela cursa faculdade de Psicologia e é apenas dois meses mais nova que o segundo colocado no ranking dos mais jovens, o italiano Clemente Del Vecchio, herdeiro da EssilorLuxottica, que detém marcas como a Ray-Ban. Lívia e sua irmã mais velha, Dora Voigt de Assis, de 26 anos, estão entre os novos integrantes da lista deste ano dos 25 bilionários mais jovens do mundo. Todos da lista de 2024 têm 33 anos ou menos e, juntos, possuem um patrimônio combinado de US$ 110 bilhões (R$ 556, 7 bilhões). ●

Litígio Zero

Receita inicia programa para renegociar dívidas de pessoas físicas e empresas

O governo federal abriu na segunda-feira a edição deste ano do programa Litígio Zero, que renegocia dívidas com a Receita Federal. O objetivo é oferecer a pessoas físicas e empresas possibilidade de desconto e longo prazo de parcelamento. O programa vai até o dia 31 de julho deste ano. No caso de pessoas físicas, microempresas e empresas de pequeno porte, o teto é de R$ 84,7 mil, o equivalente a 60 salários mínimos. Para médias e grandes empresas, o teto é de até R$ 50 milhões. No ano passado, o programa conseguiu recolher R$ 5,6 bilhões aos cofres públicos. As dívidas que podem ser renegociadas incluem contribuições sociais das empresas e as contribuições sociais dos empregadores domésticos que são alvo de contestações (administrativa na Receita ou na Justiça) dos credores. O processo pode ser feito pelo site: cav.receita.fazenda.gov.br. ●



Amanda Graciano @amandagraciano.com

Tecnologia e fissuras sociais

Estamos vivendo um superciclo tecnológico, e isso é percebido no nosso dia a dia. A nossa relação com o trabalho está sendo questionada, e para as lideranças e C-levels nas organizações o questionamento não deveria ser sobre a transformação tecnológica ou se o trabalho será presencial ou não. A questão-chave não reside tanto na mecânica dessa evolução, mas no seu impacto mais profundo e na nossa forma de viver.

No ponto de encontro entre avanços como automação, inteligência artificial e aprendizado de máquina, vemos a formação de um contexto em que a eficiência e a produtividade atingem níveis anteriormente impensáveis. A promessa de tempos abundantes, livres das amarras de atividades repetitivas e cansativas traz consigo um paradoxo notável. Por um lado, vislumbramos o potencial de um mundo no qual o tempo livre não é mais um artigo de luxo, mas uma commodity acessível, permitindo que as pessoas se dediquem a paixões, ao aprendizado e ao lazer. Por outro, esse futuro acena com a sombra da desvalorização do trabalho não apenas como meio de subsistência, mas como pilar central de nossa identidade e sentido de propósito.

O abismo tecnológico, um fantasma que ronda esse futuro brilhante, lança dúvidas sobre a universalidade de seus benefícios. A democratização do acesso às novas tecnologias permanece como um ideal nobre. Todavia, a realidade persistente de um abismo entre os que têm e os que não têm acesso a esses recursos pinta um quadro menos otimista. Para os líderes no topo das corporações, a questão não é apenas como capitalizar essas inovações, mas como fazê-lo de maneira que não amplie as fissuras sociais existentes, mas que, ao contrário, sejam usadas como ponte.

> *O desafio para os líderes não é meramente técnico ou econômico, é basicamente humano*

As qualidades essenciais para uma liderança eficiente estão sendo reavaliadas. A habilidade de gerenciar as complexidades da tecnologia deve ser balanceada com uma forte inteligência emocional, uma ética inabalável e uma perspectiva que antecipe os efeitos a longo prazo das ações presentes. Líderar nas próximas décadas requer uma mescla cuidadosa de visão tecnológica e defesa dos valores humanos essenciais.

O desafio para os executivos C-level não é meramente técnico ou econômico; é fundamentalmente humano. O verdadeiro teste será nossa capacidade de guiar essa transição de modo que a tecnologia reforce, e não diminua, nossa humanidade. Em vez de perguntar se a vida será mais fácil, mais difícil ou simplesmente diferente, talvez devêssemos considerar como podemos moldar essas mudanças para enriquecer a experiência humana. ●

CONSELHEIRA DO PACTO GLOBAL DA ONU E MANAGING PARTNER NO EXPERIENCE CLUB

SEG. Luiz Carlos Trabuco Cappi e Henrique Meirelles **(revezam quinzenalmente)** ● **TER.** Demi Getschko **(quinzenalmente)** ● **QUA.** Fábio Alves ● **SEX.** Elena Landau e Laura Karpuska **(revezam quinzenalmente)** ● **DOM.** José Roberto Mendonça de Barros **(quinzenalmente**; Roberto Rodrigues **(2º domingo do mês)**, Albert Fishlow **(3º domingo do mês)** e Gustavo Franco **(último domingo do mês)**

Internet **Privacidade**

Google terá de apagar bilhões de dados de usuários de aba anônima

Processo nos Estados Unidos vai obrigar gigante de buscas a deletar informações coletadas de mais de 136 milhões de pessoas

WASHINGTON

O Google concordou em deletar bilhões de registros contendo informações pessoais coletadas de mais de 136 milhões de pessoas nos Estados Unidos que navegam na internet por meio do navegador Chrome. A limpeza maciça faz parte de um acordo em uma ação judicial que acusa a gigante de buscas de vigilância ilegal.

Entre outras alegações, o processo acusou o Google de rastrear a atividade dos usuários do Chrome na internet, mesmo quando eles mudaram o navegador para a aba "anônima", que, supostamente, os protege de serem monitorados pela empresa da Califórnia.

O acordo exige que o Google elimine bilhões de registros pessoais armazenados em seus centros de dados e faça divulgações de privacidade mais proeminentes sobre a opção "anônima" do Chrome quando ela for ativada. Ele também impõe outros controles destinados a limitar a coleta de informações pessoais pelo Google.

Os detalhes do acordo surgiram anteontem em um processo judicial, mais de três meses depois que o Google e os advogados que lidam com o caso de ação coletiva revelaram que haviam resolvido um processo de junho de 2020 visando aos controles de privacidade do Chrome.

O Google lutou contra a ação judicial até que a juíza distrital dos EUA Yvonne Gonzalez Rogers rejeitou um pedido de arquivamento do caso em agosto passado, o que resultaria em um possível julgamento. O acordo foi negociado durante os quatro meses seguintes, culminando com a divulgação dos termos nesta semana, que Yvonne ainda precisa aprovar durante uma audiência marcada para 30 de julho no Tribunal Federal de Oakland, Califórnia.

Os usuários representados no processo coletivo não receberão nenhuma indenização ou qualquer outro pagamento no acordo, um ponto que o Google enfatizou em uma declaração sobre o acordo. "Temos o prazer de resolver esse processo, que sempre acreditamos não ter mérito", disse. A empresa afirmou que só está sendo obrigada a "excluir dados técnicos pessoais antigos que nunca foram associados a um indivíduo e nunca foram usados para qualquer forma de personalização".

Nos documentos do tribunal, os advogados que representam os usuários do Chrome pintaram um quadro muito diferente, descrevendo o acordo como uma grande vitória para a privacidade pessoal em uma era de vigilância digital cada vez maior.

SETH WENIG/AP



Empresa foi acusada de rastrear atividade dos usuários do Chrome

> *"Isso impede que as empresas lucrem com esses dados e também exige que elas empreendam esforços para exclusão de dados"*
> **Austin Chambers**
> Advogado

Os advogados avaliaram o acordo de US$ 4,7 bilhões (R$ 23,8 bilhões) a US$ 7,8 bilhões (R$ 39,5 bilhões), com base em cálculos fundamentados principalmente nas possíveis vendas de anúncios que as informações pessoais coletadas pelo Chrome poderiam ter gerado sem as novas restrições.

O acordo também não protege o Google de mais ações judiciais relacionadas às mesmas questões. Isso significa que os usuários individuais ainda podem buscar indenizações contra a empresa, apresentando suas próprias queixas civis em tribunais estaduais nos EUA.

AÇÕES. Os investidores, porém, não demonstraram muitas preocupações com o fato de os termos do acordo afetarem as vendas de anúncios digitais, que representam a maior parte da receita anual de mais de US$ 300 bilhões. As ações da Alphabet (dona do Google) subiram 3% na segunda-feira e fecharam a US$ 155,49, dando à empresa um valor de mercado de US$ 1,9 trilhão (R$ 9,6 trilhões).

'BEM-VINDO'. Austin Chambers, advogado especializado em questões de privacidade de dados da empresa Dorsey & Whitney, descreveu os termos do acordo no caso do Chrome como um "desenvolvimento bem-vindo". "Isso impede que as empresas lucrem com esses dados e também exige que elas empreendam esforços complexos e caros para a exclusão de dados", disse Chambers. "Em alguns casos, isso pode ter um impacto dramático sobre os produtos criados com base nesses conjuntos de dados."

O Google ainda está enfrentando ameaças legais no campo regulatória que podem ter um impacto muito maior em seus negócios, dependendo dos resultados.

Depois que o Departamento de Justiça dos EUA delineou suas alegações de que a empresa está abusando do domínio de seu mecanismo de busca para impedir a concorrência e a inovação durante um julgamento no último outono, um juiz federal deverá ouvir os argumentos finais do caso em 1.º de maio, antes de emitir uma decisão prevista para o outono.

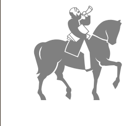
O Google também está enfrentando possíveis mudanças em sua loja de aplicativos para smartphones equipados com o sistema operacional Android, o que poderia reduzir sua receita com comissões, depois que um júri federal concluiu, no ano passado, que a empresa estava exercendo um monopólio ilegal. Uma audiência está agendada para o fim de maio. ● AP

ESTE CONTEÚDO FOI TRADUZIDO COM O AUXÍLIO DE FERRAMENTAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E REVISADO POR NOSSA EQUIPE EDITORIAL.

C6 E C7 **A fundo**


Físicos acham problema além da capacidade do computador comum

CULTURA & COMPORTAMENTO C2
QUARTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2024 O ESTADO DE S. PAULO



Cinema ***Festival***

É Tudo Verdade exibe 77 filmes e celebra o olhar feminino

Em sua 29.ª edição, evento reúne documentários de 34 países, com presença marcante de diretoras e homenagens a escritores e músicos

MUK



'Luiz Melodia – No Coração do Brasil', da cineasta Alessandra Dorgan, recupera vida e carreira do cantor e compositor brasileiro

FLÁVIO PINTO

O 29.º É Tudo Verdade – Festival Internacional de Documentários começa nesta quarta, 3, e vai apresentar 77 produções, entre longas, médias e curtas-metragens, provenientes de 34 países. As exibições são gratuitas e acontecem em salas de cinema de São Paulo e do Rio até o dia 14.

A abertura, no Rio, nesta quarta, será com a estreia de *Um Filme para Beatrice*, de Helena Solberg, a única mulher a fazer parte do Cinema Novo. Em São Paulo, a abertura terá amanhã, quinta, a exibição de *O Competidor*, de Clair Titley. "A deste ano será uma das seleções mais fortes de todos esses anos de festival. É uma safra excepcional de filmes", diz Amir Labaki, fundador e diretor do festival.

Os dois títulos de abertura são dirigidos por mulheres. O que encerra o festival, *Luiz Melodia – No Coração do Brasil*, também. "Estou muito feliz com a minha estreia no festival, especialmente ao lado de tantas mulheres. A perspectiva feminina tem muito o que acrescentar ao audiovisual", comemora Alessandra Dorgan, diretora da produção a respeito do músico.

Segundo Labaki, o destaque da presença feminina no festival é apenas um reflexo do atual momento da indústria. "O festival é um espelho. Temos testemunhado um aumento significativo da presença de cineastas mulheres no evento e, consequentemente, também de temas ligados às questões e conquistas femininas", afirma.

Outro tema forte na programação do festival é a literatura. Este ano, o evento apresenta uma seleção de filmes que exploram o universo dos escritores e dos livros. Entre eles, destacam-se *Verissimo*, dirigido por Angelo Defanti, sobre a vida e obra de Luis Fernando Veríssimo; *Antonio Candido – Anotações Finais*, de Eduardo Escorel, longa que se debruça sobre textos inéditos, menções à infância e lembranças de Gilda de Mello e Souza; e *Fernanda Young – Foge-me ao Controle*, com a direção de Susanna Lira.

VITRINE. O festival tem também papel fundamental para as chances do Brasil no Oscar. Anualmente, os vencedores dos prêmios dos jurados nas Competições Brasileiras e Internacionais de Longas/Médias e de Curtas-metragens são automaticamente submetidos à Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood.

"Por ser um qualificador do Oscar, o prêmio é uma plataforma que pode alçar o filme vencedor a uma vitrine internacional importante", explica Juliana Sakae, relações-públicas das campanhas para o Oscar dos documentários *Babenco* e *Incompatível com a Vida*.

Além das mostras competitivas, o É Tudo Verdade 2024 terá retrospectivas dedicadas a Thomaz Farkas (1924-2011) e Mark Cousins (1965). "Thomaz foi uma figura de grande importância nas primeiras edições do festival e sempre marcou presença nas aberturas, atuando como jurado e debatedor", destaca Labaki. ●

No programa



Crimes, aventuras e clássicos do gênero

● Um Filme para Beatrice
De Helena Solberg, o trabalho (*foto*) é uma retrospectiva de sua carreira, abordando questões sociais relacionadas ao atual momento do movimento feminista no País.

HELENA SOLBERG



● O Competidor
Lançado no Festival de Cinema de Toronto, narra a história de Tomoaki Hamatsu, um homem confinado por 15 meses em um quarto, completamente sozinho e nu, sem saber que sua vida estava sendo transmitida no reality show japonês *Nasubi*.

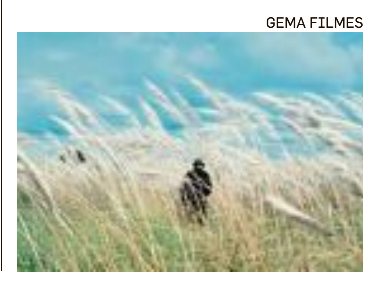
● Diários da Caixa Preta
Filme de Shiori Ito retrata a jornada da própria cineasta para processar o homem que a estuprou, um jornalista conceituado no Japão

● Diamantes
Daniela Thomas, Sandra Corveloni e Beto Amaral assinam a direção do filme, que acompanha a vida de três mulheres em Diamantina, Minas Gerais.

● Copa de 71
A Copa do Mundo de futebol feminino não oficial realizada em 1971, apagada da história, é o tema do filme de Rachel Ramsay e James Erskine.

● Mixtape La Pampa
Andrés di Tella realizou o diário cinematográfico (*foto*) de uma viagem prolongada pelos pampas, seguindo os passos de Guillermo Enrique Hudson, escritor também conhecido como William Henry Hudson.

GEMA FILMES



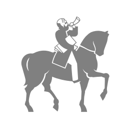
CLAUDIA TREVISAN/ESTADÃO – 2/11/2009



● Mark Cousins
O documentarista (*foto*) terá seus longas exibidos, incluindo *Cinema Tem Sido Meu Verdadeiro Amor: O Trabalho e A Vida de Lynda Myles*, lançado em 2023 no Festival de Telluride. Ele estará em São Paulo para ministrar uma master class e participar de um debate.

● Robert Drew
O centenário do diretor americano será celebrado no festival com a exibição dos clássicos documentários *Primárias* e *Faces de Novembro*.

São Paulo
Espaço Itaú de Cinema Augusta (Av. Paulista, 2.073)
Cinemateca Brasileira (Largo Sen. Raul Cardoso, 207)
IMS Paulista (Avenida Paulista, 2.424)
Sesc 24 de Maio (Rua 24 de Maio, 109)
Spcine – Centro Cultural São Paulo (Rua Vergueiro, 1.000)
Rio
Estação NET Botafogo
Estação NET Rio (R. Voluntários da Pátria, 88)



Direto da Fonte

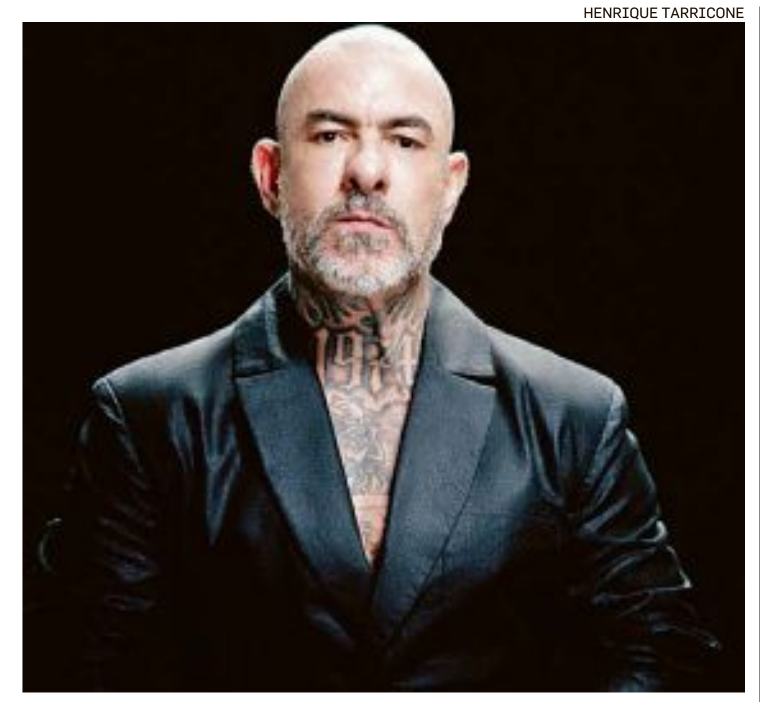
Marcela Paes (interina) MARCELA.PAES@ESTADAO.COM

PAULA BONELLI | PAULA.BONELLI@ESTADAO.COM

Na Mesa e no palco: Fogaça assume festival de música

Henrique Fogaça acaba de assumir como CEO da Funlive Concerts, detentora dos direitos do Rockfun Fest. O chef entra no comando do festival paulistano – que completa nove anos de vida – ao lado de Fabrício Ravelli, fundador do evento. Fogaça será responsável por fazer conexões junto ao mercado privado e pelas diretrizes sociais. "Depois de anos tocando com o Oitão no Rockfun Fest, fiquei muito animado com o convite para ser sócio ao lado do Fabrício, um grande amigo. Quero trazer uma nova experiência para o público, sobretudo gastronômica e estratégica, com apresentações de novas bandas nacionais e até internacionais. Os fãs de rock podem esperar shows incríveis, ações sociais, sustentabilidade, claro, e comida boa!", afirma.

HENRIQUE TARRICONE



O chef Henrique Fogaça assume o festival com Fabrício Ravelli

Arte

Quatro obras expostas na SP-Arte serão doadas para a Pinacoteca após ó encerramento da feira

A Pinacoteca de São Paulo já garantiu a doação de quatro obras antes mesmo da abertura da SP-Arte para visitação hoje. Segundo Paulo Vicelli, diretor Institucional da Pinacoteca, a seleção de artistas estava na lista de desejos do museu e foi elaborada pela equipe de curadoria da Pina junto aos doadores. São elas: uma pintura de grandes dimensões do artista da etnia Wapichana, Gustavo Caboco, doada pelo Iguatemi; uma pintura da artista maranhense Gê Viana (na foto ao lado), doada pela empresária Cleusa Garfinkel; um desenho da artista Marga Ledora, oferecido pela colecionadora Renata de Paula; e uma marchetaria do curandeiro e artista do povo Ye´pá Mahsã da Amazônia Bu´ú Kennedy, doada pelo casal Ana Eliza e Paulo Setúbal.

GALERIA SUPERFÍCIE



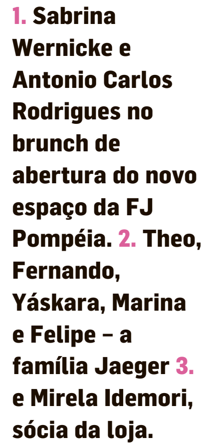
Bloco de Notas

FASHION. A estilista e empresária Julie Chermann inaugura loja no shopping Iguatemi no dia 9 deste mês. Julie já fez parcerias com nomes de peso como C&A por duas vezes. Nessa última, ela desenvolveu uma linha especial de 21 modelos de peças exclusivas, que foram vendidas em 65 lojas da rede fast fashion. Suas criações também já foram comercializadas no e-commerce Moda Operandi.

LEONARDO LEMOS



DO BEM. A Veridiana Pizzaria participa da segunda edição do projeto Wish Dish, campanha em que restaurantes revertem 20% do lucro da venda de um prato especial – o Wish Dish – para ajudar a realizar os sonhos das crianças e adolescentes com doenças graves atendidos pela Make-A-Wish Brasil. A campanha de 2024 termina no dia 30 e o prato na Veridiana é a pizza zucchini.



1. Sabrina Wernicke e Antonio Carlos Rodrigues no brunch de abertura do novo espaço da FJ Pompéia. 2. Theo, Fernando, Yáskara, Marina e Felipe – a família Jaeger 3. e Mirela Idemori, sócia da loja.







PEDRO BASILIO

Cinema *Em cartaz*

'Tudo ou Nada', o drama de mãe que luta contra o Estado para ter filho de volta

Com tom documental, filme de Delphine Deloget discute a fragilidade de cada vida individual perante o gigantismo estatal



IMOVISION

Virginie Efira interpreta Sylvie Paugam, mãe de dois filhos, um menino de 6 anos e um adolescente

ESTADÃO ANALISA

LUIZ ZANIN ORICCHIO
ESPECIAL PARA O ESTADÃO

Tudo ou Nada (Rien à Perdre) é o novo filme estrelado por Virginie Efira. A atriz trabalha tanto que a imprensa francesa já define mais este lançamento como um "Efira movie". Pelo jeito, ela tenta competir com sua colega e compatriota, a notória workaholic Isabelle Huppert. Como semelhança adicional, ambas, apesar de trabalharem de maneira insana, colocam muito talento em tudo que fazem.

Em *Tudo ou Nada*, dirigido por Delphine Deloget, Efira é Sylvie Paugam, mãe solo de dois filhos, um menino de 6 anos e outro, adolescente. Moram em Brest, cidade da Bretanha. Um dia, o garoto mais novo acorda de noite para fazer uma omelete e acaba sofrendo um acidente doméstico. Queima-se no fogão e por pouco não incendeia a casa inteira. Ficou ferido no abdome e teve de ser atendido num hospital.

A assistência social fica sabendo do acidente. Acusa a mãe de negligência e lhe tira a guarda do filho menor. A medida pode ser provisória ou definitiva. Depende do juiz. Depende das instituições e de sua lógica, nem sempre coincidente com o senso comum. Ao tentar recuperar o filho, a vida de Sylvie se torna uma via-crúcis.

DÚVIDAS. A história mostra um problema digno de atenção. Um país civilizado como a França cuida das suas crianças e o Estado não hesita em intervir quando alguma delas parece estar em situação de risco. Esse zelo, em princípio meritório, levanta uma dúvida: até onde pode (ou deve) ir o Estado em contraposição ao poder dos pais e mães? Eis aí uma questão complexa, cujo desenvolvimento forma o cerne desse filme tão necessário quanto envolvente.

A diretora poderia ter optado por uma situação mais óbvia para pender por um lado ou por outro. Poderia, por exemplo, colocar em cena uma família abertamente disfuncional para justificar a intervenção do Estado. Ou o contrário, uma família que perde a guarda por outro motivo, falta de condições financeiras, por exemplo. Prefere, no entanto, o risco de mostrar uma realidade familiar mais ambivalente e, por isso mesmo, mais próxima da realidade dos nossos dias.

Obviamente, a mãe e a vida que leva estarão em julgamento no caso. Sylvie nada tem de mãe desnaturada. Pelo contrário, ama os filhos. Mas também não leva uma existência convencional e não encarna a figura da matriarca-padrão.

Na ocasião do acidente, trabalhava como garçonete num clube noturno. Vive ocupada e não tem muito tempo para se dedicar à casa ou à educação dos filhos. É irritável e se torna agressiva com facilidade. Parece ter problemas de relacionamento. Tudo conta contra ela. Merece por isso ser demonizada? Ou responsabilizada por um acidente doméstico? É justo que o Estado lhe tome um filho por não fazer o papel de uma mulher mais convencional, "do lar"?

Esse debate é tão mais atual quando, em nome de uma liberdade absoluta, pais e mães de alguns países se sentem no direito de educar seus filhos em casa (homeschooling), pretensamente para livrá-los de influências nefastas de professores e colegas de escola. Ou seja, tentam isolar as crianças do mundo social, visto como ameaçador. Esse extremismo se presta a distorções costumeiras da ultradireita com seus discursos sobre a liberdade absoluta.

Em *Tudo ou Nada* examina-se o polo oposto. O Estado, que sempre diz agir "em benefício" das famílias, mostra-se rígido, burocrático, antiquado, incapaz de compreender nuances de uma vida familiar que pode nada ter de convencional, mas nem por isso seria incompatível com a criação de um filho. As formações familiares se alteram e o Estado não detecta essas mudanças.

BRAVURA. Fiel à sua origem, Deloget dá à ficção uma forte pegada documental. Câmera próxima aos personagens, em especial de Sylvie, interpretada com bravura e ternura por Virginie Efira. Mas é o foco nos ambientes domésticos, sempre um pouco bagunçados, no frenesi da vida diária, no entrechoque entre famílias, amigos, funcionários, advogados e psicólogos, que dá sentido e energia à obra.

Em meio a interesses conflitantes que fazem a vida social, há que se encontrar um ponto de escape, senão de equilíbrio – em especial quando o choque se dá entre o gigantismo do Leviatã estatal e a fragilidade de cada vida individual. Sylvie não se rende e opta pela radicalidade, o que também pode dar origem a controvérsias. O benefício é do filme, que envolve, emociona e faz pensar. ●



Cineasta francesa capta tema duro e urgente

LE GROUPE OUEST



● **Diretora de *Tudo ou Nada* (2023), que estreou no Festival de Cannes do ano passado, a francesa Delphine Deloget também esteve à frente de filmes como *No London Today* (2008), além de curtas e minisséries.**



Horóscopo Quiroga

oscar@quiroga.net

Belezas
Data estelar: Vênus e Netuno em conjunção

A beleza das formas e aparências é sedutora, produz encantamento e se torna objeto de inveja, ciúme e de toda sorte de paixões limitantes, porque nossa humanidade egoísta se sente no direito de ser a dona exclusiva desse poder aparente da beleza.

No entanto, a beleza das formas e aparências é transitória, a dos corpos físicos dura alguns anos, a dos edifícios dura gerações, mas o tempo os desgasta até desaparecerem, de forma inevitável.

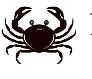
Para os que amam a beleza sem sentir necessidade de se apropriar dela, se abre um campo mais amplo de apreciação do que é belo, pois, a beleza das atitudes práticas da retidão, a beleza da bondade, a beleza do que é verdadeiro; a beleza subjetiva não se sujeita ao desgaste do tempo, se conjuga em gerúndio eterno, porque nunca nasceu e nunca terá fim. ●

ÁRIES 21-3 a 20-4



Feche os olhos e fique em silêncio o quanto puder, isso ajudará você a, paradoxalmente, enxergar melhor a situação, porque senão sua alma vai se encantar com as aparências e perder o foco no que realmente importa.

TOURO 21-4 a 20-5



O fator humano complica tudo, mas sem esse ingrediente nada seria possível tampouco, portanto, as complicações decorrentes dos relacionamentos sociais e espírito de equipe são ônus que vale a pena encarar.

GÊMEOS 21-5 a 20-6



Alguns sacrifícios serão indispensáveis, desde que você realmente queira finalizar o que está em andamento, porque se ainda houver dúvidas e dilemas a esse respeito, sua alma continuará fechada aos sacrifícios.

CÂNCER 21-6 a 21-7



As ideias estão corretas, só falta encontrar as pessoas certas para as colocar em prática, e essa é a fase que precisa de mais atenção e cuidado de sua parte, porque é sabido que o fator humano complica tudo.

LEÃO 22-7 a 22-8



Apesar das condições aparentemente nada propícias para você fazer o que pretende, ainda assim sua alma é tomada por uma estranha sensação de tudo ir da melhor forma possível, e se conforta com isso. Vida misteriosa.

VIRGEM 23-8 a 22-9



A coreografia da sedução é maravilhosa e encanta a alma, que durante alguns instantes, pelo menos, deixa de se distrair com o milhão de coisas que sempre anda acontecendo. Aproveite a situação, viva o que tenha de viver.

LIBRA 23-9 a 22-10

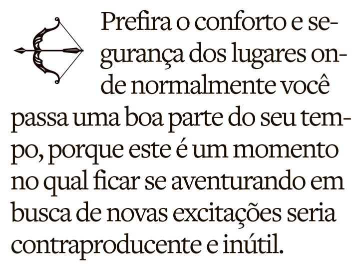


Dentro do possível, busque entendimento, mesmo que para isso você ainda tenha de aturar certa desproporção na divisão de tarefas e responsabilidades, recaindo sobre suas costas mais do que seria justo e necessário.

ESCORPIÃO 23-10 a 21-11

Além da clareza a respeito dos objetivos pretendidos, é preciso fazer contas para entender cada passo que precisará ser dado no caminho, e o custo de cada atitude e efeito colateral que eventualmente surgirem.

SAGITÁRIO 22-11 a 21-12



Prefira o conforto e segurança dos lugares onde normalmente você passa uma boa parte do seu tempo, porque este é um momento no qual ficar se aventurando em busca de novas excitações seria contraproducente e inútil.

CAPRICÓRNIO 22-12 a 20-1

É bom ouvir elogios, é muito bom passar a mão na cabeça e sentir o conforto das experiências de apreço, mas é melhor ainda não se confundir com essa experiência, dando o falado por feito, que são coisas diferentes.

AQUÁRIO 21-1 a 19-2



Faça valer suas pretensões, mas não se esqueça de que tudo depende de boas negociações, porque se quiser impor qualquer coisa, só colherá resistências que, de outra forma, não aconteceriam. Tudo na negociação.

PEIXES 20-2 a 20-3



Sua alma compreende e pressente muita coisa, e agora é tempo de passar para a prática tudo que tem sido percebido, se atendo à realidade como ela é. O ideal não há de ser descartado, mas de imediato é impossível.

Maryse Condé 1934 – 2024

Escritora abordou identidade negra em livros como 'Eu, Tituba'

OBITUÁRIO

ADRIAN DENNIS/AFP – 19/5/2015



Grande voz da literatura francófona, a escritora de Guadalupe Maryse Condé morreu na terça-feira, 2, no hospital de Apt (Vaucluse), segundo informou seu marido, Richard Philcox.

Nascida em Pointe-à-Pitre em 1934, Maryse Condé abordou em seus 30 livros temas como África, a escravidão e as múltiplas identidades negras.

Ela viveu durante 20 anos em Nova York. Na cidade americana, inaugurou e dirigiu um centro de estudos francófonos na Universidade de Columbia.

"Sempre trabalhei com ela em diferentes editoras e admirava profundamente sua influência, sua coragem. Inspirou muitos escritores a iniciar uma carreira", declarou à AFP seu editor, Laurent Laffont.

Até o final da adolescência Maryse não se havia percebido negra. Nunca tinha ouvido falar da escravidão ou da África. Sua mãe, professora, a proibiu de falar o idioma crioulo e a obrigou a aprender francês.

Somente aos 19 anos, quando chegou a Paris, ela se deu conta da barreira que sua cor de pele impunha. Começou a escrever aos 42 anos.

No Brasil, estão publicados, pela editora Rosa dos Tempos, os livros *Eu, Tituba: Bruxa Negra de Salem*, *O Coração Que Chora e Que Ri* e *O Fabuloso e Triste Destino de Ivan e Ivana*. Seu nome foi cotado diversas vezes para o Prêmio Nobel de Literatura. ● AFP

QUADRINHOS

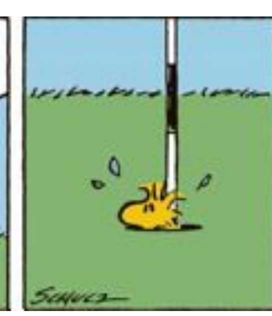


Minduim Charles M. Schulz









Recruta Zero Mort Walker

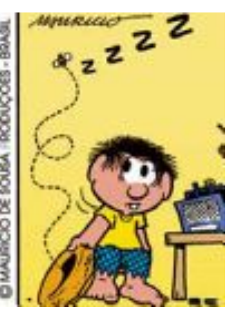


Turma da Mônica Maurício de Sousa









O melhor de Calvin Bill Watterson





Frank & Ernest Bob Thaves



BEM PENSADO | *"O impossível está nas mãos inertes dos que não tentam"* **Epicuro**

INÊS 249



Roberto DaMatta

Com a mão na massa

Em qualquer sociedade humana existem ações que devem ser encobertas.

Se você for visto realizando tais atos – pego com a mão na massa –, sofre uma sanção que vai do ato "desmoralizador" de ter sido visto, e hoje filmado, até a obras mais intrincadas as quais, praticadas por você, promovem culpabilidade, punição e repulsa.

Não é por acaso que "obrar" sinaliza defecar...

Essas diferenças ajudam a discernir o que é pecado, crime e tabu – esses limites impensáveis como o que marcou Édipo e o papa Gregório da Pedra, personagem de Thomas Mann, filho de um incesto entre irmãos, que se casa com a com própria mãe, sendo purificado e perdoado pela inexcedível e majestosa misericórdia de Deus, depois de um penoso isolamento num rochedo.

Neste nosso Brasil moderno, temos todo um zoológico de atos vergonhosos, envergonhados e envergonhadores, que promovem ou deveriam promover opróbrio, culpa... E punição, não como vingança ou maldade, mas como resposta àquilo que a sociedade considera desonestidade, falta de vergonha ou cinismo.

E, no entanto, discutimos mais a lei do que os atos que promovem e legitimam a sua presença. Aprendi com o realismo durkheimiano que em toda sociedade existem atos impossíveis de serem bloqueados ou definitivamente evitados – mas que seria um contrassenso não os enfrentar e impugnar.

> ***Discutimos mais a lei do que os atos que promovem e legitimam a sua presença***

Impossível, diz Durkheim, evitar a doença ou o crime, mas seria absurdo e imoral não acreditar e estimular a honestidade. E nada é mais venenoso para uma sociedade do que ter uma justiça ineficiente e caolha. Um sistema cujo princípio é ser fraco com os fortes e forte com os fracos.

Somos muito mais preocupados com a lei do que com os atos que a fabricam. A presença agressiva de privilégios e prerrogativas em cargos que governam a riqueza nacional bloqueia a dinâmica igualitária e produz a vergonha de sermos incapazes de fazer justiça. Ou seja: a manutenção de uma estrutura social injusta nos torna incomparáveis como inventores de polícias, tribunais e processualismos destinados a isentar da lei companheiros, amigos e compadres.

São tantos decretos, portarias, leis, regras, normas, regimentos, códigos, com suas respectivas sedes legais – delegacias, tribunais, cortes – que, no fim e ao cabo, viramos uma anistialândia. ●

É ANTROPÓLOGO, ESCRITOR E AUTOR DE 'CARNAVAIS, MALANDROS E HERÓIS'

SEG Simião Castro **(quinzenal)** ● **TER.** Patrícia Ferraz ● **QUA.** Roberto DaMatta ● **QUI.** Luciana Garbin **(quinzenal)**, Patrícia Ferraz ● **SEX.** Marcelo Rubens Paiva **(quinzenal)** e Maria Fernanda Rodrigues ● **SAB.** Alice Ferraz, Suzana Barelli, e Daniel Martins de Barros **(quinzenal)** ● **DOM.** Leandro Karnal, Sérgio Augusto e Ignácio de Loyola Brandão **(quinzenal)**

CRUZADAS

NA WEB | Jogue as cruzadas **https://bit.ly/3Ubyli9**

Automatizar
Renovar; dar novo ânimo
Roupa do lutador de boxe
Atriz do Teatro de Revista
Tema de biografias
Torna muito frio
Pedaço; porção
Puxador de água
Grupo organizado de notas musicais
Estado cuja capital é Boa Vista
Iguaria de festa infantil enfeitada com cravo
Que vai a muitas festas
Criancinha
Culto; reverência
Absoluto; total
A Cidade dos Exageros (SP)
Exibe sua obra em desfiles de moda
A forma do círculo
Contagem da idade
É examinado na autópsia
Uma centena
Moradia
Conjunto de 10 unidades
Antiga civilização peruana
Ponto de saque no tênis
Prenúncio de tempestade
A que tem higiene
1, em romanos
Flamengo (fut. red.)
Consequência da bebedeira
F L A
Sufixo de "espanhol"
Bípedes com penas
Ligeiro; veloz
A mulher de idade avançada
"(?) logo!", expressão de despedida
(?) qual: do mesmo jeito
É cortada na inauguração
Alceu Valença, cantor
Fase da borboleta
Literatura (abrev.)
Autran Dourado, escritor mineiro
Aquela que cuida dos netos
(?) Pinheiro, cantora

BANCO 3/ace. 4/fita. 5/leia. 6/acorde — bocado. 7/lagarta.

www.coquetel.com.br

CRIPTOGRAMA E CAÇA-PALAVRAS *Nesta seção, todos os dias, um jogo diferente para você*

Para letras iguais, números iguais. Nas casas em destaque, dois períodos da Era Mesozoica.

A cidade santa para três religiões.		1	2	3	4	5	6	1	7
Corpo principal do avião.	8		4	1	6	5	9	1	7
Hormônio associado ao estresse.	10	11		12	13	4	11	14	5
Falta de juízo (pl.).	15	1	4		12	13	14	11	4
Próprio para inspirar.	4	3	9	1		12	13	16	11
O policiamento feito nas ruas.	11	4	12	1	14		13	16	11
Líquido (?): protege o feto.	5	7	14	13	11	12		10	11
Gaita de boca.	17	5	2	7	11	14	13		5
A migalha, em relação ao pão.	8	2	5	9	7	1	14	12	
Glutoneria.		15	5	10	13	15	5	15	1
"A Lista de (?)", filme de Spielberg.	4		17	13	14	15	6	1	2
A árvore cartão-postal do Paraná.	5		5	3	10	5	2	13	5
Caloroso.	8		2	16	11	2	11	4	11
Sinais distintivos.	5		2	13	18	3	12	11	4
Capital da Catalunha.	18		2	10	1	6	11	14	5
Que pode ser alcançado.	5		1	4	4	13	16	1	6
Educado; cortês.	18		7	10	2	13	5	15	11
"A (?)", romance de Joaquim Manuel de Macedo.	7		2	1	14	13	14	17	5

© Revistas COQUETEL

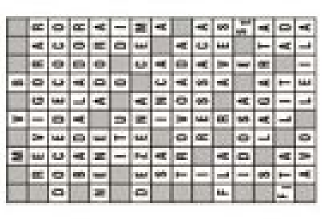
SUDOKU

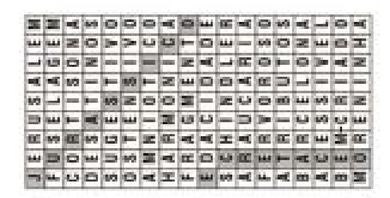
NA WEB | Jogue o sudoku **https://bit.ly/49k6gcD**

Nível Fácil

		9	4	8	7	1		
	2	1	6		9	8	3	
	9	3				4	5	
	6			1			8	
	7	8				3	6	
	3	5	1		4	6	9	
		4	2	9	5	7		

SOLUÇÕES





Físicos acham problema além da capacidade do computador comum

Algo que só o computador quântico pode resolver



A questão tem a ver com as propriedades dos sistemas quânticos (átomos) nos vários estados de energia

LAKSHMI CHANDRASEKARAN
QUANTA MAGAZINE

Computadores quânticos estão prestes a se tornar superpotências computacionais, mas os pesquisadores há muito procuram um problema viável que lhes confira uma vantagem quântica – algo que somente um computador quântico consiga resolver. Só então, argumentam eles, a tecnologia será finalmente vista como essencial.

Eles estão procurando há décadas. "Um dos motivos da dificuldade dessa tarefa é que os computadores clássicos são muito bons em muitas das coisas que fazem", disse John Preskill, físico teórico do Instituto de Tecnologia da Califórnia.

ALGORITMO DE SHOR. Em 1994, Peter Shor descobriu uma possibilidade: um algoritmo quântico para fatorar grandes números. O algoritmo de Shor é poderoso e se acredita que supera todos os algoritmos clássicos. Quando executado em um computador quântico, tem o potencial de quebrar boa parte dos sistemas de segurança da internet, que se valem da dificuldade de fatorar grandes números. Mas, por mais impressionante que seja, o algoritmo é relevante apenas para uma pequena fatia de áreas de pesquisa, e é possível que amanhã alguém encontre uma forma eficiente de fatorar grandes números com uma máquina clássica, minando a importância do algoritmo. A aplicabilidade restrita de Shor vem encorajando a comunidade de pesquisa a procurar outros casos de uso para máquinas quânticas que realmente possam levar a novas descobertas científicas.

"Não queremos construir um computador só para uma única tarefa", disse Soonwon Choi, físico do Instituto de Tecnologia de Massachusetts. "Além do algoritmo de Shor, o que mais podemos fazer com um computador quântico?"

Como diz Preskill: "Nós temos de encontrar problemas que são classicamente difíceis, mas depois temos que (*mostrar*) que os métodos quânticos vão ser eficientes de verdade".


GREG SEGAL/QUANTA

Para um futuro quântico
Pesquisadores como Preskill procuram há décadas por algo que só um computador quântico possa fazer

Em algumas ocasiões, os pesquisadores pensaram que tinham conseguido, pois descobriram algoritmos quânticos que podiam resolver problemas mais rápido do que qualquer coisa que um computador clássico podia fazer.

Em termos teóricos
A questão é determinar se o nível de energia mínima local de um sistema também seria universalmente difícil

Mas aí alguém – muitas vezes a jovem pesquisadora Ewin Tang – aparecia com novos algoritmos clássicos e inteligentes que conseguiam superar os quânticos.

A PROPOSTA. Agora, uma equipe de físicos – entre eles Preskill – talvez tenha encontrado o melhor candidato para a vantagem quântica. Ao estudar a energia de certos sistemas quânticos, eles descobriram um problema específico e útil que uma máquina quântica resolve com facilidade, mas que ainda é difícil para uma máquina clássica.

"É um grande progresso na teoria dos algoritmos quânticos", disse Sergey Bravyi, físico teórico e cientista da computação da IBM. "O resultado deles é uma vantagem quântica para um problema relevante para a química e a ciência dos materiais."

Os pesquisadores também estão entusiasmados com o fato de o trabalho explorar novas áreas inesperadas das ciências físicas. "Esta nova capacidade é qualitativamente diferente (*do algoritmo de Shor*) e pode abrir muitas oportunidades no mundo dos algoritmos quânticos", disse Choi.

O problema tem a ver com as propriedades dos sistemas quânticos (geralmente átomos) nos vários estados de energia. Quando os átomos saltam entre estados, suas propriedades mudam.

Eles podem emitir uma determinada cor de luz, por exemplo, ou se tornar magnéticos. Se quisermos prever melhor as propriedades do sistema em vários estados de energia, será útil compreender o sistema quando ele está em seu estado menos agitado, que os cientistas chamam de estado fundamental.

"Muitos químicos, cientistas de materiais e físicos quânticos estão trabalhando para encontrar estados fundamentais", disse Robert Huang, um dos autores do novo artigo e cientista pesquisador do Google Quantum AI. "O que sabemos que é extremamente difícil."

NÍVEL DE DIFICULDADE. É →

CARLOS ARROJO/QUANTA



tão difícil que, depois de mais de um século de trabalho, os pesquisadores ainda não encontraram uma abordagem computacional eficaz para determinar o estado fundamental de um sistema a partir dos primeiros princípios. Tampouco parece haver alguma maneira de um computador quântico fazer isso. Os cientistas concluíram que encontrar o estado fundamental de um sistema é difícil tanto para computadores clássicos quanto para os quânticos.

Mas alguns sistemas físicos apresentam um cenário energético mais complexo. Quando resfriados, esses sistemas complexos se contentam em se estabilizar não em seu estado fundamental, mas sim em um nível de baixa energia bem próximo, conhecido como nível de energia mínima local (parte do Prêmio Nobel de Física de 2021 foi atribuída ao trabalho sobre um desses conjuntos de sistemas, conhecidos como vidros de spin). Os pesquisadores começaram a se perguntar se o problema de determinar o nível de energia mínima local de um sistema também seria universalmente difícil.

> ***"Acho que muitas pessoas** (pesquisaram) **a questão de como é o cenário energético nos sistemas quânticos, mas não havia nenhuma ferramenta para analisá-lo"***
> **Chi-Fang Chen**
> **Pesquisador**

As respostas começaram a surgir no ano passado, quando Chi-Fang (Anthony) Chen, outro autor do artigo recente, ajudou a desenvolver um novo algoritmo quântico que conseguia simular a termodinâmica quântica (que estuda o impacto do calor, da energia e do trabalho em um sistema quântico). "Acho que muitas pessoas (*pesquisaram*) a questão de como é o cenário energético nos sistemas quânticos, mas não havia nenhuma ferramenta para analisá-lo", disse Huang. O algoritmo de Chen ajudou a abrir uma janela sobre como esses sistemas funcionam.

NOVA ABORDAGEM. Ao ver como a nova ferramenta era poderosa, Huang e Leo Zhou, o quarto e último autor do novo artigo, a usaram para projetar uma maneira de os computadores quânticos determinarem o estado de energia mínima local de um sistema, em vez de buscar o estado fundamental ideal – uma abordagem que se concentrava exatamente no tipo de problema que os pesquisadores da computação quântica procuravam. "Agora temos um problema: encontrar uma quantidade local de energia, o que ainda é classicamente difícil, mas que podemos dizer que é quanticamente fácil", disse Preskill. "Isso nos coloca na arena onde queremos estar em busca de vantagens quânticas."

Liderados por Preskill, os autores não só comprovaram a força de sua nova abordagem para determinar o estado de energia mínima local de um sistema – um grande progresso no campo da física quântica –, mas também provaram que este era, finalmente, um problema em que os computadores quânticos podiam mostrar seu valor. "O problema de encontrar a energia mínima local tem vantagem quântica", disse Huang.

E, ao contrário dos candidatos anteriores, este provavelmente não será destronado por nenhum novo algoritmo clássico. "(*É*) improvável que seja desquantizado", disse Choi. A equipe de Preskill fez suposições bem plausíveis e deu alguns saltos lógicos: se um algoritmo clássico conseguir alcançar os mesmos resultados, isso significa que os físicos devem estar errados sobre muitas outras coisas. "Vai ser um resultado chocante", disse Choi. "Vou ficar animado para ver, mas vai ser chocante demais para acreditar." O novo trabalho apresenta um candidato utilizável e promissor para demonstrar vantagem quântica.

NA TEORIA. Para ficar claro, o novo resultado ainda é de natureza teórica. Atualmente, é impossível demonstrar essa nova abordagem em um computador quântico de verdade. E ainda levará um tempo para construir uma máquina que consiga testar exaustivamente a vantagem quântica do problema.

> ***Sem resposta final hoje***
> ***Atualmente, é impossível demonstrar essa nova abordagem em um computador quântico de verdade***

Então, para Bravyi, o trabalho está só começando. "Se você olhar para o que acontecia cinco anos atrás, só tínhamos computadores de poucos bits quânticos, e agora já temos máquinas de centenas ou até mais de mil qubits", disse ele. "É muito difícil prever o que pode acontecer daqui a cinco ou dez anos. É um campo muito dinâmico". ● TRADUÇÃO DE RENATO PRELORENTZOU

Literatura Mercado

Saem as batalhas épicas, entram os contos cotidianos

'Cozy fantasy' está no radar das editoras ao manter elementos de magia, mas com foco nos personagens e dilemas comuns

JULIA QUEIROZ

Esqueça as batalhas épicas, a disputa por territórios, a busca por artefatos mágicos perigosos e as jornadas de grandes heróis. As características e tramas que associamos à literatura fantástica ficam em segundo plano em um novo gênero que vem crescendo no mercado editorial: a cozy fantasy.

O termo que, em português, significa algo como "fantasia aconchegante", descreve histórias que se passam em um ambiente com elementos mágicos, mas cujo foco está na vida e no dia a dia dos personagens.

"Há toda a ambientação mágica de um livro de fantasia, sem a luta do bem contra o mal. São personagens comuns, vivendo aventuras pequenas", diz Rafaella Machado, editora executiva da Galera e Verus, selos do Grupo Record. "Bruxas que querem encontrar o amor. Fadas que abrem uma pequena livraria. Goblins que se odeiam, mas precisam trabalhar juntos em um feitiço. São leituras leves, livros menores."

No final de 2023, a Galera publicou *A Sociedade Supersecreta de Bruxas Rebeldes*, da autora britânica Sangu Mandanna. O livro segue uma bruxa que esconde seus poderes, mas é convidada a visitar o local onde Merlim perdeu as barbas e a ensinar três jovens bruxas a dominar a própria magia. Lá, ela acaba encontrando uma nova família e um novo amor.

Outra história que fez muito sucesso no exterior é *Cafés & Lendas*, de Travis Baldree, impulsionado pelo BookTok (o nicho de livros do TikTok). "A protagonista do livro, Viv, é uma orc que deseja algo completamente inesperado para uma fantasia tradicional: se aposentar", diz Marina Ginefra, editora-assistente de aquisição da Intrínseca, que publicou o livro no Brasil em março.

"Depois de anos de grandes aventuras, ela conheceu uma bebida mágica e exótica chamada café. Assim, no livro, ela tem a missão de administrar uma cafeteria e isso inclui descobrir a melhor forma de anunciar seus produtos", conta.

INTERESSE. Marina diz que livros de cozy fantasy vêm sendo escritos ao longo dos anos. Mas o crescente interesse do público é um dado novo. Há quem diga que *O Hobbit* (HarperCollins), de J.R.R. Tolkien, foi um dos precursores do subgênero, apesar das características de fantasia épica.

Um dos primeiros livros a fazer grande sucesso com os elementos mais comuns da cozy fantasy foi *A Casa do Mar Cerúleo*, de T.J. Klune, publicado no Brasil em 2021 pela Morro Branco. Para o diretor editorial Victor Gomes, *The Goblin Emperor*, de Katherine Addison (pseudônimo de Sarah Monette), foi "uma fantasia que quebrou os paradigmas da época e antecipou esse movimento ao apresentar um protagonista realmente bom e uma sensação otimista perpetuando a obra". O livro será publicado no Brasil neste ano pela Morro Branco.

MARCUS LEONI



Escritora Índigo lança 'Sete Bruxas e um Gato Temporário' no dia 8

> ***"A cozy fantasy traz toda a ambientação mágica de um livro de fantasia, sem a luta do bem contra o mal"***
> **Rafaella Machado**
> **Editora executiva da Galera e Verus**

> ***"Os livros desse gênero dão a certeza de que sairemos da leitura com o sentimento de 'coração quentinho', felicidade ou até mesmo de nostalgia"***
> **Katarina Jukoski Oliveira**
> **Consultora de marketing**

Para Gomes, a maior virada do gênero veio com a pandemia. "Se em não ficção tivemos um aumento exponencial de obras de autoajuda, em ficção ficou claro que os leitores precisavam de um conforto, de algo que pudesse ajudar a curar as sequelas de tudo o que aconteceu", explica.

Marina Ginefra, da Intrínseca, também cita a pandemia como um fator que contribuiu para o crescimento de histórias "mais leves". Katarina Jukoski Oliveira, consultora de marketing de 25 anos, que mantém um canal no YouTube para falar sobre livros de cozy fantasy, atesta esse sentimento por parte dos leitores, dizendo que os livros dão "a certeza de que sairemos da leitura com o sentimento de 'coração quentinho', felicidade ou até mesmo de nostalgia, que vêm conquistando cada vez mais espaço nos nossos corações".

GATOS. A primeira vez que a escritora Ana Cristina Ayer, de 52 anos – que já publicou 35 livros infantis sob o pseudônimo Índigo –, ouviu o termo cozy fantasy foi durante uma reunião com Rafaella Machado, em 2022, para falar do livro *Sete Bruxas e Um Gato Temporário*, que sai pelo selo Galera Junior, da Record, em 8 de abril.

É o primeiro romance de Índigo direcionado para jovens e adolescentes e tem todos os elementos do subgênero. Na trama, toda bruxa tem um gato, mas Bijoux (ou Élvio) é um "gato temporário", que substitui os gatos oficiais quando é chamado.

O crescimento da cozy fantasy não significa que as fantasias épicas vão acabar. Para as fontes consultadas pelo **Estadão**, as duas coisas podem coexistir e até se ajudar. "A fantasia se reinventou como gênero nos últimos 5 a 10 anos, trazendo um novo público e leitores que antes estavam de fora e não se viam contemplados nessas histórias", observa Rafaella Machado, da Record.

Ela conta, ainda, que a cozy fantasy pode, inclusive, atrair novos leitores para os livros de fantasias épicas. "É interessante constatar que a fantasia conforto atrai também leitores iniciantes no gênero fantástico, que sempre tiveram curiosidade de explorar universos mágicos, mas ainda não têm fôlego para uma série grande de fantasia épica. Como são histórias que focam muito a experiência humana e cotidiana, atraem o leitor de comédia romântica, de drama e de ficção contemporânea", diz. ●

Literatura Evento

Como aproveitar a Feira do Livro da Unesp, que começa hoje

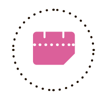
Volumes serão vendidos com no mínimo 50% de desconto sobre o valor de capa; uma dica é olhar os sites das editoras antes de sair de casa

A Feira do Livro da Unesp chega à sua 6.ª edição com um catálogo de livros de uma ampla gama de gêneros com, no mínimo, 50% de desconto sobre o valor de capa. O evento também ocorre de forma virtual, mas, nessa modalidade, os descontos variam.

A feira começa nesta quarta, 3, e vai até domingo, 7. De quarta a sábado, ficará aberta das 9h às 21h. Já no domingo, o horário vai das 9h às 18h. Como nas edições anteriores, a Feira do Livro da Unesp ocorre no câmpus da universidade em São Paulo, na Rua Dr. Bento Teobaldo Ferraz, 271, na Barra Funda.

Neste ano, a feira terá uma novidade: uma programação cultural com a participação de escritores, professores e pesquisadores. Entre eles, o sociólogo José de Souza Martins e a historiadora Mary Del Priore, que falarão sobre livros recentes. O cronograma pode ser acessado pelo site oficial do evento. ●

Prepare-se



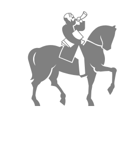
● Quais editoras participam?
Mais de 160 editoras participam. Entre elas estão a Autêntica, Companhia das Letras, Antofágica, Boitempo, Morro Branco, Todavia, Rocco e Record. Também há aquelas voltadas para o público infantil, além de acadêmicas.

● Preços
O site da feira divulgou os títulos e os preços, além do mapa do evento. A dica é conferir com antecedência para não precisar procurar muito. Para compras grandes, uma dica: levar uma mala com rodinhas para circular pelo local.

● Como chegar?
O câmpus da Unesp fica localizado ao lado da Estação Palmeiras-Barra Funda do Metrô. A saída é pela esquerda ao passar pelas catracas.

● E para quem não está em São Paulo?
Na internet, o evento ocorre de forma ininterrupta das 9h de hoje até as 23h59 de domingo. Para comprar, basta acessar o site oficial: https://feiradolivrodaunesp.com.br/.

JORNAL DO CARRO
QUARTA-FEIRA, 3 DE ABRIL DE 2024 • ANO 42 • Nº 2118 O ESTADO DE S. PAULO
JC



Aceleramos

Hyundai Ioniq 5 N é elétrico com ronco de motor e trocas de marchas

Aceleração muito rápida e realismo ao reproduzir som de motor e transmissão automática fazem crossover a bateria emocionar como um esportivo a gasolina

FOTOS: HYUNDAI



Visual retrô do Ioniq 5 é inspirado no Pony, primeiro carro da Hyundai, de 1975; faróis e lanternas de LEDs têm estilo moderno e "pixelado"

DIOGO DE OLIVEIRA
BARCELONA

Carros elétricos não costumam emocionar tanto quanto os modelos a combustão. Bem, isso até a Hyundai lançar o Ioniq 5 N. A versão extrema do crossover elétrico, que estreou em 2023, acaba de ser eleita o Melhor Esportivo do Ano no World Car Awards. O título considera, é claro, os 650 cv de potência máxima. Mas a experiência de acelerar o Ioniq 5 N nos faz repensar a transformação dos carros com a eletrificação.

Ainda hoje, a envergadura de um esportivo é medida pelo número de cilindros do motor. Assim, as categorias se dividem entre modelos com motores V6 e V8, e, acima disso, já é território de supercarros, como os de Ferrari e Lamborghini.

Mas a eletrificação não requer cilindros, e o Ioniq 5 N é prova disso. O esportivo da Hyundai tem dois motores elétricos, um em cada eixo, e entrega números expressivos. A potência alcança 609 cv, com pico de 650 cv no modo "N Grin Boost", e o torque (instantâneo) é de 75,4 mkgf - e vai até 78,5 mkgf ao apertar um botão. Com esta força, são 3,4 segundos para arrancar de 0 a 100 km/h e 260 km/h de velocidade máxima.

Mas vai além. O Ioniq 5 N reproduz com grande fidelidade a aceleração em um supercarro a gasolina, com ronco de motor, "vibração" e mudanças de marcha. Inclusive, há borboletas no volante para fazer as trocas manuais. É o primeiro elétrico que faz simulação tão fiel. Tudo é feito de forma eletrônica, por meio de software.

Destaque para o "N e-Shift", que simula um câmbio de oito marchas, e para o "N Active Sound", que faz o carro emitir sons e vibração de motor. O ápice é o "N Grin Boost", que libera potência e torque extras. Com ele, o carro dá "trancos" nas reduções.

O test drive partiu de Barcelona rumo à famosa montanha de Montserrat, na Catalunha. No trecho rodoviário, o crossover se mostrou macio e até dócil. Já na subida da serra, fazer curvas foi fácil com pneus largos montados em rodas de 21".

A versão tem freios de alta performance, assim como apêndices aerodinâmicos, como saias e aerofólio. E a suspensão foi recalibrada e o chassi tem reforços.

Com visual inspirado no Pony, de 1975, o Ioniq 5 chama a atenção pelo estilo retrô. A carroceria é comprida: são 4,71 metros de comprimento, 1,58 m de altura, 1,94 m de largura e 3 m de distância entre-eixos.

Por dentro, o crossover é pura tecnologia. O painel combina duas telas de 12,3" no topo. Na versão "N", há bancos esportivos do tipo concha, Head-Up Display e volante repleto de botões. A alavanca do câmbio também fica na coluna de direção.

A lista de equipamentos, aliás, é recheada, com câmeras de visão 360° e sistemas semiautônomos. Já a bateria de 84 kWh com arquitetura de até 800 volts fornece autonomia de 448 km no ciclo global WLTP e tem carregamento ultrarrápido, um trunfo.

Se vier ao Brasil, o Ioniq 5 N chegará em 2025 com preço entre R$ 420 mil e R$ 450 mil. ●

O JORNALISTA VIAJOU À BARCELONA A CONVITE DA HYUNDAI MOTOR BRASIL (HMB)

Ficha técnica

● **Hyundai Ioniq 5 N**

Preço estimado	R$ 420 mil
Motor	2 elétricos, um por eixo
Potência	650 cv
Torque	78,5 mkgf
Tração	Integral
Bateria	84 kWh
Comprimento	4,71 metros
Largura	1,94 metro
Entre-eixos	3 metros

FONTE: HYUNDAI

Prós & contras

● **Tecnológico**
Crossover acelera muito rápido, tem bateria moderna e engana os sentidos com sons de motor e trocas de marcha;

● **Nada de luxo**
Acabamento não foge ao visto no HB20 brasileiro e preço deve superar R$ 400 mil.







1. Painel tem duas telas e volante cheio de botões;

2. Bancos são esportivos do tipo concha;

3. Versão N tem aerofólio e para-choque com difusor.

Primeiras impressões

Chevrolet Spin ganha evoluções para manter a clientela fiel

FOTOS: CHEVROLET



Monovolume vai além da atualização no visual e melhora vida a bordo e direção, mas mantém o bom e velho motor 1.8 flex

RODRIGO TAVARES
ESPECIAL PARA O JORNAL DO CARRO

O Chevrolet Spin carrega a responsabilidade de substituir dois grandes modelos da GM: Meriva e Zafira. E tem feito isso com sucesso na última década. Agora, o modelo ganhou atualizações pontuais para manter satisfeito quem utiliza a minivan como veículo familiar ou para o trabalho.

Mas, apesar de mudar bastante, principalmente por dentro, as alterações são uma evolução e não uma nova geração.

Itens estruturais e visuais foram retrabalhados, mas o já conhecido motor 1.8 flex aspirado continua sob o capô. Conduzimos a versão Premier, de topo de linha, com câmbio automático de seis marchas e tabela de R$ 149.990.

Visualmente, a dianteira ganhou desenho inspirado na picape Montana. Capô mais alto, grade com filetes maiores e faróis bipartidos com LEDs são novidades. Segundo a GM, o conjunto óptico ilumina três vezes mais que o antigo com lâmpadas halógenas.

Por dentro, novo volante de base reta, quadro de instrumentos digital de 8 polegadas e multimídia MyLink com tela de 11” são boas adições, bem como o Wi-Fi nativo.

A posição de dirigir é bem alta e o volante não conta com ajuste de profundidade, apenas de altura. No console central, há carregador de celular por indução, mas que esquenta o aparelho, algo incômodo.

No geral, as atualizações trouxeram um ar mais requintado ao Spin. Além disso, as rodas de 16” agora estão 20 mm mais para fora, por conta de bitolas mais largas. Estas melhoram a dirigibilidade e aumentaram o equilíbrio em curvas.

Da mesma forma, a suspensão está 16 mm mais alta. E os ângulos de entrada e de saída também aumentaram.





1. Nova frente tem os faróis divididos;

2. Lanternas agora são de LEDs;

3. Painel tem duas telas.

O motor 1.8 flex aspirado de até 111 cv e 17,7 mkgf de torque (com etanol) recebeu nova programação para ficar mais econômico. O conjunto sofre um pouco para lançar o Spin morro acima, e o câmbio automático de seis marchas apresenta certa demora. Mas a montadora afirma que o 1.8 está até 11% mais econômico.

Segundo o Inmetro, são 13,4 km/l de gasolina na estrada e 10,5 km/l na cidade, e 9,3 km/l e 7,3 km/l com etanol.

Assim, o Spin tem como grande trunfo o espaço a bordo. Na versão para cinco passageiros, são 756 litros no porta-malas. Já a versão com sete lugares tem só 162 litros no compartimento.

Em relação à segurança, o Spin tem atualizações importantes. Agora, há sistemas ADAS de auxílio a condução. Completam a lista seis airbags, onde os laterais vão até a última fileira de bancos. ●



CITROËN

Citroën Basalt é SUV cupê do C3 e estreia neste ano

Conforme o prometido, a Citroën revelou imagens de seu SUV cupê que chega ao mercado ainda em 2024. Por ora, o Basalt Vision está na fase de conceito, mas já mostra as formas de como o futuro modelo de fato será. Este é o terceiro veículo do projeto “C-Cubed”, anunciado em 2021 e que marcou a transformação da Citroën no Brasil. O modelo será feito em Porto Real (RJ) e deverá ter o motor 1.0 turbo de até 130 cv e câmbio CVT. ●

● **ONIX MAIS CARO.** Quem deseja adquirir um Chevrolet Onix, seja o hatch ou o sedã Plus, precisará refazer as contas. A família do modelo de entrada da GM teve seus preços reajustados, com aumentos que chegam a até R$ 2.700. Até a versão de entrada subiu de preço e, agora, custa R$ 87.790, um aumento de R$ 1.640. Mas a maior alta foi para a configuração de topo de linha Premier 1.0 turbo com câmbio automático de seis marchas, que passa a custar R$ 119.790, um acréscimo de R$ 2.310.

● **HR-V 2025.** O SUV compacto da Honda está mais econômico na linha 2025, nas versões Advance e Touring com motor turbo. Estas tiveram consumo melhorado em até 4,5%. Em números, a média subiu de 12,6 km com um litro de gasolina para 13,1 km/l, de acordo com números atualizados pelo Inmetro. Há melhoria também quando o carro tem etanol no tanque. Na cidade, passou de 8,8 km/l para 9,2 km/l. Além disso, as emissões de CO e CO_2 caíram em até 6%. O modelo mantém o motor 1.5 turboflex de 177 cv de potência e 24,5 mkgf de torque máximo a 1.750 rpm.

● **SERES TESTA NOVO SUV.** Chegaram ao Brasil, para homologação, as duas primeiras unidades do Seres E5 PHEV. Os testes do SUV híbrido estão sendo realizados, simultaneamente, no Brasil e na China. O objetivo é, de acordo com a marca, agilizar o início das comercializações do modelo no País. O SUV de sete lugares tem motorização híbrida plug-in e promete 1.150 km de autonomia total. O conjunto combina motor 1.5 a gasolina, motor elétrico e uma bateria de 19,27 kW. No total, a potência é de 176 cv.

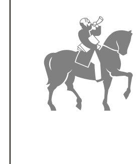
● **COROLLA CROSS 2025.** Revelado na Tailândia em fevereiro, o novo Toyota Corolla Cross chega ao mercado brasileiro no final deste mês. Além do visual renovado, o SUV promete ficar mais econômico com etanol na versão híbrida. Já com gasolina, o consumo terá leve piora, mesmo atingindo 17,1 km/l. A produção será mantida em Sorocaba (SP). Entre as mudanças estéticas, a dianteira terá faróis de LEDs redesenhados. Atrás, as lanternas terão nova disposição de luzes. A mecânica será mantida em ambas as versões (híbrida e flex).

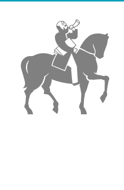


TOYOTA

D8 Artigo: Sergio Avelleda
Impacto das privatizações no transporte público







Tecnologia

Honda quer ‘popularizar’ o câmbio automatizado em motos no Brasil

Derivada dos automóveis, transmissão de dupla embreagem (DCT) da fabricante japonesa promete aumentar segurança e tornar prazer de viajar de moto mais acessível

ARTHUR CALDEIRA

A tecnologia DCT (*Dual Clutch Transmission*), ou seja, um câmbio de dupla embreagem que faz trocas de marchas de forma automática, estreou em motocicletas da Honda em 2010. Depois de fazer sucesso na Europa, onde já vendeu quase 200 mil unidades com essa tecnologia, a marca quer “popularizar” o câmbio inovador também no Brasil. Para isso, passou a produzir a NC 750X 2024 com DCT em sua fábrica em Manaus (AM). O modelo já é o segundo equipado com a tecnologia a ser produzido no País. A planta brasileira, aliás, é a única fora do Japão que monta esse tipo de câmbio.

Embora a produção local não tenha reduzido o preço final do modelo, permite que seja vendido em toda rede de mais de mil concessionárias da marca no País. Até então, era comercializado apenas pelas lojas especializadas em motos importadas. Com isso, a marca espera aumentar a participação da versão com a tecnologia nas vendas. Em 2023, a Honda vendeu 3.089 NC 750X, porém somente 649 tinham câmbio DCT. “Nossa projeção é vender 1.400 unidades da NC 750X com DCT neste ano”, revelou o supervisor de relações públicas da Honda Motos, Luiz Guereschi.

MAIS SEGURANÇA. Até hoje, o DCT da Honda permanece uma tecnologia única no mundo das motos. A marca aposta que o câmbio possa tornar o ato de pilotar uma motocicleta acessível a um maior número de pessoas e também mais seguro.

Para os engenheiros japoneses, a tecnologia DCT permite ao piloto concentrar-se mais no trajeto, nos pontos de frenagem, nas curvas e nas acelerações, e não se preocupar com as trocas de marcha. “Aumenta a segurança, pois o motociclista não precisa se preocupar com o controle da embreagem e se está na marcha ideal naquela situação”, reforça Guereschi.



HONDA/DIVULGAÇÃO

NC 750X com DCT passa a ser produzida na fábrica da Honda, em Manaus (AM)

COMO FUNCIONA. O DCT é um câmbio com duas embreagens eletro-hidráulicas e engrenagem automatizada das mudanças. Cada uma das embreagens é ligada a um conjunto separado de marchas: uma delas engata a 1ª, 3ª e 5ª velocidades e a outra ”toma conta” da 2ª, 4ª e 6ª velocidades.

As mudanças de marcha podem ser feitas em modo Automático, por meio do monitoramento constante de parâmetros, como a velocidade do veículo, a rotação do motor e o ângulo de abertura do acelerador. Ou, ainda, em modo Manual pelo condutor, usando os botões de mudanças no punho esquerdo do guidão.

Facilidade ao pilotar
Não há pedal de câmbio ou manete de embreagem. Torna-se bem mais simples conduzir uma moto

Não existe manete de embreagem ou pedal de câmbio, o que tornaria o ato de pilotar uma moto bem mais simples. Afinal, controlar a embreagem com a mão esquerda e trocar de marcha com o pé esquerdo exige certa coordenação e treino. Fator que pode afastar aspirantes a andar de moto.

Outro benefício, de acordo com a marca, é que em modelos feitos para viajar, como a NC 750X, é que o fato de não se preocupar em trocar marchas libera o motociclista para curtir a estrada e admirar a paisagem em uma viagem de moto. ●

LEIA A AVALIAÇÃO DA HONDA NC 750X NA PÁG. D4



NA WEB
Para ler outras notícias sobre motos, acesse o canal MotoMotor: mobilidade.estadao.com.br/canal/motomotor

Avaliação D4
NC 750X DCT: economia e conforto para pegar estrada

Waldyr Ferreira D5
‘Bajaj pretende triplicar vendas de motos no Brasil’

Planeta Elétrico D6
Estudo mostra cenário do veículo eletrificado no País



ADOBE STOCK

Mobilidade ativa D7
Mulheres são 40% dos usuários de bikes compartilhadas

INÊS 249

Avaliação

Honda NC 750X DCT oferece conforto e economia para viajar

FOTOS: HONDA/DIVULGAÇÃO



Equipado com motor de dois cilindros, 750 cc e 58 cv de potência, modelo tem consumo baixo para a categoria: roda 27,5 km/litro

Vendido a R$ 58.400, modelo mais acessível com novo câmbio foi criado para atrair motociclistas mais experientes

ARTHUR CALDEIRA
GRAMADO (RS)

A Honda NC 750X 2024 com câmbio DCT traz como principal novidade o fato de ser produzida no Brasil, além da inédita cor prata. Mas, há dois anos, passou pela maior renovação desde que foi lançada em 2012, ainda como NC 700X. Além do novo desenho, com linhas modernas e mais atraentes, a crossover teve seu quadro redesenhado, o que a deixou mais leve, e sofreu alterações no motor, que aumentaram a potência máxima para 58,6 cavalos.

O modelo foi avaliado em um roteiro de 200 km pela Serra Gaúcha. O sobe e desce e as inúmeras curvas colocaram à prova o funcionamento do câmbio automatizado na prática. Seu motor de dois cilindros, de 750 cc, e 58,6 cavalos de potência máxima a 6.750 rpm tem um comportamento bastante racional. Tem bom torque desde as baixas rotações, com o máximo de 7.03 m.kgf chegando a 4.750 rpm, e cresce de giros progressivamente, sem assustar.



No lugar do tanque há um compartimento para acomodar capacete

CONSUMO. Sua racionalidade aparece também no consumo de combustível. Mesmo em um bom ritmo e enfrentando serras, rodou 27,5 km/litro, marca impressionante para uma moto de 750 cc. Com tanque de 14,1 litros, a NC 750X tem uma boa autonomia, de quase 400 quilômetros.

Isso mesmo com o câmbio automático, que costuma "beber" mais do que o manual. Entretanto, a NC 750X conta com acelerador eletrônico e quatro modos de pilotagem, que ajustam controle de tração, a forma de entrega da potência e até mesmo a forma de trocar as marchas. Pode-se optar por trocas mais precoces, com mais economia de combustível, ou em giros mais altos, aumentando um pouco a emoção na pilotagem.

Para aqueles que gostam de trocar as marchas, também é possível selecionar o modo Manual e efetuar as mudanças, por meio de botões (*shift paddles*) no punho esquerdo. Sinceramente, preferi rodar no modo Automático a maior parte do tempo, alterando apenas os modos de pilotagem de acordo com a situação. São três pré-definidos: Road, Sport e Rain, além de um personalizável. Apenas usei os shift paddles em algumas situações, como curvas muito fechadas em descida, para reduzir uma marcha.

POSIÇÃO CONFORTÁVEL. Uma das precursoras do segmento crossover, que une o design aventureiro e a postura de pilotagem das motos trail com rodas de 17 polegadas e um ciclística mais voltada para o asfalto, a NC oferece bom nível de conforto para viajar.

O assento amplo acomoda bem o condutor e, embora seu parabrisa seja fixo, oferece certa proteção aerodinâmica. A Honda comercializa vários acessórios a quem pretende viajar, entre eles, um parabrisa mais alto.

A posição de pilotagem também favorece a sensação de controle. Com as costas eretas e os braços abertos, o motociclista enxerga bem à sua frente como nas bigtrail, mesmo que a NC 750X encare, no máximo, uma estrada de terra batida.

Novo conceito
Modelo não pretende fazer o coração disparar como uma superesportiva ou despertar seu espírito aventureiro

O novo modelo da Honda não pretende acelerar seu coração como uma superesportiva ou despertar seu espírito aventureiro como uma bigtrail. Surgido como um "novo conceito", daí seu nome, o modelo é uma escolha racional.

Não por acaso, o perfil do consumidor do modelo é de um motociclista experiente e com mais de 45 anos, de acordo com a marca. Com preço sugerido de R$ 58.400, menos de R$ 6.000 a mais do que a versão com transmissão convencional, a NC 750X DCT também é a moto mais em conta equipada com o sofisticado câmbio no mercado brasileiro - as outras são a scooter X-ADV 750, a bigtrail Africa Twin 1100 e a Gold Wing 1800 Tourer.

O câmbio DCT, muito prático, casou bem com a proposta da Honda NC 750X. Em uma crossover, feita para o uso urbano e viagens no asfalto, as vantagens da versão com esse câmbio são muitas. A começar pela comodidade: não é preciso se preocupar em trocar as marchas e nem controlar a embreagem, seja em uma viagem quando estiver com garupa e bagagem ou no trânsito urbano.

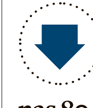
O dispositivo também contribui para sua segurança: sempre a marcha engatada é a mais adequada para oferecer torque e a possibilidade de escapar de uma situação de risco. ●

O JORNALISTA VIAJOU A GRAMADO (RS) A CONVITE DA HONDA MOTOS

Prós & contras



● **Racional**
O motor, além de suave, tem baixo consumo e casou bem com o câmbio DCT que descomplica a pilotagem.



● **Pesada e baixa**
Apesar de ter o assento baixo, a apenas 80 cm do chão, a versão com DCT pesa 207 kg. Modelo também tem pouca distância do solo e "raspa" em algumas lombadas.

Ficha técnica

● **Honda NC 750X DCT**

Motor	um cilindro, 745 cm³
Câmbio	seis marchas DCT
Transmissão final	por corrente
Potência	58,6 cv a 6.750 rpm
Torque	7,03 mkgf a 4.750 rpm
Peso seco	207 kg
Preço	R$ 58.346

FONTE: HONDA MOTOS



NA WEB
Para ler a reportagem completa, acesse o canal MotoMotor: **mobilidade.estadao.com.br/canal/motomotor**

ENTREVISTA

Principal executivo da gigante indiana no Brasil explica como a marca pretende produzir e vender 12 mil unidades em 2024

ARTHUR CALDEIRA

BAJAJ/DIVULGAÇÃO



Executivo já passou pela Harley-Davidson e pela Triumph

Waldyr Ferreira

'Bajaj terá mais lojas e novas motos para triplicar vendas'

Gerente geral da marca no País aposta em lançamentos e na abertura da fábrica em Manaus

"Nesse primeiro ano, colocamos as cartas na mesa que mostram que a Bajaj quer crescer no Brasil e com uma boa velocidade", analisa o gerente geral da Bajaj do Brasil, Waldyr Ferreira. Embora os resultados quantitativos da marca em 2023 tenham ficado abaixo das expectativas, com 3.800 motos vendidas, a gigante indiana está apostando alto no País. Em breve, irá inaugurar fábrica própria em Manaus (AM) para produzir e vender 12 mil motos neste ano.

Para isso, também irá abrir mais lojas nas regiões Norte e Nordeste, onde a Bajaj ainda não está presente, ampliar a rede nos mercados atuais e chegar a 30 concessionárias até o final de 2024. Também estão nos planos dois lançamentos. Em entrevista exclusiva ao **MotoMotor**, o principal executivo da Bajaj no País dá pistas de quais podem ser os modelos; confira.

Qual sua avaliação sobre este primeiro ano da Bajaj no País? Os resultados corresponderam às expectativas?
Faço um balanço superpositivo. Se você voltar em dezembro de 2022, vai ver que tínhamos o plano de vender mais unidades. Mas essa questão esteve muito ligada à disponibilidade, pois tudo que havia disponível, foi comercializado. Se você olhar as 4 mil motos e comparar com os primeiros 12 meses de diversas marcas, algumas levaram muitos anos para chegar a esse número. Porém, mais do que o número, o sr. Rakesh Sharma (*diretor executivo da Bajaj Auto*) sempre diz que os números são consequência de um bom trabalho. Essa não é nossa preocupação no momento.

Mas temos alguns indicadores muito positivos, como, por exemplo, o feedback dos clientes. A gente fez muitos encontros e conversas com esses quase 4 mil clientes e tivemos um retorno muito positivo a respeito do produto e da marca.

Fizemos pesquisas com não-clientes e notamos que muitos já tinham informações sobre a chegada da Bajaj ao Brasil, o que também é uma das formas de mensurarmos o nosso sucesso. Ou seja, quando começamos a ser considerados uma opção de compra.

Outro indicador que nos dá a certeza de que foi um bom ano é a quantidade de empresários e investidores que nos procuraram para abrir uma concessionária. Ao unir esses três indicadores, consideramos que foi um ano muito positivo.

Em resumo, estamos satisfeitos. Um bom início da marca reforça tudo que falamos em nossa chegada ao Brasil: é um projeto consistente e de longo prazo. A Bajaj vem para ocupar um papel relevante no mercado brasileiro de motocicletas. Não dizemos que vamos ter 10% ou 20% de tal segmento, mas queremos crescer. Acho que, logo nesse primeiro ano, colocamos as cartas na mesa que mostram que a Bajaj quer crescer no Brasil e com uma boa velocidade, eu diria.

"Nossa fábrica em Manaus nasce com capacidade produtiva instalada de 20 mil unidades por ano"

"Modelos como a Pulsar N 160, a Pulsar N 250 e a própria Dominar 250 e as principais representantes dessas famílias são produtos que consideramos para o mercado brasileiro"

Quando a fábrica deve estar pronta? Qual será a capacidade produtiva?
Estamos trabalhando para que a planta comece a operar no final de maio, para termos o SOP (*Standard Operating Procedure*), ou seja, "ligar os motores". Colocar a fábrica para funcionar, para fazer as primeiras unidades, testar os equipamentos, a equipe, enfim... Para termos certeza de que tudo está funcionando como foi planejado. A partir do mês de junho, já queremos entrar no ritmo normal de produção.

A fábrica nasce com capacidade produtiva instalada de 20 mil unidades por ano. Não que vamos produzir essa quantidade já no primeiro ano. Esse volume também está ligado à cota que cada marca pode produzir quando importa o chassi. Para irmos além das 20 mil unidades, seria preciso soldar e pintar o chassi aqui no Brasil.

E qual a expectativa de vendas nesse primeiro ano de fábrica no País?
Nossa ambição é trabalhar para entregar, ao menos, 12 mil motos Bajaj aos clientes até dezembro. É sempre bem arriscado dizer esses números no começo do ano. Muita gente prefere ter uma postura mais conservadora e não fazer previsões, mas depois é fácil fazer um balanço do que passou. Mas achamos que seria interessante comunicar ao mercado a nossa ambição. Claro que, para ela acontecer, algumas coisas tem que funcionar corretamente.

Precisamos da fábrica em operação na data que prevemos e conseguir produzir os volumes que a Dafra nos entrega atualmente, além de produzir o volume excedente que pretendemos. Até lá a Dafra continua montando as nossas motos, pois existe um período de ajuste e adaptação. Também temos que abrir as lojas que planejamos e adicionar produtos no line-up. Por que para vender 12 mil unidades não adianta produzir 12 mil. Não é assim que funciona. A gente tem que somar os esforços: maior volume, mais lojas e novos produtos para alcançar essas 12 mil unidades.

Sabe-se que a fábrica permitirá adicionar novos produtos. Já estão definidos quais serão esses lançamentos?
Nosso desejo é conseguir lançar dois modelos no Brasil, no segundo semestre. Assim, não tem muito segredo. Olhamos para a família Pulsar e para a família Dominar. A gente fez muita pesquisa com clientes, trouxe os produtos, realizou testes... Idealmente, gostaríamos de lançar um modelo novo junto com a fábrica, mas a questão logística está complicada. Bom, vamos passo a passo. Fábrica rodando e abrir mais lojas são os principais elementos que vão permitir adicionar novos produtos ao line-up. Mas, pensando nos próximos anos, esse portfólio da Bajaj terá que ser duas, três vezes maior do que é hoje, claramente. Com foco, sobretudo, nos modelos street. Modelos como a Pulsar N 160, a Pulsar N 250 e a própria Dominar 250 e as principais representantes dessas duas famílias são produtos que estamos considerando para o mercado brasileiro.

Ainda sobre o plano de expansão, serão quantas concessionárias?
Anunciamos oficialmente 11 concessionárias. No início de março, abrimos uma na Avenida Anhaia Mello, na Vila Prudente, na capital paulista. Vamos inaugurar outra em Belém (PA) neste mês. Na sequência, teremos Recife e Caruaru (PE), Fortaleza (CE). Depois, virão Curitiba (PR) e Marabá (PA). A seguir, Sorocaba (SP), mais uma em São Paulo e outra no Rio de Janeiro.

Divulgamos essas 11, mas não paramos de trabalhar. Isso deve acontecer nos próximos 90 dias, antes do meio do ano. Mas nossa ambição é triplicar o tamanho da rede e terminar o ano com 30 lojas. ●



NA WEB
Para ler outras notícias sobre motos, acesse o canal MotoMotor: mobilidade.estadao.com.br/canal/motomotor

Análise

Levantamento revela como será o cenário do veículo eletrificado no Brasil em 2030

ADOBE STOCK



Frota de eletrificados vai aumentar. Maioria dos modelos será híbrido leve

Estudo da Bright Consulting mostra que País terá quase 7 milhões de carros elétricos e híbridos daqui a seis anos

MÁRIO SÉRGIO VENDITTI

Apesar do crescimento registrado ano a ano, a trajetória do veículo elétrico não terá vida fácil no Brasil até se consolidar de uma vez por todas no mercado.

Afinal, os modelos movidos a bateria estão inseridos no difícil contexto dos zero-quilômetro, que tentam retomar o patamar de 3,8 milhões de unidades emplacadas, de 2012. No ano passado, foram vendidos cerca de 2,2 milhões de carros novos.

Segundo o levantamento *Futuro da mobilidade sustentável no Brasil – Um caminho pela eletromobilidade*, realizado pela Bright Consulting, empresa de consultoria que também atua no setor automotivo, o País só atingirá novamente o nível de 3 milhões em 2030, quando deverão ser licenciados 3,28 milhões de veículos, cerca de 75% a 80% da capacidade de produção instalada na indústria.

O estudo revela um número animador para os veículos eletrificados (híbridos e 100% elétricos) daqui a seis anos. Em 2030, eles representarão 58% do mercado global. A preferência recairá sobre os híbridos leves (32,5%), devido ao menor custo e complexidade.

"Não devemos nos iludir. No Brasil, a eletrificação evoluirá mais lentamente do que em países como China e Estados Unidos", adverte Paulo Cardamone, diretor executivo da Bright Consulting. Para efeito de comparação, 99% dos modelos comercializados na China serão eletrificados em 2030.

ETANOL. No mesmo ano, a frota circulante brasileira chegará a 56 milhões de veículos, com 11,8% de participação dos eletrificados – em torno de 6,7 milhões de unidades. Em âmbito global, a frota estimada é de 1,86 bilhão de unidades, sendo 3% dela de automóveis híbridos e elétricos.

"Além disso, o uso dos biocombustíveis crescerá no Brasil com o Mover, programa de incentivos às empresas que planejam investir na fabricação, pesquisas e desenvolvimento de veículos de baixa emissão", diz Cardamone.

> ***"O uso dos biocombustíveis crescerá no Brasil com o Mover, programa de incentivos às empresas que planejam investir na fabricação e pesquisas de veículos de baixa emissão"***
>
> ***"Não devemos nos iludir. No Brasil, a eletrificação evoluirá mais lentamente do que em países como China ou Estados Unidos"***
> **Paulo Cardamone**
> **Diretor executivo da Bright Consulting**

A projeção não significa que o Brasil deve parar de investir em soluções consagradas, como o etanol, personagem reconhecidamente importante para a descarbonização e que pode ser aplicado tanto nos motores a combustão como nos híbrido flex.

"Ao contrário de outros países, temos a oportunidade de explorar uma série de alternativas tecnológicas", defende Cássio Pagliarini, diretor de estratégia da Bright. "Os modelos eletrificados ainda se restringem a um nicho do mercado. Hoje, o preço médio dos eletrificados é de R$ 315 mil, que representa 5,5% do mercado total."

Para Cardamone, os gargalos do desenvolvimento dos carros totalmente elétricos são a infraestrutura de recarga e a equação redução do tamanho da bateria versus aumento da autonomia.

IMPACTOS NO SETOR. Segundo o estudo da Bright, o Brasil deverá terminar 2024 com 4.230 pontos de recarga, que exigirão R$ 77,8 milhões de investimentos. O Estado de São Paulo terá 1.121 postos, seguido de Santa Catarina (367) e Rio Grande do Sul (286). Em 2030, esse número alcançará 160.861, pontos, com recursos que atingirão R$ 4,5 bilhões.

A consultoria também listou os impactos que os veículos eletrificados provocarão no ecossistema automotivo nacional, que exigirão uma reconfiguração no setor. "Às montadoras caberá a tarefa de reformular suas instalações para receber a produção de carros com motor a combustão e os movidos a bateria", diz Cardamone.

> **Ritmo acelerado**
> **Em torno de 99% dos modelos comercializados na China serão eletrificados em 2030**

Sobre os fornecedores, o risco para a cadeia de suprimentos diz respeito à verticalização da produção de veículos com a expansão da eletrificação. Ou seja, eles terão de se envolver mais em todo o processo, desde o abastecimento da matéria-prima até comercialização. Há um desafio ainda maior para o segmento de autopeças: a competitividade imposta pela escala de componentes vindos da China.

A rede de concessionários igualmente deverá se readaptar. "Ela precisará encontrar diferenciais de vendas em relação aos automóveis com motores convencionais, a fim de aproximar os clientes das montadoras", atesta o diretor executivo da Bright. A contrapartida é que o maior nível tecnológico dos eletrificados levará ao aumento da lucratividade na prestação de serviços da área de pós-vendas.

A reciclagem encontra-se no fim do caminho. De acordo com a Bright Consulting, as metas ESG (meio ambiente, social e governança) ajudarão a alavancar a transição energética brasileira. "Os desafios da reciclagem serão resolvidos por meio da economia circular, que está evoluindo no País", pontua o estudo.

"O reaproveitamento dos materiais descartados da bateria deverá impulsionar a reciclagem automotiva como um todo", afirma Cássio Pagliarini. "Isso forçará as autoridades a, enfim, conduzir esse assunto com mais seriedade e rigor." ●

"Carro elétrico virou uma questão mercadológica"

Membro do Conselho da Bright Consulting e ex-presidente da Bosch para a América Latina, Besaliel Botelho é taxativo quando fala de veículos movidos a bateria. "Carro elétrico transformou-se em mera questão mercadológica. O aspecto ambiental ficou em segundo plano há muito tempo."

Ele diz que, atualmente, as fabricantes perseguem os meios para oferecer veículos elétricos mais baratos ao consumidor, sem colocar na pauta a preservação do meio ambiente. "Essa preocupação ganhou mais ares de romantismo", afirma Botelho.

Ele defende a tecnologia que privilegia o etanol para as etapas de descarbonização. "O etanol é melhor para o mercado brasileiro, porque é mais barato que o motor elétrico", destaca o executivo.

VENDAS DIRETAS. Ele lembra que, dos 2,2 milhões de zero-quilômetro licenciados no País, somente metade é de vendas diretas. "Por isso, creio que o carro elétrico ainda parece uma realidade distante do mercado brasileiro. Ele deve dividir o protagonismo com o etanol", conclui. ●



NA WEB
Para saber mais sobre eletrificação no setor de transporte, acesse:
mobilidade.estadao.com.br/patrocinado/planeta-eletrico

INÊS 249

Mobilidade ativa

Mulheres são 40% dos usuários de bikes compartilhadas

Instaladas em locais movimentados e com boa iluminação, estações estimulam maior adesão do público feminino

DANIELA SARAGIOTTO

A participação feminina no uso da bicicleta como meio de transporte ainda é mais baixa que a masculina, de acordo com estudos de diferentes regiões do País. Nos sistemas de bikes compartilhadas, entretanto, a presença delas está bem próxima da dos homens. De acordo com a Tembici, 40% das pessoas que utilizam as bicicletas compartilhadas atualmente são mulheres.

Dado semelhante foi mencionado no livro *Bicicletas nas Cidades - Experiências de Compartilhamento, Diversidade e Tecnologia*, da Relicário Edições, que verificou que as mulheres representam mais de 40% dos usuários em quase todos os sistemas analisados, concentrados em seis Estados: Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Ceará, Espírito Santo e Bahia. O estudo levou em conta o período entre os meses de abril e outubro de 2018.

INFRAESTRUTURA. De acordo com Carol Rivas, CIO da Tembici, a sensação de segurança das mulheres nas grandes metrópoles é um dos fatores que justifica essa disparidade entre as que usam bicicletas próprias e as do sistema. "Por exemplo, as estações das bicicletas compartilhadas são instaladas estrategicamente em locais de grande movimentação, com boa iluminação, próximas à estrutura cicloviária e muitas vezes conectadas a outros meios de transporte, o que transmite uma sensação maior de segurança e conveniência", explica.

Outro ponto mencionado por Carol Rivas é a garantia da bicicleta ter sido inspecionada. "No caso das compartilhadas, as mulheres não precisam lidar com o problema de ter a bike quebrada no meio do caminho, pois a manutenção é realizada pela Tembici", explica.

TEMBICI/DIVULGAÇÃO



Pedalar aprimora o condicionamento físico e reduz o estresse

SAÚDE E LIBERDADE. De acordo com um levantamento feito pela Tembici, mais de 72% das usuárias entrevistadas declaram ter percebido melhora em seu cotidiano quando passaram a pedalar e 80% afirmam que se sentem mais livres e independentes.

"O uso da bicicleta compartilhada oferece não apenas uma alternativa de transporte eficiente e econômica, mas também promove uma sensação de empoderamento ao permitir que elas se desloquem de forma mais independente", diz Carol. De acordo com ela, esse é um aspecto que traz impacto positivo na saúde física e mental desse público.

E essa independência pode ser especialmente significativa em contextos onde as mulheres enfrentam restrições de mobilidade por questões de segurança ou culturais. De acordo com a empresa, esses dados obtidos são utilizados internamente e também compartilhados com o Poder Público, para embasar a criação de políticas públicas mais adequadas ao público feminino.●



NA WEB
Para ler mais notícias sobre mobilidade urbana, acesse: **mobilidade.estadao.com.br**

INÊS 249



Sergio Avelleda

Privatizações no transporte público

No final de 2023, balanço divulgado pela imprensa sobre a qualidade do serviço metroferroviário em São Paulo apontou redução significativa no número de falhas no transporte público, tanto nas linhas operadas pelo setor privado quanto nas controladas por Metrô e CPTM. Entre as privatizadas, as linhas 4 e 5 reduziram as ocorrências em 33,3% e 16,7%, respectivamente, na comparação com 2022. A Linha 8, que teve dificuldades nos últimos anos ao lado da Linha 9, foi uma das recordistas: redução de 49%. Já nas linhas 1 e 2 do Metrô, a queda foi de 49,5% e 58%.

Os bons números indicam um aprimoramento da regulação dos contratos do sistema metroferroviário no País. Não há concessão de bens e serviços públicos ao setor privado com alto nível de qualidade sem atividade regulatória efetiva, técnica e transparente. Compete ao Estado aprimorar continuamente as normas reguladoras.

Essa jornada teve início em 2006, em São Paulo, quando foi assinado o primeiro contrato de Parceria Público Privada do Brasil. Apenas dois anos após a publicação da Lei de PPPs, em 2004, o governo paulista já tinha modelado, licitado e contratado a primeira aliança para a operação da Linha 4 do Metrô. Depois, diversos projetos promoveram o engajamento do capital e da expertise do setor privado para acelerar a expansão e modernização dos transportes sobre trilhos. Vieram a Linha 6 (ainda em obras), a concessão das linhas 5 e 17 e 8 e 9, e o recente leilão do Trem Intercidades entre Campinas e São Paulo.

Lições foram aprendidas quando se analisa os modelos escolhidos, as licitações, as formas de contratação, o modelo regulatório normativo e a execução da atividade regulatória pelos organismos públicos. Podemos discutir as vantagens e desvantagens das opções trilhadas. Ideologia e politização, contudo, não são os melhores mentores para o debate.

Existem os que pregam que o Estado deve possuir o monopólio de todas as etapas de im-

> ***Mesmo após 17 anos da primeira concessão metroferroviária, ainda ressentimos a falta de uma agência independente que regule os serviços de transportes***

plantação e operação. Por outro lado, temos os que enxergam o Estado como incapaz de executar essas tarefas.

Opto por conduzir a análise sob um ponto de vista mais pragmático. Tanto o privado quanto o público são dotados de habilidades que podem, ou não, contribuir para uma melhor e maior oferta de serviços de mobilidade.

Com experiência de já ter presidido Metrô e CPTM, afirmo que implantação e operação de linhas metroferroviárias são atividades complexas. É preciso garantir o adequado funcionamento de equipamentos diversos que sinalizam, controlam e separam os trens e os sistemas de alimentação de energia, incluindo robustas subestações elétricas e cabos de transmissão de energia.

DESAFIO DE GESTÃO. Manter os sistemas em pleno funcionamento, atuando de forma preventiva e corretiva, é um grande desafio de gestão em qualquer parte do mundo. O Metrô de São Paulo realiza, por dia, mais de 3 milhões de operações de abertura e fechamento das portas de trens. Basta uma delas falhar no horário de pico para que a operação afete a vida de milhões de usuários.

O fato de tanto operadores públicos quanto privados evoluírem positivamente frustra os torcedores ideológicos que só enxergam as virtudes dos seus times. Mas é um alento para os que torcem para que a aliança entre o capital privado – com sua agilidade e criatividade – e o setor público – com visão de interesse público e planejamento de longo prazo – prospere e acelere ainda mais a expansão e a modernização do transporte de passageiros.

Mesmo após 17 anos da primeira concessão, ainda ressentimos a falta de uma agência reguladora dos serviços de transportes. É urgente dotar o Estado de uma entidade independente, técnica e estável, capaz de assegurar o cumprimento dos contratos e defender e proteger o interesse público. As notícias são boas, mas devem servir para alimentar o entusiasmo de todos no sentido de uma contínua e perene melhoria dos serviços oferecidos à população. ●

SERGIO AVELLEDA É COORDENADOR DO OBSERVATÓRIO DE MOBILIDADE URBANA DO INSPER



NA WEB
Para saber o que pensam outros embaixadores da Mobilidade, acesse: **mobilidade.estadao.com.br/embaixadores**



